



**RELATÓRIO
E CONTAS
2010**

ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS	3
INTRODUÇÃO	5
RELATÓRIO DE GESTÃO	7
1. ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE	8
1.1. Cenário Macroeconómico.....	8
1.2. Mercado de Seguros em Portugal.....	13
Mercado Vida e Não Vida	13
Estrutura de Mercado.....	14
Caracterização do Mercado Vida	14
2. ACTIVIDADE DA CA VIDA	15
2.1. Análise de Gestão	15
Comentários Gerais	15
Fundos de Pensões	15
Produtos de Seguros	16
Actividade Comercial e de Marketing.....	16
Formação do Canal de Distribuição	17
Sistemas de Informação.....	18
Gestão de Riscos	19
Gestão de Activos	19
Evolução dos Mercados	19
Política de Gestão de Activos.....	20
Custos por Natureza a Imputar.....	22
Recursos Humanos e Formação.....	23
Política de Remunerações.....	24
2.2. Produção.....	25
Prémios de Seguros de Vida	25
Carteira de Clientes.....	26
Sinistros.....	28
Resseguro.....	30
3. PERSPECTIVAS PARA 2011	30
4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	31
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
CONTAS 2010	32
1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	33
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	107
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	110
RELATÓRIO DO ACTUÁRIO RESPONSÁVEL	113



Órgãos Sociais

**O NOSSO PROJECTO
É A NOSSA CERTEZA**

Assembleia Geral

Presidente

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alcácer do Sal e Montemor-o-Novo, C.R.L.

Carlos Manuel Bicha da Silva

Vice-Presidente

Crédito Agrícola S.G.P.S., S.A.

Renato Manuel Ferreira Feitor

Secretário

Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A.

António Manuel Varela Afonso

Conselho Geral e de Supervisão

Presidente

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, C.R.L.

José Gonçalves Correia da Silva

Vogais

Crédito Agrícola S.G.P.S., S.A.

Renato Manuel Ferreira Feitor

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Estremoz, Monforte e Arronches, C.R.L.

Normando António Gil Xarepe

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Esposende, C.R.L.

Alberto Gonçalo Resende Moreira Festa

Caixa de Crédito Agrícola da Bairrada e Aguieira, C.R.L.

João Batista Moreira Peres

Conselho de Administração Executivo

Presidente

Joaquim da Silva Bernardo

Vogais

António João Alberto Castanho

Nelson Fernando Ferreira Maurício

Comissão de Remunerações

Presidente

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Serras de Ansião, C.R.L.

José António Pintassilgo Simões Fareleiro

Vogais

Crédito Agrícola S.G.P.S., S.A.

Renato Manuel Ferreira Feitor

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alentejo Central, C.R.L.

Fernando Martins Carrilho

Revisor Oficial de Contas

Oliveira, Reis & Associados,

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.



Introdução

**O NOSSO OBJECTIVO
É CHEGAR MAIS ALÉM**

O ano de 2010 poder-se-á caracterizar como um ano de mudança de pressupostos no que respeita aos Mercados Financeiros, atendendo à instabilidade que se verificou nos Mercados Obrigacionistas, os quais, pela primeira vez, colocaram em causa os fundamentos da Dívida Soberana, com especial incidência na da República Grega, Irlandesa e Portuguesa. Pode-se afirmar que os investimentos, até aqui considerados de “segurança máxima”, deixaram de o ser, e isso reflectiu-se nas taxas de juro que os Mercados exigiram para absorver as emissões de dívida soberana de alguns países da Zona Euro.

A antecipação das dificuldades a nível dos Mercados Obrigacionistas e a coordenação ao nível da gestão de activos, permitiu à CA Vida, nos produtos de Capitalização, atribuir uma remuneração aos seus Clientes a título de Participação de Resultados, cuja taxa garantida é fixada numa base anual, segundo valores muito competitivos.

A nível nacional, o valor atingido pela taxa de desemprego, ultrapassando os 10%, destaca-se como uma das consequências mais perceptíveis da crise em que Portugal mergulhou, tendo potenciado o sentimento de instabilidade com consequências muito evidentes na venda de produtos que asseguraram a reforma, os quais vêm contribuindo de forma muito significativa para o crescimento do Ramo de Seguros de Vida em Portugal.

Num cenário económico e financeiro nada promissor, destaca-se a forma notável como a CA Vida conseguiu exceder os seus objectivos, designadamente, em facturação, contenção de custos e resultados do exercício. Enquanto o Mercado Segurador recuperava de um ano de 2009 menos bom, em 2010 com o Ramo Vida a crescer 17%, a CA Vida aumenta a sua produção em 22%, com um contributo muito relevante dos produtos de Risco, os quais cresceram 12% contra cerca de 1% do Mercado Segurador.

Como corolário do aumento de produção, da contenção de despesas e das alterações efectuadas na gestão de activos, a CA Vida fechou o exercício de 2010 com um Resultado Antes de Impostos de 7.683.706,98 Euros, a que corresponde um Resultado Líquido de 6.107.050,42 Euros.



Relatório de Gestão

**O NOSSO DESAFIO
É SUPERARMO-NOS**

Exmos. Senhores Accionistas,

O Conselho de Administração Executivo da Crédito Agrícola Vida - Companhia de Seguros, S.A., no cumprimento dos preceitos legais e estatutários instituídos, vem por este meio apresentar para a Vossa apreciação, discussão e aprovação o Relatório e Contas da Companhia respeitante ao exercício anual findo em 31 de Dezembro de 2010.

1. ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE

1.1. Cenário Macroeconómico

A envolvente macroeconómica continua a apresentar-se complexa para as condições de exploração das instituições financeiras.

Apesar de se admitir que, no plano internacional, o ponto mais crítico da actual recessão a nível internacional tenha sido atingido entre o final de 2008 e os primeiros trimestres de 2009, verificou-se em 2010 uma grande disparidade no comportamento das principais economias. Com efeito, a reanimação que se observou na parte final de 2009 e no princípio de 2010 assentou em grande medida na manutenção de um crescimento robusto em economias emergentes – como a China, a crescer 10,3% em 2010, a Índia, com um crescimento neste ano de 9,7%, e o Brasil com um crescimento de 7,5%. De facto, a China tornou-se recentemente a segunda maior economia a nível mundial, em termos do valor do PIB global, embora ainda a grande distância dos Estados Unidos da América (EUA).

Evolução da Economia Mundial						
Taxas de crescimento $\Delta\%$ PIB						
	2006	2007	2008	2009	2010 (Est.)	2011 (Proj.)
Países Desenvolvidos	3,0	2,7	0,2	-3,4	3,0	2,5
EUA	2,8	2,1	0,0	-2,6	2,8	3,0
Japão	2,4	2,3	-1,2	-6,3	4,3	1,6
Zona Euro	2,8	2,7	0,5	-4,1	1,8	1,5
Países em Desenvolvimento	7,9	8,3	6,0	2,6	7,1	6,5
China	11,6	13,0	9,6	9,2	10,3	9,6
Índia	9,8	9,4	6,4	5,7	9,7	8,4
Rússia	7,4	8,1	5,2	-7,9	3,7	4,5
Brasil	3,8	5,7	5,1	-0,6	7,5	4,5
Economia Mundial	5,1	5,2	2,8	-0,6	5,0	4,4
$\Delta\%$ Comércio Mundial*	9,3	7,3	3,0	-10,7	12,0	7,1
* Bens e serviços						
Fonte: FMI, World Economic Outlook (Update, Janeiro/11)						

Este dinamismo das economias emergentes transmitiu-se às economias avançadas com sectores exportadores mais competitivos – v.g. a Alemanha, cujo crescimento em 2010 foi de 3,6% e Japão com 4,3%, e os próprios EUA (com um crescimento da ordem de 2,8%, no entanto considerado escasso face ao potencial produtivo e à evolução dos anos anteriores). A maioria das economias do continente europeu, e desde logo a Zona Euro no seu conjunto, continuaram porém a evidenciar fraco dinamismo (1,7% para o conjunto da Zona Euro, 1,6% para a França e 1% para a Itália, e contracção económica em Espanha, com o PIB a cair 0,2%).

Evolução da Economia Mundial						
Taxas de crescimento $\Delta\%$ PIB						
	2006	2007	2008	2009	2010 (Est.)	2011 (Proj.)
Zona Euro	2,8	2,7	0,5	-4,1	1,8	1,5
Alemanha	3,0	2,5	1,0	-4,7	3,6	2,2
França	2,2	2,3	0,1	-2,5	1,6	1,6
Itália	1,8	1,6	-1,3	-5,0	1,0	1,0
Espanha	3,9	3,6	0,9	-3,7	-0,2	0,6

Fonte: FMI, World Economic Outlook (Update, Janeiro/11)

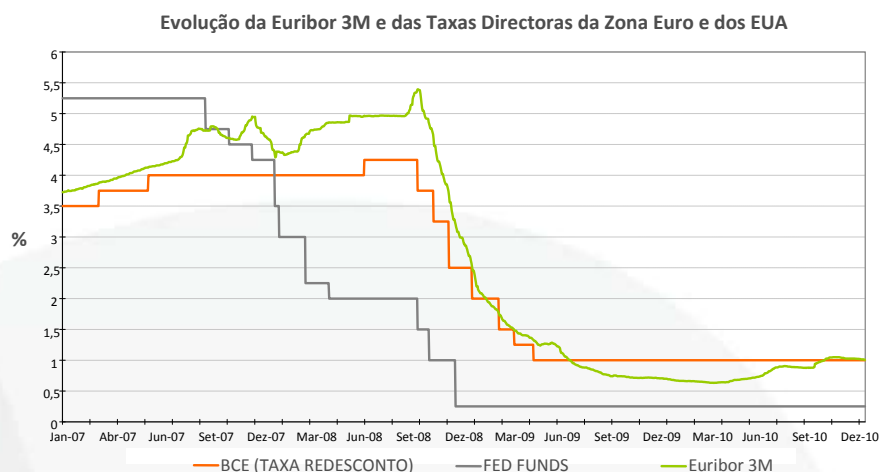
A desaceleração verificada na segunda metade do ano transacto nas economias avançadas foi consequência do esgotamento do impulso, que se fez sentir nos últimos meses de 2009 e início de 2010, da reconstituição dos stocks – os quais no final de 2008 e início de 2009 haviam sido massivamente reduzidos como reacção de pânico. Mas a desaceleração ficou também a dever-se a um certo arrefecimento nos países emergentes, em alguns dos quais as respectivas autoridades adoptaram recentemente medidas para fazer face ao sobreaquecimento da economia. O progressivo dismantelamento das medidas de estímulo fiscal em muitos países, agora - como consequência da crise - a braços com défices públicos muito expressivos, igualmente contribuiu para o afrouxamento registado.

Impacto da crise financeira nas finanças públicas										
	Saldo das contas públicas/PIB (%)					Dívida Pública/PIB (%)				
	2007	2008	2009	2010 (Est.)	2011 (Prev.)	2007	2008	2009	2010 (Est.)	2011 (Prev.)
Alemanha	-0,2	-0,1	-3,3	-5,0	-4,7	65,1	66,0	73,2	78,8	81,6
Espanha	+2,2	-3,9	-11,2	-9,8	-8,8	36,2	39,7	53,2	64,9	72,5
Irlanda	+0,2	-7,2	-14,3	-11,7*	-12,1	25,0	43,9	64,0	77,3	87,3
Grécia	-	-7,7	-13,6	-9,3	-9,9	-	99,2	115,1	124,9	133,9
Reino Unido	-2,6	-5,4	-11,5	-12,0	-10,0	44,1	52,0	68,1	79,1	86,9
Japão	-2,5	-5,6	-6,9	-6,7	-6,6	187,7	172,0	189,2	193,5	194,9
EUA	-2,9	-5,3	-11,0	-10,0	-9,9	62,9	70,7	84,0	93,6	102,5

Fonte: DI/Caixa Central com base na Moody's Investment Services

* Integrando o apoio do Estado Irlandês aos bancos em dificuldades, o défice sobre para o nível colossal de 32% do PIB

Neste cenário, e sobretudo como consequência de o crescimento económico não estar a absorver o desemprego existente, que permanecia elevado (9,4%) e mostrava tendência de subida, as autoridades dos EUA decidiram manter em vigor as políticas de estímulo à actividade económica, incluindo a política monetária abertamente expansionista, deixando invariantes, no nível actual de praticamente 0%, as suas taxas directoras (fundos federais). Em paralelo prosseguiram com as cedências massivas de liquidez ao sistema bancário e à economia.



Na Zona Euro, no entanto, apesar de as taxas de desemprego continuarem também persistentemente elevadas em vários países, o Banco Central Europeu (BCE), mantendo embora a sua taxa directora (taxa refi) em 1%, nível em que se encontra desde Maio de 2009, procedeu à inflexão da sua política monetária, começando a drenar, gradualmente, a liquidez injectada massivamente no sistema no auge da crise financeira. Em virtude deste reajustamento da política monetária na Zona Euro, as taxas euribor, que tinham descido para níveis esmagados, de quase 0% nos prazos mais curtos, encetaram uma paulatina recuperação, que, depois de um período ainda incerto, tem prosseguido nos últimos meses.

No entanto, o possível reacendimento de tensões inflacionistas nos EUA e na Europa – no caso particular da Zona Euro a taxa de inflação homóloga mensal, ultrapassou já, nos últimos meses *target* de 2% pelo qual o BCE norteia a sua política monetária – introduziria um factor de complicação na actual postura acomodaticia dos bancos centrais dos dois lados do Atlântico, obrigando-os a dar, também atenção à contenção da subida de preços. As declarações dos principais responsáveis têm ido, no entanto, no sentido de considerarem que a inflação ainda não é um problema.

Neste contexto económico de fraco dinamismo e de acentuada incerteza, os mercados financeiros mantiveram uma marcada volatilidade, prevalecendo no sector obrigacionista uma atitude de aversão ao risco, com a correlativa fuga para a qualidade que afectou, e profundamente, o próprio mercado da dívida pública. No sector accionista, por seu turno, ocorreram nos últimos meses do ano significativos movimentos de correcção que anularam os ganhos iniciais, embora com comportamento diferenciado entre os principais mercados (os índices dos EUA e Alemanha subiram, no resto da Europa em geral regrediram).

Face à conjuntura muito deprimida a nível internacional, a economia portuguesa registou uma estagnação em 2008 e uma acentuada contracção em 2009, ano em que o PIB decaiu 2,6%, evolução esta que, ao induzir uma forte redução das receitas do Estado e um aumento súbito da despesa pública, via subsídios de desemprego, – a taxa de desemprego subiu para 10,8% e mantém tendência ascendente – provocou uma “crise fiscal”, agravada pelo afrouxamento, em 2009, do esforço de saneamento das contas públicas que vinha sendo seguido e pela situação estrutural de excessivo peso das despesas do Estado. O défice público em percentagem do PIB atingiu

assim 9,3% em 2009 e projectava-se que ficasse em 8,3% em 2010, nível subsequentemente revisto para 7,3%, como reflexo das medidas entretanto adoptadas.

No que se refere à evolução dos preços na economia portuguesa, verificou-se uma tendência semelhante à que se descreveu para a Zona Euro, explicada pelos mesmos factores - subida do custo de produtos de base energéticos, industriais e alimentares -, a que, no caso português, poderá vir a acrescer o efeito do aumento do IVA. Assim, a taxa de inflação média em 2010 situou-se em 1,4%, contra a inflação negativa de -0,8% registada em 2009. Aliás, as variações mensais mais recentes, também à semelhança do que ocorre na Zona Euro, mostram uma subida mais vincada do índice de preços no consumidor. (Em Dezembro foi de 2,4%).

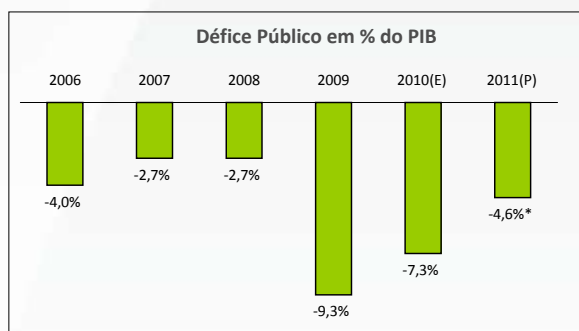
Evolução das componentes do PIB						
v.h. em %						
	2006	2007	2008	2009	2010 (Est.)	2011 (Prev.)
Consumo Privado	1,1	1,6	1,8	-1,0	1,8	-2,7
Consumo Público	-0,3	0,0	0,8	2,9	3,2	-4,6
FBCF	-2,0	3,1	-1,8	-11,9	-5,0	-6,8
Exportações	9,1	7,5	-0,3	-11,8	9,0	5,9
Importações	4,2	5,6	2,8	-10,9	5,0	-1,9
PIB	1,3	1,9	0,0	-2,6	1,3*	-1,3**
Procura Interna	0,3	1,6	1,2	-3,4	0,6	-3,9
Export. Líquidas	1,0	0,3	-1,2	0,8	0,7	2,5

Fonte: 2008,2009: BdP, Boletim Económico, Outono 2010 / 2010,2011: BdP, Boletim Económico, Inverno 2010

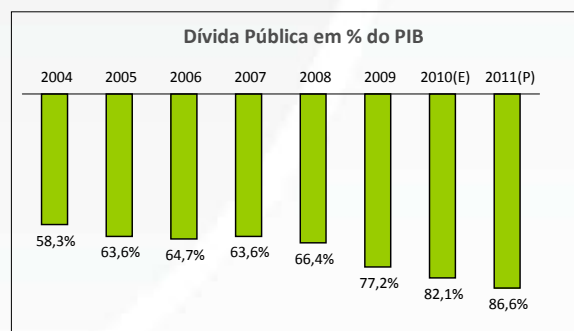
* Números recentes do INE elevaram a variação do PIB para 1,4%

** A projecção do Governo contida no OGE é de crescimento do PIB em 0,2%

O nível do défice público, aliado ao crescimento da sensibilidade ao risco da dívida soberana dos países periféricos da Zona Euro que actualmente se verifica, e que afectou fortemente os *yield* da dívida portuguesa, veio criar a necessidade de um considerável reforço das medidas correctivas do défice, com impacto inevitavelmente gravoso. Estas medidas vão, no imediato, e porventura por algum tempo no futuro, restringir consideravelmente o crescimento da economia nacional, afectando o nível de actividade das empresas e avolumando o desemprego, sendo necessário compensar o efeito negativo na procura interna através de uma maior dinâmica das exportações, que aliás têm tido ultimamente comportamento razoável, nomeadamente de produtos não tradicionais e para mercados fora da Zona Euro.



* OE - 2011



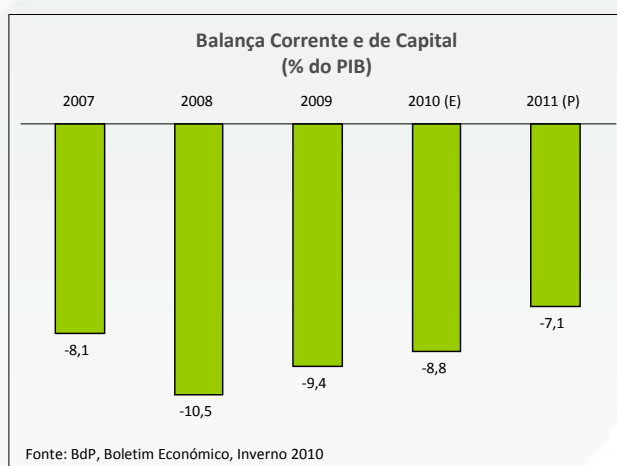
Fonte: PEC (Março de 2010) e OE - 2011. Os níveis de dívida pública contemplados na revisão de Julho/2010 eram de 83,5% do PIB para 2010 e de 85,9% para 2011, os níveis respectivos são 82,1% e 86,6%.

Os factores críticos para o comportamento das exportações prendem-se, naturalmente, com a melhoria da competitividade, que por sua vez depende do crescimento da produtividade – que exige medidas estruturais – e da contenção dos custos e da remuneração dos factores produtivos internos. A competitividade também depende, porém, da evolução do euro em relação às principais divisas, num quadro em que se especula sobre o ressurgimento de uma competição cambial entre os mais importantes pólos económicos. Em tal eventualidade, a subida do euro para além da cotação de 1€ = 1,35 USD, seria susceptível de prejudicar significativamente a evolução das exportações nacionais, e de outros países da Zona Euro, e constituiria mais um factor de agravamento das dificuldades de ajustamento da economia nacional.

Desemprego e Inflação				
	2007	2008	2009	2010 (Est.)
Taxa de desemprego (%)	8,0	7,6	9,5	10,7*
Desemprego de longa duração (%)	48,8	49,8	46,5	54,2*
Desemprego (v.h. %)	+4,9	-4,8	23,8	15,5*
Inflação (IPC v.h.)*	2,5	2,6	-0,8	1,4
da qual				
prod. energéticas	3,5	6,5	-8,0	9,5
Bens alimentares	2,8	4,2	-2,5	0,4

Fonte: BdP, Indicadores de conjuntura, Set 2010 e Jan 2011; Boletim Económico, Inverno 2010
* Até Novembro

De referir finalmente que o défice da balança corrente e de capital, que traduz a evolução do endividamento da economia portuguesa face ao exterior, registou em 2010, em percentagem do PIB, uma ligeira melhoria – descendo de 9,4% no ano anterior para 8,8% –, antevendo-se nova redução do défice (em % do PIB) em 2011 para 7,1%. No entanto, estes níveis de desequilíbrio mantêm-se excessivos, e são insustentáveis num cenário de subsistência de restrições ao financiamento externo da economia portuguesa.



1.2 Mercado de Seguros em Portugal

Mercado Vida e Não Vida

Com um crescimento superior a 12%, o Sector Segurador português recuperou da queda registada em 2009 (-5,3%). De referir que, em volume, atingiu-se o maior nível de produção jamais alcançado no mercado, com cerca de 16,3 mil milhões de Euros, que se estimam corresponder a quase 10% do PIB.

De acordo com dados da Associação Portuguesa de Seguradores, a expansão do segmento Vida (17%), alcançada num quadro de grande instabilidade dos mercados financeiros, reflecte a atracção dos aforradores por produtos com reduzido risco de investimento, característica em que se evidenciam grande parte dos produtos das Seguradoras, os que têm capitais e, muitas vezes, rendimentos garantidos. É neste quadro que se explica o expressivo crescimento dos produtos de capitalização não ligados a fundos de investimento, uma evolução que, tudo indica, está a ser largamente alimentada pela atracção de novas poupanças ao Sector, como parece reflectir a expansão igualmente clara do volume de provisões matemáticas deste ramo.

Não obstante as anunciadas limitações às respectivas deduções fiscais, não esmoreceu a apetência dos aforradores pelos PPR das Seguradoras, tendo as respectivas contribuições aumentado novamente em 2010 (3%) e para um volume quase duas vezes superior ao registado há 3 anos.

No segmento Não Vida, a produção revelou-se bastante mais estável relativamente a 2009, o que representa, na verdade, um progresso significativo face à tendência de contracção que predominou nos dois anos anteriores.

U: Milhares de Euros

	Prémios (Contratos de Seguros) & Entregas (Contratos de Investimento e de Prest. Serviços)		Varição	Estrutura	
	2009	2010	2009/2010	2009	2010
Ramo Vida	10.383.916	12.173.431	17,2%	71,5%	74,5%
Vida Não Ligados	7.198.012	9.601.098	33,4%	49,6%	58,8%
Excluindo PPR, PPE, PPR/E	4.471.909	6.572.797	47,0%	30,8%	40,2%
PPR, PPE, PPR/E	2.726.103	3.028.301	11,1%	18,8%	18,5%
Seguros de Nupcialidade e Natalidade	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
Vida Ligados a Fundos de Investimento	3.160.581	2.331.236	-26,2%	21,8%	14,3%
Excluindo PPR, PPE, PPR/E	2.741.868	2.107.046	-23,2%	18,9%	12,9%
PPR, PPE, PPR/E	418.713	224.189	-46,5%	2,9%	1,4%
Operações de Capitalização	25.323	241.098	852,1%	0,2%	1,5%
Ligadas a Fundos de Investimento	19.652	220.000	1019,5%	0,1%	1,3%
Não Ligadas a Fundos de Investimento	5.670	21.098	272,1%	0,0%	0,1%
Ramos Não Vida	4.131.602	4.168.457	0,9%	28,5%	25,5%
Acidentes e Doença	1.353.441	1.356.545	0,2%	9,3%	8,3%
Incêndio e Outros Danos	744.287	765.283	2,8%	5,1%	4,7%
Automóvel	1.665.589	1.671.882	0,4%	11,5%	10,2%
Marítimo e Transportes	31.544	25.062	-20,5%	0,2%	0,2%
Aéreo	17.657	16.340	-7,5%	0,1%	0,1%
Mercadorias Transportadas	26.155	26.208	0,2%	0,2%	0,2%
Responsabilidade Civil Geral	111.415	116.108	4,2%	0,8%	0,7%
Diversos	181.515	191.030	5,2%	1,3%	1,2%
Total Geral	14.515.518	16.341.889	12,6%	100,0%	100,0%

Fonte: Valores provisórios fornecidos pela Associação Portuguesa de Seguradores.

O Mercado Segurador em Portugal, em 2010, continuou a apresentar um forte nível de concentração, com as cinco maiores Seguradoras a representarem 81% da produção de seguros do Ramo Vida e 49% da produção de seguros do Ramo Não Vida.



Fonte: Valores provisórios fornecidos pela Associação Portuguesa de Seguradores.

No ano de 2010, de acordo com a estimativa no relatório do Orçamento de Estado para 2011, o rácio de penetração da Actividade Seguradora na actividade económica apresentou um crescimento, 8,87% em 2009 para 9,72% em 2010, contribuindo o Ramo Vida com 7,24% para este valor. No contexto da União Europeia e, no que respeita a 2008, últimos dados disponíveis, Portugal apresentava para o mesmo indicador valores superiores à média em 1,21%. Contudo, esta tendência não é confirmada pelos Prémios de Seguro Directo *per capita*, apresentando Portugal um valor de 1.442 Euros, face aos 2.007 Euros verificados na União Europeia.

Estrutura de Mercado

Para o crescimento de produção verificado no Sector concorreu fundamentalmente a expansão do segmento Vida (17%), que representa já perto de 75% da produção, contra os 72% verificados no ano anterior. Em contraste, foi relativamente marginal o crescimento do segmento Não Vida (1%).

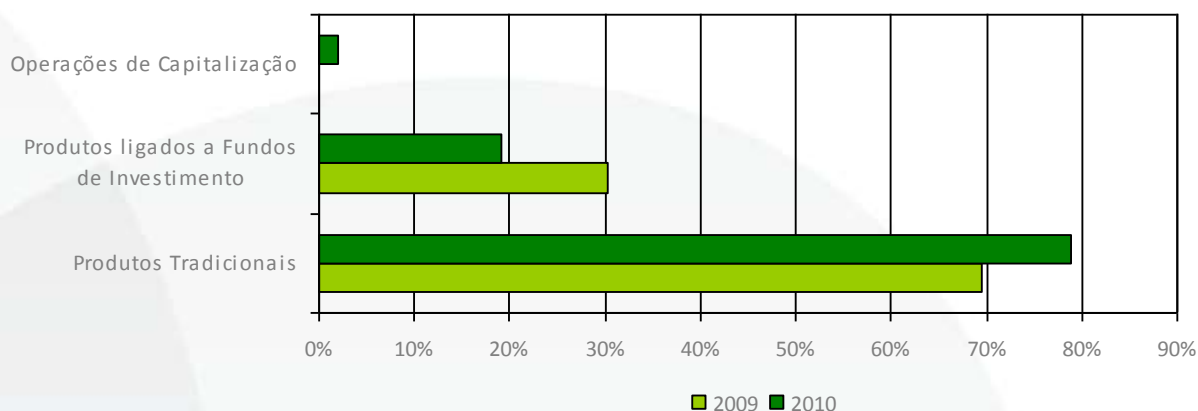


Fonte: Valores provisórios fornecidos pela Associação Portuguesa de Seguradores.

Caracterização do Mercado Vida

No que diz respeito à estrutura da carteira de Seguros de Vida, os “Produtos Tradicionais” continuam a reforçar a sua posição dominante, com 78,9% da totalidade deste segmento de negócio, registando um aumento face a 2009 cuja representatividade nesse ano foi de 69,4%. Os “Produtos ligados a Fundos de Investimento” registaram um decréscimo

acentuado com uma representatividade de 19,1% contra os 30,3% verificados no ano anterior. Já nas “Operações de Capitalização”, verificou-se uma franca subida, passando de 0,2% em 2009 para 2,0% em 2010.



Fonte: Valores provisórios fornecidos pela Associação Portuguesa de Seguradores.

2. ACTIVIDADE DA CA VIDA

2.1. Análise de Gestão

Comentários Gerais

O ano de 2010 traduziu-se num ano de consolidação das diversas iniciativas levadas a cabo no ano anterior, em especial no que se refere à reformulação das soluções disponíveis para comercialização. O cumprimento das linhas orientadoras delineadas no seu Plano Estratégico, permitiu à CA Vida um crescimento de 22% no volume de prémios brutos emitidos.

Motivaram-se os Balcões das Caixas Agrícolas, procedeu-se a um significativo incremento no montante de comissões pagas ao Grupo CA e reformulou-se a linha de comunicação, designadamente da componente de suportes de apoio à venda.

Não obstante, o resultado operacional ascendeu a valores nunca antes atingidos, sendo que o impacto fiscal não permitiu que o mesmo se verificasse de forma expressiva no Resultado Líquido Após Impostos.

O esforço permitiu à CA Vida alcançar, pela primeira vez, o sétimo lugar no Ranking das Companhias de Seguros de Vida em Portugal.

Fundos de Pensões

A actividade de Fundos de Pensões em 2010, no que se refere à gestão de fundos de pensões abertos, caracterizou-se pelo alargamento significativo da base de Clientes com um aumento de cerca de 80% no seu número face ao final de 2009, revelando, por um lado, a aposta feita pela CA VIDA na oferta de soluções de reforma em particular de fundos de

pensões e por outro lado, uma oferta de produtos cada vez mais adequada às necessidades e ao perfil de risco dos Clientes.

Com o lançamento no final de 2009 de um fundo de pensões aberto com um perfil de risco mais conservador, a CA Vida passou a disponibilizar junto dos seus Clientes, três opções de investimento que podem ser combinadas entre elas. Deste modo, procurando a satisfação das necessidades financeiras dos Clientes no médio/longo prazo, a Companhia disponibiliza aos Clientes do Grupo CA um conjunto de soluções em fundos de pensões que permite satisfazer todos os perfis de risco.

O ano de 2010 caracterizou-se igualmente pela definição de um conjunto de mecanismos de gestão do risco e controlo interno tendo em conta a dimensão, natureza e complexidade do negócio no âmbito dos fundos de pensões e ainda pelo continuado esforço de melhoria da eficiência dos processos de gestão de Fundos de Pensões.

No que se refere à gestão de activos financeiros, apesar da conjuntura desfavorável dos mercados financeiros associada à crise de dívida soberana, o ano de 2010 foi um ano positivo. Com efeito, apesar da instabilidade dos mercados financeiros, as carteiras de fundos de pensões fecharam o ano com valorizações positivas face ao final de 2009, como comprovam as respectivas taxas de rentabilidade. No ano de 2010, o Fundo de Pensões Crédito Agrícola registou uma taxa de rentabilidade de 2,04% enquanto que os Fundos de Pensões Aberto CA Reforma Segura, CA Reforma Tranquila e CA Reforma Mais obtiveram taxas de rentabilidade de 2,12%, 2,71% e 6,81%, respectivamente. O volume sob gestão cresceu 5% passando de 46.767.963 Euros em 2009 para 49.336.607 Euros para 2010. De registar que o crescimento do valor dos Fundos de Pensões Abertos geridos foi de 50% no exercício de 2010, passando de cerca de 3,2 milhões de Euros no final de 2009 para 4,8 milhões de Euros no final de 2010.

Produtos de Seguros

O ano de 2010 caracterizou-se pela consolidação do conjunto de iniciativas iniciadas no ano anterior, das quais se destaca a reestruturação na oferta global de soluções disponíveis no Grupo CA, continuando a Companhia a apostar na inovação e diferenciação dos Produtos com vista à melhoria do serviço prestado pelo Grupo e à satisfação global das necessidades dos Clientes. Não obstante, e pela importância que assume, a Companhia continuou a promover o envolvimento comercial com a sua rede de distribuição.

Actividade Comercial e de Marketing

O ano de 2010, foi novamente um ano em que a CA Vida viu a sua equipa comercial reduzida em 3 elementos (3 em 8 Coordenadores Comerciais), sendo que esta apenas foi reforçada, a partir de Setembro, com mais um Coordenador Comercial, mas que culminou no cumprimento dos objectivos a que a CA Vida se propôs, realçando-se para o efeito, o suporte mantido à distância para as regiões sem coordenador. De destacar também, o forte envolvimento do canal de distribuição quer no crescimento do negócio quer na fidelização dos Clientes de forma consistente.

Refira-se que a CA Vida tomou importantes decisões que permitiram melhorar o reconhecimento do esforço que as Caixas Agrícolas desenvolveram ao longo do ano. A implementação e reforço do modelo de comissionamento extraordinário, muito favoreceu a actividade, a qual, aliada ao incremento da competitividade das soluções da CA Vida,

permitiu a sustentabilidade do negócio vida junto do Grupo CA. Em consequência disso, a quota de mercado da CA Vida voltou a registar uma evolução interessante, passando da 9ª posição para a 7ª posição neste mercado tão competitivo.

A prestação de serviços da CA Vida, cada vez mais orientada para a qualidade, possibilitou uma maior proximidade junto dos Balcões e das Caixas Agrícolas. A estratégia implementada garantiu a actuação sobre factores determinantes, destacando-se, por exemplo, a gestão mais atempada de processos pendentes, o refrescamento da formação através de acções que reforçam as competências dos Colaboradores, a reformulação da plataforma tecnológica e de recursos humanos da área de atendimento telefónico - Vida Directo.

Uma palavra de registo para o investimento que a CA Vida desenvolveu na sua área de atendimento telefónico, quer na implementação de uma plataforma tecnológica onde contou com a exímia colaboração e disponibilidade da CA Serviços, bem como no reforço da equipa que compõe aquela área de trabalho, tem permitido a optimização da qualidade de resposta nesta importante área de prestação de serviço às Caixas Agrícolas e Clientes.

A procura contínua de soluções de venda cruzada com produtos mais directamente relacionados com a tradicional actividade bancária revelou-se ajustada ao cenário em que as taxas de juro de depósitos a prazo por si só eram pouco atractivas e onde a concorrência exercia uma forte pressão sobre os recursos do Grupo. A evidente orientação da CA Vida para encontrar soluções que permitam uma maior competitividade do canal de distribuição na cobertura e redução dos seus riscos, no aumento da rentabilidade das suas operações e no alargamento da oferta de soluções de investimento que visam a satisfação dos Clientes são seriamente determinantes. Os factores atrás referidos bem como a sua percepção e reconhecimento são exemplo do caminho comum que a CA Vida traçou para o negócio e que cada vez mais está a envolver o Grupo CA e que possibilita o desenvolvimento sustentado das taxas de penetração e de capitação junto dos Clientes.

Atentos ao impacto que a apresentação dos produtos têm sobre a decisão do Cliente, a CA Vida reorganizou a sua linha de produtos segundo segmentos de necessidade/finalidade, apostando numa linha de comunicação jovem, moderna e apelativa. Os novos suportes de comunicação apresentam-se em primeiro lugar como uma ferramenta de venda das várias soluções existentes, facilitando também ao Cliente a identificação do produto que mais se ajusta às suas necessidades.

A CA Vida continuou a apostar na comunicação directa com o canal bancário, um meio de proximidade com os Colaboradores das Caixas Agrícolas e, em simultâneo, com os seus Clientes. Continuou-se a privilegiar a utilização das novas tecnologias como forma de estar cada vez mais próximo e de uma forma mais rápida junto dos Colaboradores do Grupo CA.

Os meios de comunicação mais tradicionais, como são a *newsletter* “A Folha” e a “Flash”, mantiveram a sua regularidade, comunicando os eventos e actividades desenvolvidas que mais se destacaram ao longo do ano, bem como informando o Grupo das questões técnicas e operacionais associadas às soluções Vida.

Formação do Canal de Distribuição

A colaboração da CA Vida no desenvolvimento e implementação do Plano de Formação do Grupo CA, exigiu uma contínua preocupação em oferecer os melhores meios e métodos disponíveis para que os resultados continuem a ser

reconhecidos e de onde se possam obter os respectivos incrementos qualitativos nas performances dos desempenhos dos Formandos nas Caixas Agrícolas.

Ano após ano, a CA Vida tem apresentado as suas sugestões junto do Departamento de Recursos Humanos do Grupo CA visando a optimização do investimento que as Caixas Agrícolas efectuam nos seus recursos humanos e na necessária dinâmica que é exigida a tão importante instrumento que é a formação. O desenvolvimento das competências dos recursos humanos é factor determinante para o sucesso das equipas de trabalho.

Em complemento da formação considerada no Plano de Formação do Grupo CA, a CA Vida oferece e responde às necessidades pontuais de cada Caixa Agrícola, desenvolvendo por sua iniciativa acções de refrescamento sempre que se detectam ou que são solicitadas pelas Caixas Agrícolas.

Como cumprimento do Plano de Formação do Grupo CA, a CA Vida efectuou as seguintes acções:

- 7 acções de formação “Saberes Mais”, onde estiveram presentes 64 Colaboradores, em diversos pontos do Continente;
 - Os resultados da avaliação média destas formações realçaram a responsabilidade, o rigor e a dedicação que lhe está associado, a avaliação dos Formadores sobre a formação foi de 87%, dos Formandos sobre a formação foi de 79% e dos conhecimentos adquiridos pelos Formandos foi de 95%;
 - Todos os 3 indicadores melhoraram face ao ano anterior;
- 3 acções de formação “Forbasic”, onde estiveram presentes 68 Colaboradores recém-admitidos no Grupo CA;
 - Os resultados da avaliação média obtida pelos Formadores sobre a formação foi de 85%, pelos formandos sobre a formação foi de 77% e dos conhecimentos adquiridos pelos Formandos foi de 90%;
 - O indicador da avaliação dos formandos sobre a formação melhorou e os restantes indicadores diminuíram face ao ano anterior;

O número de formações decorridas reduziu, contudo o envolvimento dos intervenientes tem registado forte interesse neste capítulo e é exemplo do investimento que todos desenvolvemos a tão considerável assunto.

Sistemas de Informação

Em 2010, a Companhia iniciou o desenvolvimento de um Sistema de Informação de Gestão que visa suportar os processos de controlo e análise da actividade e reforçar a informação de gestão actualmente produzida para suporte à decisão.

Foram desenvolvidas novas funcionalidades para o sistema de gestão documental, aumentando a interligação ao sistema base da Companhia, optimizando a classificação, circulação e consulta dos documentos recebidos, permitindo ganhos de eficiência aos vários Departamentos da Companhia.

No que respeita ao Plano de Continuidade de Negócio, foram implementados novos processos de manutenção da Continuidade de Negócio, de modo a garantir um funcionamento adequado e alinhado com o desenvolvimento do Negócio, assegurando a adequação dos mecanismos de recuperação e salvaguarda da informação.

Foram também reforçados os mecanismos de controlo, através da disponibilização de ferramentas de automatização, integração e validação de informação, de acordo com as políticas de Gestão de Riscos e Controlo Interno, efectuando-se também as adequações às directivas regulamentares do Sector no que respeita a esta matéria.

Gestão de Riscos

O trabalho desenvolvido no ano anterior permitiu que em 2010 a Companhia participasse de forma autónoma no 5º estudo de impacto quantitativo (QIS5) decorrente da implementação do regime de Solvência II. A participação nos estudos de impacto quantitativo permitem aferir quais os requisitos de capital necessários em ambiente de Solvência II, identificando quais os riscos que representam maior consumo de capital e desta forma incorporar medidas de gestão de riscos nos processos de decisão que permitam otimizar os recursos de capital da Companhia no regime de Solvência II. Em 2010 o processo de geração de produtos foi melhorado no que respeita análise de rentabilidade dos mesmos. Desta forma tornou-se possível mensurar os riscos associados aos produtos e realizar uma gestão eficaz dos riscos.

No âmbito do Controlo Interno foram implementados novos procedimentos de reporte e registo de riscos operacionais. Foram também implementados novos procedimentos de validação e controlo da informação de gestão permitindo um acompanhamento tempestivo da actividade da Companhia.

Gestão de Activos

Evolução dos Mercados

Em 2010, o ritmo de expansão da economia mundial registou uma aceleração acentuada face ao ano anterior, tendo-se verificado, simultaneamente, uma redução pronunciada dos níveis de aversão ao risco dos agentes económicos, num contexto de forte crescimento económico no bloco de países emergentes e de ampla abundância de liquidez no sistema financeiro internacional.

De acordo com as projecções do Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia global terá crescido 5% em 2010, beneficiando do dinamismo evidenciado pelas economias em vias de desenvolvimento (+7,1%) e de uma recuperação moderada das economias industrializadas as quais terão registado uma expansão de 3%, num contexto de forte acomodação monetária e de subida moderada da inflação à escala global.

Na Europa, a intensificação da crise soberana provocou uma forte deterioração dos fundamentais macroeconómicos das economias periféricas da Zona-Euro, desencadeando uma escalada dos prémios de risco soberano europeus e forçando aqueles países a adoptarem medidas rigorosas de austeridade fiscal e de consolidação das finanças públicas. Em Maio, a Grécia activou um pedido de auxílio financeiro junto da União Europeia / FMI, na sequência do qual os países da União Económica e Monetária (UEM) procederam à criação do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF), inserido num programa de financiamento conjunto com o FMI. Posteriormente, a Alemanha propôs a introdução dum mecanismo permanente de gestão de crises financeiras no seio da UEM - através do qual um país insolvente procederá a uma reestruturação ordenada da sua dívida pública sem recurso a assistência financeira dos restantes países membros do Euro - provocando uma nova explosão do risco sistémico na região, tendo culminado, em Novembro, no colapso financeiro da Irlanda e na implementação dum plano de financiamento no âmbito do FEEF. Os rumores de que Portugal estaria igualmente prestes a recorrer ao FEEF/FMI tornaram-se recorrentes.

Nos Estados Unidos, a Reserva Federal (FED) apresentou em Novembro de 2010 um novo programa de *quantitative easing* (QE2), no sentido de estimular a recuperação da economia, prevenir a materialização dum cenário de *double*

dip e de deflação e promover o crescimento do emprego. Em Dezembro, o Senado aprovou uma extensão do pacote de corte de impostos sobre os particulares introduzidos na era Bush. Num ambiente de reduzida visibilidade económica, a taxa dos *fed funds* permaneceu intacta em 2010 no valor mínimo recorde de 0,25%.

O Banco Central Europeu (BCE) manteve a sua taxa de juro de referência inalterada em 1% ao longo de 2010, no sentido de providenciar suporte à recuperação da economia europeia. Simultaneamente, o Banco Central manteve em vigor um conjunto de medidas de gestão de liquidez nos mercados interbancários, destinadas a satisfazer as necessidades de financiamento da generalidade das instituições financeiras do bloco periférico. Efectivamente, a banca grega, irlandesa e portuguesa perdeu o acesso aos mercados primários de obrigações, colocando severos constrangimentos na gestão do seu balanço e reduzindo de forma acentuada a sua capacidade creditícia. Entretanto, o BCE adoptou um programa de aquisição de obrigações de dívida pública dos países mais assolados pela crise – enquadrado no plano de resolução da crise soberana europeia anunciado em Maio – com o objectivo de estabilizar os seus custos de financiamento, garantir a sua liquidez e assegurar a sua solvabilidade económica.

No final de Agosto, as taxas de juro das obrigações de dívida pública alemã atingiram novos mínimos históricos, pressionadas por um ambiente de forte aversão ao risco, implementação de política monetárias expansionistas e receios de deflação nos países industrializados. Por seu turno, os prémios de risco soberano do bloco periférico europeu registaram subidas materiais ao longo de 2010, tendo as *yields* nominais das obrigações de médio e longo prazo gregas, irlandesas e portuguesas fixado novos máximos desde a introdução da moeda única.

Em Setembro, os reguladores financeiros internacionais acordaram sobre os novos requisitos, estrutura e qualidade do capital da banca que consubstanciam a proposta Basileia III, cuja implementação será concretizada de forma faseada até 2019. As regras, assim como, as metas temporais definidas pelos reguladores foram menos exigentes do que inicialmente previsto, permitindo à banca reforçar a sua base de capital de forma gradual e prevenindo a realização massiva de operações de aumento de capital.

A consolidação da recuperação cíclica da economia mundial, a implementação do novo programa QE II e a aprovação dum novo pacote de estímulo fiscal nos EUA, afastaram os receios de nova recessão e de deflação nas economias industrializadas, suscitando uma forte correcção nos principais mercados obrigacionistas internacionais. Por sua vez, a forte valorização dos preços da generalidade das matérias-primas provocou um aumento das expectativas inflacionistas. De destacar a forte valorização do Ouro, cujo preço atingiu novos valores recorde.

Na segunda metade de 2010, os mercados accionistas internacionais registaram um forte *rally*, coincidente com o anúncio do plano de estímulo monetário QE II. No final de Dezembro, o índice MSCI World fechou acima do valor da sessão anterior ao colapso da Lehman Brothers. As bolsas emergentes apresentaram valorizações acentuadas pelo segundo ano consecutivo, cortesia da forte dinâmica económica observada neste conjunto de países. Os *benchmarks* pan-europeus apresentaram igualmente valorizações robustas, contudo, verificou-se uma forte dispersão de *performances* a nível regional. De facto, as bolsas periféricas do espaço Euro fecharam 2010 com perdas acentuadas, reflectindo a forte degradação dos seus fundamentais macroeconómicos e a explosão dos prémios de risco soberano.

Política de Gestão de Activos

Durante o ano de 2010, verificou-se uma alteração sem precedentes na percepção do risco soberano nos mercados financeiros europeus, a qual se traduziu no facto das obrigações de dívida pública representativa dos países do Sul da Europa e da Irlanda terem passado a ser qualificadas como activos de risco e, em consequência, terem perdido o seu estatuto de *safe asset*. Neste contexto, o perfil de risco da generalidade das carteiras registou alguma degradação, pelo

que a principal orientação de investimento adoptada em 2010 consistiu na redução do risco de crédito soberano dos *portfolios*, traduzindo-se num corte adicional da exposição à dívida pública ibérica relativamente à redução encetada no final de 2009. Efectivamente, na sequência da intensificação da crise soberana no espaço económico do Euro, que originou o colapso financeiro da Grécia e da Irlanda, os prémios de risco soberano dos países periféricos da União Económica e Monetária registaram subidas acentuadas para valores recorde. Em contrapartida, promoveu-se o reforço do investimento em dívida pública representativa dos países *core* europeus e procedeu-se, pela primeira vez, à aquisição de obrigações de dívida pública italiana de duração curta, com o objectivo de compensar a redução da rendibilidade intrínseca da carteira de dívida soberana. Simultaneamente, o peso relativo da classe de dívida soberana no total dos *portfolios* desceu em 2010 face ao encerramento do exercício de 2009.

A exposição aos mercados de crédito europeus manteve-se relativamente constante no decurso de 2010, constituindo a classe de activos que registou a maior valorização anual. A crise soberana intra-UEM teve repercussões adversas no valor dos activos afectos aos países periféricos da UEM, nomeadamente, nas obrigações do segmento financeiro de risco Irlanda e Portugal. A banca portuguesa, por sua vez, perdeu o acesso aos mercados obrigacionistas para obtenção de financiamento a médio e longo prazo, na sequência da forte degradação do risco Portugal. Assim, os investimentos realizados privilegiaram a aquisição de obrigações de emitentes domiciliados na zona *core* europeia de duração curta e intermédia, no sentido de reduzir a volatilidade dos *portfolios* de crédito. O peso das obrigações *covered* em carteira aumentou de forma material ao longo de 2010, tendo constituído o principal veículo de investimento nos mercados de crédito periféricos europeus.

O investimento em acções europeias permaneceu igualmente constante ao longo de 2010, num ambiente de consolidação da recuperação cíclica da economia mundial, de preservação de políticas monetárias expansionistas no bloco de países desenvolvidos e de franca melhoria dos fundamentais das empresas. A agudização da crise soberana na Zona-Euro penalizou severamente as bolsas do Sul da Europa, tendo atingido o sector financeiro com particular intensidade. Nesta perspectiva, procedeu-se à redução quase total das posições em títulos portugueses e cortou-se a exposição a acções de risco Espanha e Itália. A composição sectorial dos *portfolio* de acções privilegiou o investimento nos sectores *high-yield* e de energia, mantendo uma exposição ao sector bancário materialmente inferior em relação ao respectivo *benchmark*.

Os activos sob gestão aumentaram 9% em 2010 (mais cerca de 72 milhões de Euros face a 2009) atingindo os 863 milhões de Euros, em 31 de Dezembro de 2010.

Carteira de Investimentos

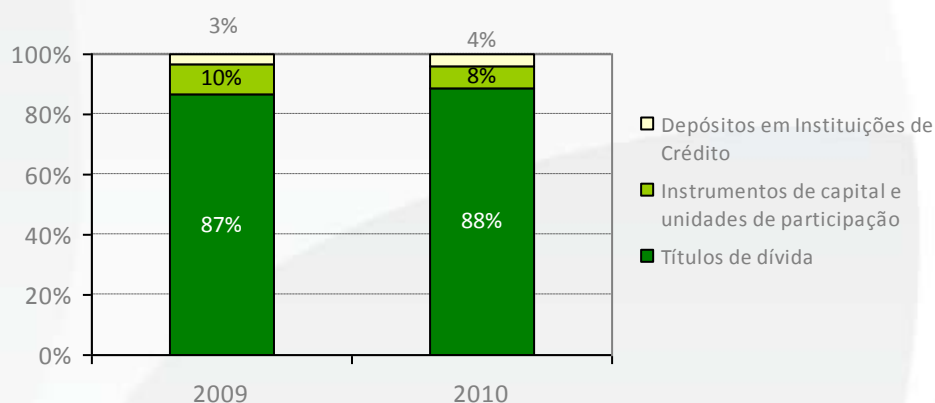
U: Milhares de Euros

	2009	2010
Títulos de dívida	684.433	762.797
Instrumentos de capital e unidades de participação	81.661	65.079
Depósitos em Instituições de Crédito*	26.153	36.702
Derivados detidos para negociação	-972	-1.334
Total	791.275	863.244

* Inclui depósitos à ordem e a prazo.

No que se refere à composição desta, os títulos de dívida representam a proporção mais significativa de activos em carteira, na ordem de 88% no final do ano de 2010, tendo-se registado um decréscimo nos investimentos em instrumentos de capital e unidades de participação.

Estrutura da Carteira de Investimentos



Custos por Natureza a Imputar

De acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, os custos a seguir discriminados foram ao longo do ano registados por natureza, tendo posteriormente sido imputados por funções.

U: Milhares de Euros

	2009	2010	Var. 10/09
Gastos com o pessoal	2.409	2.551	6%
Fornecimentos e serviços externos	2.790	2.711	-3%
Impostos e taxas	103	125	21%
Depreciações e amortizações do exercício	517	476	-8%
Provisões para riscos e encargos			
Juros suportados	3	1	-56%
Comissões	2.137	2.488	16%
Total	7.959	8.351	5%

Em 2010 os custos operacionais ascenderam a 8,3 milhões de Euros (7,9 milhões de Euros em 2009) apresentaram um crescimento de 5% face ao período homólogo, o que corresponde a um aumento de cerca de 392 mil Euros.

No ano de 2010 assistiu-se a um incremento dos Custos com o Pessoal em virtude de a CA Vida ter um segundo Vogal do Conselho de Administração Executivo remunerado.

No que respeita aos Fornecimentos e Serviços Externos, estes apresentaram um decréscimo face ao ano anterior na ordem dos 3% justificado pela diminuição dos custos com publicidade, actuariado e despesas de correspondência.

A rubrica Impostos e Taxas inclui, essencialmente, a taxa a favor do Instituto de Seguros de Portugal que incide directamente sobre os prémios brutos emitidos, que ao crescerem 22% face ao ano anterior, explica o aumento desta rubrica.

A diminuição do valor das amortizações do exercício é explicada pelo fim das amortizações de algum equipamento administrativo e de transporte cuja substituição se tem processado num contexto de contenção e avaliação do seu impacto.

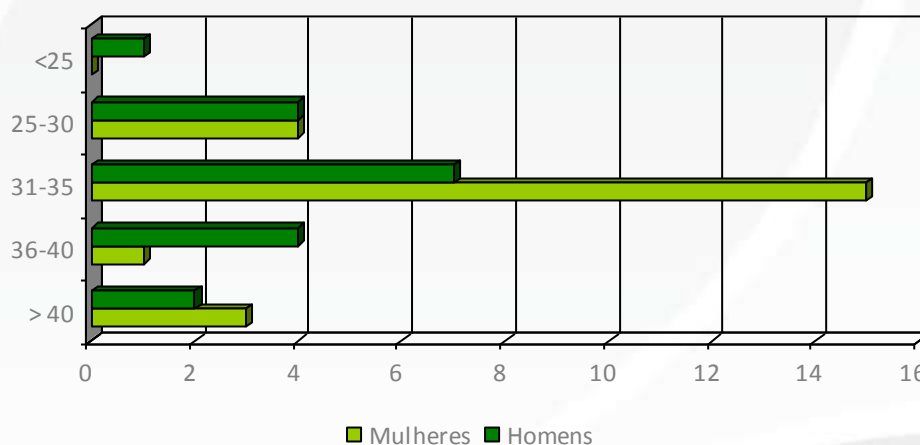
Na rubrica Comissões encontram-se os valores das comissões de gestão e custódia das carteiras de investimento da Companhia, sendo o seu incremento explicado pelo aumento do volume de activos sob gestão.

Recursos Humanos e Formação

Assistiu-se, em 2010, a um decréscimo do número de Colaboradores, sendo 41 o número total de efectivos no final do ano. Apesar do decréscimo ocorrido, verificou-se a entrada de dois novos Colaboradores, respectivamente, para o Departamento Comercial e Área de Sistemas de Informação.

A idade média dos Colaboradores da CA Vida continua a situar-se nos 34 anos, sendo que a percentagem de Funcionários que se encontram entre os 31 e os 35 anos de idade apresentou um ligeiro aumento, passando de 52,3% em 2009 para 53,7% em 2010.

Estrutura Etária do Pessoal a 31-12-2010



Dando continuidade à prática de anos anteriores, a CA Vida continua a privilegiar o desenvolvimento dos seus Recursos Humanos e a gerir a sua política de admissão de novos Colaboradores em função das necessidades de optimização do nível de serviço prestado às Caixas Agrícolas.

Política de Remunerações

Divulgação da política de remunerações, de acordo com a Norma nº5/2010-R de 1 de Abril e com as recomendações da Circular nº6/2010, de 1 de Abril, nos itens aplicáveis.

A política de remunerações dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização da CA Vida, a seguir apresentada, estabelecida pela Comissão de Remunerações, foi aprovada pela Assembleia Geral realizada a 26 de Março de 2010.

Os Membros do órgão de Administração devem desempenhar as suas funções de forma diligente e criteriosa, no interesse da CA Vida, tendo em conta a sua actividade e os interesses dos seus accionistas e colaboradores, sendo, para isso, importante, que sejam estabelecidos parâmetros de remuneração adequados que motivem o elevado desempenho individual e colectivo e que permitam estabelecer, e serem atingidas, elevadas metas de crescimento da Sociedade, com bons resultados para os seus Accionistas no quadro de uma cuidada gestão de risco, atentos aos diferentes interesses que a Seguradora deve respeitar.

As remunerações dos membros do Conselho de Administração Executivo, a fixar pelo Conselho Geral e de Supervisão, devem, pois, no entender da Comissão de Remunerações, conter uma componente fixa e outra variável (prémios), podendo também, nos termos dos Estatutos da Sociedade, a remuneração consistir numa participação de lucros distribuíveis, com o limite neles estabelecido.

A componente fixa deve visar, fundamentalmente, a remuneração do esforço desenvolvido ao longo de cada exercício do respectivo mandato, devendo ter em linha de conta, designadamente, a relevância das áreas de gestão executiva de cada um dos Membros, a sua experiência curricular e o nível de remunerações praticado noutras empresas congéneres.

Por sua vez, na fixação da componente variável da remuneração dos Membros do Conselho de Administração Executivo deve ter-se, nomeadamente, em conta, para além dos principais indicadores financeiros e de ser considerada a sustentabilidade dos mesmos, o seu contributo para os resultados obtidos, o trabalho desenvolvido durante o exercício e os critérios aplicados em cada ano na atribuição dos prémios aos restantes Quadros da Sociedade, devendo, no entender da Comissão de Remunerações, essa remuneração variável ser paga anualmente, aquando do pagamento dos prémios aos restantes Quadros.

Em qualquer dos casos, deverá caber ao Conselho Geral e de Supervisão a definição do peso específico e de ponderação relativa de cada um dos critérios acima enunciados que, só no plano da sua consideração deve esta Comissão ter por vinculativos.

Tendo em atenção a natureza e a estrutura do Grupo CA, de que a CA Vida faz parte, não existe qualquer tipo de plano de atribuição de acções ou opções de aquisição de acções aos Membros do Conselho de Administração Executivo, situação que se entende ser de manter.

Relativamente às remunerações dos Membros do Conselho Geral e de Supervisão, tendo em conta a natureza da composição desse Órgão Social (composto por representantes indicados pelas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo eleitas em Assembleia Geral para esse Órgão), os mesmos têm sido remunerados apenas através da atribuição de “senhas de presença” pela participação que têm nas reuniões em que participam, cujo valor tem essencialmente em linha de conta os custos e as despesas com as deslocações e com as participações nas respectivas reuniões.

No que respeita à Sociedade Revisora Oficial de Contas da CA Vida, a sua remuneração é feita por via de um contrato de prestação de serviços de revisão de contas, estando a sua remuneração em linha de conta com as práticas do mercado.

2.2. Produção

Prémios de Seguros de Vida

No ano de 2010, a CA Vida apresentou um volume de prémios brutos emitidos de quase 255 milhões de Euros o que representou um acréscimo de 22% quando comparado com o ano anterior. Saliente-se o crescimento alcançado nos produtos de Capitalização em cerca de 24%.

No que respeita a Fundos de Pensões, o volume de contribuições ascendeu em 2010 a 3,8 milhões de Euros.

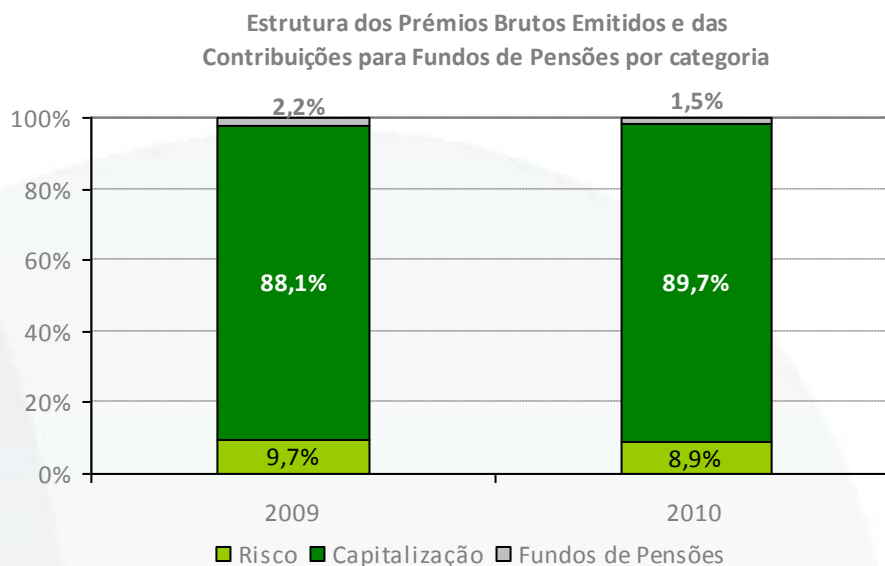
U: Euros

Prémios Brutos Emitidos e Contribuições para Fundos de Pensões	2009	2010	Var. 10/09
Prémios de Risco	20.526.211	22.937.941	11,7%
Prémios de Capitalização	187.464.071	231.504.139	23,5%
Sub-Total	207.990.282	254.442.080	22,3%
Fundos de Pensões	4.694.812	3.787.789	-19,3%
Total	212.685.094	258.229.869	21,4%

Evolução dos Prémios Brutos Emitidos por Produto e das Contribuições para Fundos de Pensões



No ano de 2010, 8,9% dos prémios emitidos respeitaram a Produtos de Risco e 89,7% a Produtos de Capitalização, sendo o peso das contribuições para Fundos de Pensões no volume de negócios de 1,5%.



Carteira de Clientes

Em 2010, muito embora a carteira de Produtos de Risco tenha sofrido um aumento significativo, o aumento da subscrição de Produtos de Capitalização foi ainda maior, o que faz com que o peso destes produtos na composição da carteira se acentue relativamente a anos anteriores. A carteira de Fundos de Pensões, embora assuma ainda uma posição modesta na carteira, apresentou um crescimento significativo em relação ao ano anterior.

No final do ano, o número de apólices em vigor era de 215.405 e o número de contratos de Fundos de Pensões era de 1.725, o que representa um crescimento, face ao ano anterior, de 9 % e 80%, respectivamente.

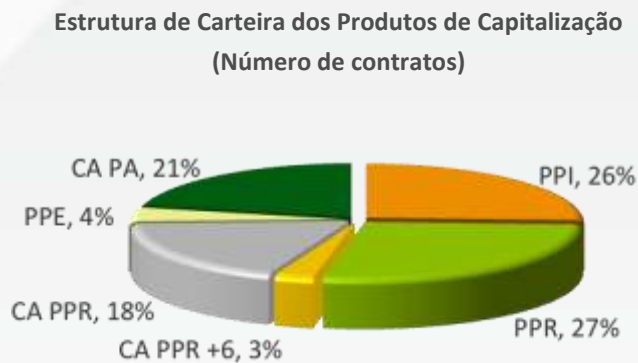


Ao focar a análise exclusivamente nos Produtos de Risco, verificamos que a preponderância dos produtos associados ao crédito se mantém, à semelhança de anos anteriores.

Em 2010 verificaram-se pequenas variações relativamente ao ano anterior, que corresponderam a um aumento de 1% na carteira de Protecção Crédito Habitação, um decréscimo de 2% na carteira de Protecção Família e um aumento de 1,5% no CA Vida Plena, sendo que, a variação mais expressiva acaba por ser a deste último produto devido à sua, ainda pequena, dimensão. Os restantes produtos mantiveram o peso na carteira verificado em 2009.



Na carteira de Produtos de Capitalização, após ter sido descontinuada a venda dos produtos PPI, PPR e PPE, acentuou-se a tendência de descida na percentagem de contratos destes produtos, face ao ano de 2009. Da mesma forma se verificou um aumento significativo, nos produtos CA Poupança Activa, cujo aumento verificado foi de 11%, e CA PPR com um aumento de 6% na carteira.



Em 2010, verificou-se um crescimento de cerca de 80% na carteira de Pensões. Acentuou-se a tendência, já anteriormente observada, de que a preferência do investidor incide sobre as opções de investimento mais seguras.

Assim, observou-se uma diminuição no peso dos Fundos Reforma Mais e Reforma Tranquila, que foi compensada pelo aumento verificado no Fundo Reforma Segura. No entanto, o Fundo Reforma Tranquila continua a ser aquele que tem mais peso na carteira de Fundos de Pensões.

**Estrutura de Carteira dos Fundos de Pensões
(Número de contratos)**



Sinistros

Os custos com sinistros aumentaram 80,5% na Carteira de Poupança, com especial destaque para os resgates e para os sinistros pagos por vencimento dos contratos que registaram um crescimento de 69% e 86%, respectivamente.

Na Carteira de Risco assistiu-se a um decréscimo de 3,6% nos custos com sinistros comparando com o período homólogo.

U: Euros

Custos com Sinistros	Risco		
	2009	2010	Var. 10/09
Montantes Pagos	6.288.421	6.409.049	1,9%
Provisão para Sinistros (Variação)	16.644	-329.478	-2079,5%
Total	6.305.066	6.079.570	-3,6%

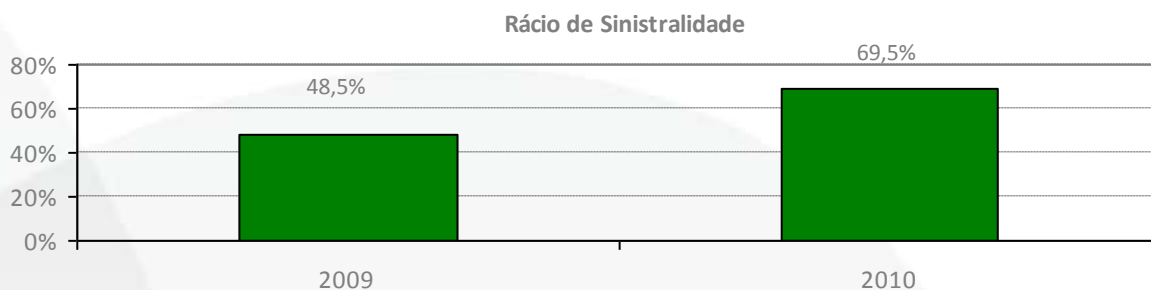
Nota: Os valores não incluem custos de gestão imputados.

U: Euros

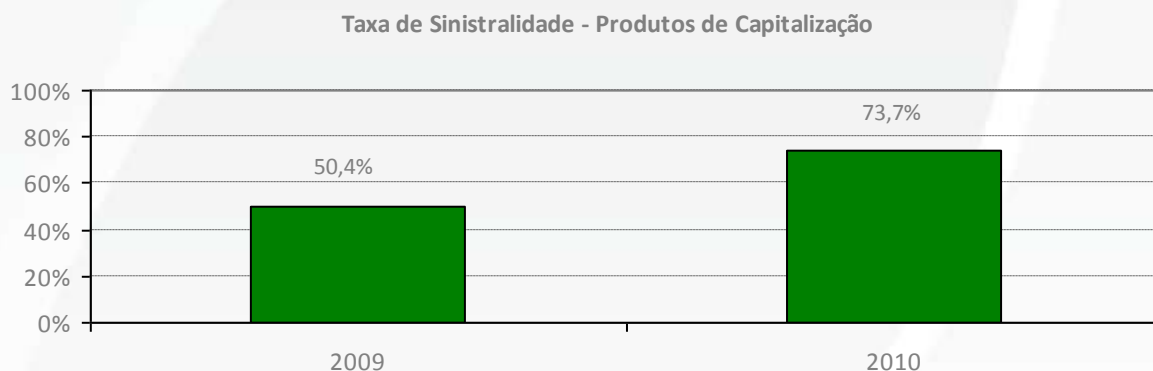
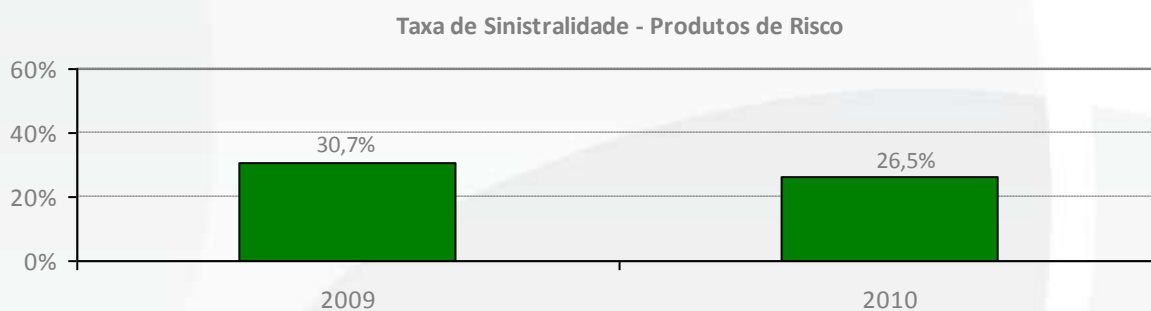
Custos com Sinistros	Capitalização		
	2009	2010	Var. 10/09
Montantes Pagos	94.539.865	170.668.588	80,5%
Provisão para Sinistros (Variação)	0	1.583	-
Total	94.539.865	170.670.171	80,5%

Nota: Os valores não incluem custos de gestão imputados.

O rácio total de sinistralidade, calculado com base na relação entre os custos com sinistros (montantes pagos e variação da provisão para sinistros) e os prémios brutos emitidos, apresenta um aumento de 21% quando comparado com 2009.

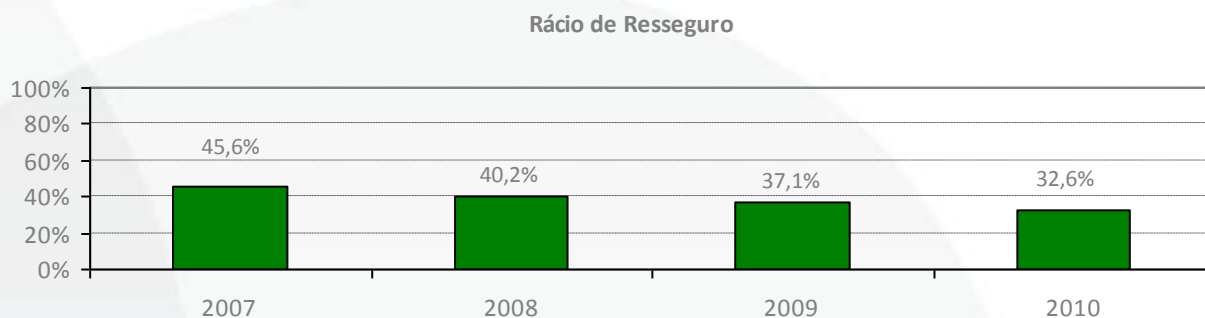


A análise da sinistralidade relativa aos Produtos de Risco evidencia um decréscimo da taxa de sinistralidade destes Produtos. No caso dos Produtos de Capitalização o acréscimo registado no valor é determinado essencialmente pelos sinistros pagos por vencimento dos contratos pagos durante o exercício.



Resseguro

A CA Vida tem parte do capital seguro dos Produtos de Risco coberto por Resseguro. O rácio dos prémios de resseguro cedido em relação à totalidade dos Prémios Brutos Emitidos, tem vindo a registar uma diminuição desde 2007. Esta progressiva redução deve-se ao facto de os tratados de resseguro existentes terem sido actualizados por via do aumento da parte de capital retida pela Companhia.



3. PERSPECTIVAS PARA 2011

O ano de 2011 apresenta-se como mais um ano de incerteza quanto ao futuro próximo, atendendo à envolvente macroeconómica. A CA Vida, focalizada nas necessidades dos seus Clientes, irá prestar especial atenção à adequação dos seus produtos, constando para o efeito, no seu plano estratégico, um conjunto de iniciativas cujo alinhamento procurará responder às exigências do momento.

O sucesso da Companhia estará estritamente relacionado com o nível de conforto que proporciona aos seus Clientes, minimizando assim o sentimento de insegurança e instabilidade vivido do país. No caso específico dos Seguros de Risco, a Companhia está especialmente atenta às alterações legislativas que possa ocorrer de forma a dar resposta imediata às mudanças verificadas. No segmento de Seguros de Capitalização e de Fundos de Pensões, prevê-se que a oferta de produtos terá como principal linha orientadora a necessidade de aforro do Cliente a médio e longo prazo, nomeadamente para a constituição de complementos de reforma.

É expectável que a eficiência de procedimentos e a competitividade de soluções nos conduza a um aumento de produtividade.

4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado Líquido da CA Vida, em 2010, é de 6.107.050,42 Euros.

Deste resultado, 10% serão utilizados para o reforço da Reserva Legal no montante de 610.705,04 Euros, de modo a cumprir o disposto no artigo 42º do Decreto-Lei nº 94-B/98.

O Conselho de Administração Executivo propõe a distribuição de dividendos pelos Accionistas, no montante de 750.000,00 Euros, que corresponde a 5% do Capital Social da Companhia.

Quanto ao remanescente, no valor de 4.746.345,38 Euros, o Conselho de Administração Executivo propõe a sua transferência para Resultados Transitados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

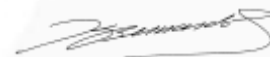
O Conselho de Administração Executivo da CA Vida agradece a colaboração das várias entidades que contribuem para o alcance dos diferentes objectivos a que a Companhia se tem proposto, nomeadamente:

- Aos Accionistas – Grupo CA – pelo apoio demonstrado durante todo o ano;
- Às Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, pelo seu esforço de comercialização dos Produtos da Companhia;
- Aos Membros do Conselho Geral e de Supervisão, Revisor Oficial de Contas e Auditores pelo seu acompanhamento e aconselhamento;
- Ao Instituto de Seguros de Portugal e Associação Portuguesa de Seguradores, pelo seu apoio nas respectivas áreas de competência;
- Aos Resseguradores, pelo seu apoio técnico;
- Aos Clientes, pela sua preferência e confiança;
- Aos Colaboradores, pelo seu profissionalismo e dedicação.

A todos, os sinceros agradecimentos.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2011

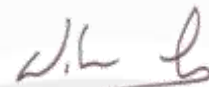
O Conselho de Administração Executivo



Joaquim da Silva Bernardo



António João Alberto Castanho



Nelson Fernando Ferreira Maurício



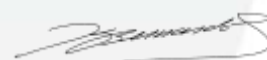
Contas 2010

**A NOSSA SEGURANÇA
FAZ PARTE DA NOSSA VIDA**

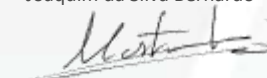
1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício		Exercício anterior	
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos		Valor Líquido
ACTIVO					
8	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	881.888		881.888	2.743.714
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				
	Activos financeiros detidos para negociação				
	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	958.012		958.012	
	Derivados de cobertura				
3; 6	Activos disponíveis para venda	826.918.015		826.918.015	766.093.509
	Empréstimos e contas a receber	35.820.355		35.820.355	23.409.808
	Depósitos juntos de empresas cedentes				
3; 6	Outros depósitos	35.820.355		35.820.355	23.409.808
	Empréstimos concedidos				
	Contas a receber				
	Outros				
	Investimentos a deter até à maturidade				
	Terrenos e edifícios				
	Terrenos e edifícios de uso próprio				
	Terrenos e edifícios de rendimento				
10	Outros activos tangíveis	1.306.639	927.245	379.394	432.364
	Inventários				
	Goodwill				
12	Outros activos intangíveis	2.244.913	1.941.247	303.666	440.673
	Provisões técnicas de resseguro cedido	2.112.924		2.112.924	2.732.476
	Provisão para prémios não adquiridos				
	Provisão matemática do ramo vida				
3	Provisão para sinistros	2.112.924		2.112.924	2.732.476
	Provisão para participação nos resultados				
	Provisão para compromissos de taxa				
	Provisão para estabilização de carteira				
	Outras provisões técnicas				
23	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	153.267		153.267	160.279
	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	4.484.575	4.039	4.480.537	520.894
13	Contas a receber por operações de seguro directo	33.612	4.039	29.573	39.928
13	Contas a receber por outras operações de resseguro	1.276.597		1.276.597	308.693
13	Contas a receber por outras operações	3.174.367		3.174.367	172.273
	Activos por impostos	772.661		772.661	1.060.243
24	Activos por impostos correntes	246.157		246.157	276.838
24	Activos por impostos diferidos	526.504		526.504	783.405
	Acréscimos e diferimentos	12.091		12.091	13.720
	Outros elementos do activo				
	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	TOTAL ACTIVO	875.665.340	2.872.531	872.792.809	797.607.681

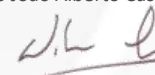
Conselho de Administração Executivo



Joaquim da Silva Bernardo



António João Alberto Castanho




Nelson Fernando Ferreira Maurício

O Técnico Oficial de Contas


Ana Cristina Teixeira Guedes
T.O.C. n.º 50523

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
	Provisões técnicas	818.870.425	746.679.766
3; 4	Provisão para prémios não adquiridos		
	Provisão matemática do ramo vida	796.028.773	715.831.413
3	Provisão para sinistros		
	De vida	5.356.054	5.683.949
	De acidentes de trabalho		
	De outros ramos		
3; 4	Provisão para participação nos resultados	1.348.930	16.790.336
3	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira	16.136.668	8.374.068
	Provisão para desvios de sinistralidade		
	Provisão para riscos em curso		
	Outras provisões técnicas		
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
	Outros passivos financeiros	1.334.341	972.128
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores		
3; 6	Outros	1.334.341	972.128
	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		
6	Outros credores por operações de seguros e outras operações	1.098.679	2.635.729
	Contas a pagar por operações de seguro directo	1.014	1.471
	Contas a pagar por outras operações de resseguro		
	Contas a pagar por outras operações	1.097.665	2.634.258
24	Passivos por impostos	1.279.268	1.868.575
	Passivos por impostos correntes	422.048	595.430
	Passivos por impostos diferidos	857.220	1.273.144
3	Acréscimos e diferimentos	4.920.231	2.252.837
	Outras Provisões		
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	TOTAL PASSIVO	827.502.945	754.409.034
	CAPITAL PRÓPRIO		
25	Capital	15.000.000	15.000.000
	(Acções Próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
26	Reservas de reavaliação	-3.206.047	1.236.903
	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	-3.206.047	1.236.903
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		
	Por revalorização de activos intangíveis		
	Por revalorização de outros activos tangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
26	Reserva por impostos diferidos	776.696	-400.422
26	Outras reservas	3.013.888	2.412.353
	Resultados transitados	23.598.278	18.934.460
	Resultado do exercício	6.107.050	6.015.353
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	45.289.864	43.198.647
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PROPRIO	872.792.809	797.607.681

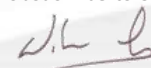
Conselho de Administração Executivo



Joaquim da Silva Bernardo



António João Alberto Castanho



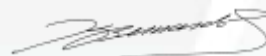
Nelson Fernando Ferreira Maurício

O Técnico Oficial de Contas


Ana Cristina Teixeira Guedes
T.O.C. n.º 50523

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício				Exercício anterior
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	246.962.100			246.962.100	200.377.099
14	Prémios brutos emitidos	254.442.080			254.442.080	207.990.282
14	Prémios de resseguro cedido	-7.479.980			-7.479.980	-7.613.183
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)					
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)					
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços					
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	175.119.813			175.119.813	98.148.244
	Montantes pagos	174.828.156			174.828.156	98.165.585
4	Montantes brutos	177.568.444			177.568.444	101.318.373
4	Parte dos resseguradores	-2.740.289			-2.740.289	-3.152.788
	Provisão para sinistros (variação)	291.657			291.657	-17.340
4	Montante bruto	-327.895			-327.895	16.644
4	Parte dos resseguradores	619.552			619.552	-33.985
4	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	7.762.600			7.762.600	3.356.072
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	79.300.208			79.300.208	109.609.931
4	Montante bruto	79.300.208			79.300.208	109.609.931
	Parte dos resseguradores					
4	Participação nos resultados, líquida de resseguro	1.667.091			1.667.091	174.147
21	Custos e gastos de exploração líquidos	7.263.396			7.263.396	5.356.376
	Custos de aquisição	8.145.706			8.145.706	5.642.354
	Custos de aquisição diferidos (variação)					
	Gastos administrativos	2.970.901			2.970.901	2.957.379
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	-3.853.211			-3.853.211	-3.243.356
16	Rendimentos	29.771.492		528.442	30.299.935	28.750.789
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	26.832.769		490.732	27.323.500	24.988.482
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
	Outros	2.938.723		37.711	2.976.434	3.762.307
16	Gastos financeiros	7.043.455		221.572	7.265.027	6.627.639
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	3.341.201		61.249	3.402.450	
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
	Outros	3.702.254		160.323	3.862.577	6.627.639
17	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	8.697.541		50.565	8.748.106	3.285.991
	De activos disponíveis para venda	8.697.541		50.565	8.748.106	3.285.991
	De empréstimos e contas a receber					
	De investimentos a deter até à maturidade					
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado					
	De outros					
17	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	-72.549		-1.380	-73.929	-4.715.090
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação	-65.640		-1.380	-67.020	-4.715.090
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-6.909			-6.909	
	Diferenças de câmbio					
	Ganhos líquidos de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
3.1.2; 3.3; 6.17	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	101.324		5.353	106.677	-2.063.548
	De activos disponíveis para venda			5.353	5.353	-2.063.548
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					
	De investimentos a deter até à maturidade					
	De outros	101.324			101.324	
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	84.487			84.487	89.030
	Outras provisões (variação)					
	Outros rendimentos/gastos			147.819	147.819	231.075
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas					
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial					
	Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda					
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	7.185.185		498.522	7.683.707	6.810.034
24	Imposto sobre o rendimento do exercício - impostos correntes	1.579.933			1.579.933	69.785
24	Imposto sobre o rendimento do exercício - impostos diferidos	-3.277			-3.277	724.895
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.608.528		498.522	6.107.050	6.015.353

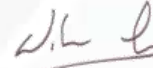
Conselho de Administração Executivo



Joaquim da Silva Bernardo



António João Alberto Castanho



Nelson Fernando Ferreira Maurício

O Técnico Oficial de Contas



Ana Cristina Teixeira Guedes

T.O.C. n.º 50523

Notas do Anexo	DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	Exercício	Exercício anterior
27	Resultado líquido do exercício	6.107.050	6.015.353
	Outro rendimento integral do exercício	-3.265.832	3.906.221
18;26	Activos financeiros disponíveis para vendas	-4.442.950	5.419.909
24;26	Impostos	1.177.118	-1.513.688
	Ganhos e perdas líquidos em diferenças cambiais		
	Benefícios pós-emprego		
	Outros movimentos		
	Rendimento integral total do exercício	2.841.218	9.921.575


Conselho de Administração Executivo



Joaquim da Silva Bernardo



António João Alberto Castanho



Nelson Fernando Ferreira Maurício

O Técnico Oficial de Contas



Ana Cristina Teixeira Guedes
T.O.C. n.º 50523

U: Euros

Notas do Anexo	DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	Capital social	Reservas de Reavaliação		Outras reservas		Resultado do exercício	TOTAL
			Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Resultados transitados		
	Balanco a 31 de Dezembro 2009 (balanco de abertura)	15.000.000	1.236.903	-400.422	2.412.353	18.934.460	6.015.353	43.198.647
	Correcções de erros (IAS 8)							
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)							0
	Balanco de abertura alterado	15.000.000	1.236.903	-400.422	2.412.353	18.934.460	6.015.353	43.198.647
	Aumentos/reduções de capital							0
	Transacção de acções próprias							
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos							
26	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		-4.442.950					-4.442.950
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edificios de uso próprio							
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros activos intangíveis							
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros activos tangíveis							
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa							
	Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira							
26	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio			1.177.118				1.177.118
	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				601.535	4.663.818	-5.265.353	0
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados							
27	Distribuição de reservas							
	Distribuição de lucros/prejuízos						-750.000	-750.000
	Alterações de estimativas contabilísticas							
	Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio							
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							
	Total das variações do capital próprio	0	-4.442.950	1.177.118	601.535	4.663.818	-6.015.353	-4.015.833
	Resultado líquido do período						6.107.050	6.107.050
	Distribuição antecipada de lucros							
	Balanco a 31 de Dezembro 2010	15.000.000	-3.206.047	776.696	3.013.888	23.598.278	6.107.050	45.289.864

O Técnico Oficial de Contas




Ana Cristina Teixeira Guedes
T.O.C. n.º 50523

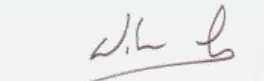
Conselho de Administração Executivo



Joaquim da Silva Bernardo



António João Alberto Castanho



Nelson Fernando Ferreira Maurício

Em 31 de Dezembro de 2010

(Valores expressos em Euros)

As notas que se seguem respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aprovado pelo Instituto de Seguros de Portugal, pela Norma Regulamentar nº 4/2007-R, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pelas Normas nº 20/2007-R, de 31 de Dezembro e nº 22/2010-R, de 16 de Dezembro. De referir que as notas não indicadas neste Anexo não têm aplicação, por inexistência de valores ou situações a reportar, ou por não serem relevantes para a leitura das demonstrações financeiras.

1. Informações gerais

1.1. Domicílio e forma jurídica da empresa de seguros, o seu país de registo e o endereço da sede registada (e o local principal dos negócios, se diferente da sede registada)

A Crédito Agrícola Vida - Companhia de Seguros, S.A. (CA Vida) foi constituída por escritura pública, celebrada em 30 de Novembro de 1998, sob a forma jurídica de Sociedade Anónima, com o objectivo de desenvolver autonomamente a actividade de Seguros do Ramo Vida em Portugal. A Companhia encontra-se registada em Portugal, tendo a sua sede na Rua Castilho, 233 em Lisboa. O local principal dos negócios é na Avenida da República, nº 23, Lisboa.

1.2. Descrição da natureza do negócio da empresa de seguros e do ambiente externo em que opera

A Companhia tem como objectivo desenvolver autonomamente a actividade de Seguros do Ramo Vida, para a qual obteve as devidas autorizações por parte do Instituto de Seguros de Portugal. No último trimestre de 2006 iniciou a actividade de gestão de fundos colectivos de reforma.

A Actividade Seguradora em Portugal tem conhecido nos últimos anos um crescimento sustentado.

No exercício de 2010, de acordo com os valores provisórios apresentados pela Associação Portuguesa de Seguradores, o Mercado Segurador cresceu 12,6%, sendo o volume total de prémios de seguro directo de 16 mil milhões de Euros. Esta evolução foi originada pelo crescimento verificado no Ramo Vida em 17,2%, que em 2009 tinha decrescido 5,6%, tendo o Ramo Não Vida crescido 0,9%, quando no ano anterior tinha decrescido 4,4%.

A CA Vida tem mantido nos últimos anos a sua posição no ranking das 10 maiores Seguradoras, comercializando os seus Produtos utilizando como canal de distribuição exclusivo a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo e as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo.

2. Informação por segmentos

2.1. Indicação dos tipos de produtos e serviços incluídos em cada segmento de negócio relatado, referindo a composição de cada segmento geográfico relatado, quer principal quer secundário

Um segmento de negócio consiste num conjunto de activos e operações sujeitos a riscos e proveitos específicos, distintos de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico, por sua vez, consiste num conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes dos existentes em outros ambientes económicos.

A Companhia considera como segmento principal o segmento de negócio. Relativamente a este segmento, efectuar-se-á o relato da informação por classes de Produtos, Poupança e Risco.

Os produtos de Poupança preenchem necessidades de investimento dos tomadores de seguro. Os produtos de Risco protegem a pessoa segura contra os riscos de morte, invalidez, doença grave e outros.

No que concerne ao segmento geográfico, todos os contratos são celebrados em Portugal pelo que existe apenas um segmento.

2.2. Relato por segmentos de negócio e por segmentos geográficos.

Segmento principal – Segmento de negócio

Resultados por segmento em 31 de Dezembro de 2010

	Poupança	Risco	Não alocados	Total
Prémios brutos emitidos	231.504.139	22.937.941		254.442.080
Prémios de resseguro cedido		(7.479.980)		(7.479.980)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		3.853.211		3.853.211
Comissões de contratos de seguro, contratos de investimento ou contratos de prestação de serviços				
Rendimentos/ Proveitos e ganhos de investimentos	43.328.248	670.147	611.542	44.609.937
Outras receitas			380.577	380.577
Ganhos	274.832.387	19.981.319	992.119	295.805.825
Custos com sinistros brutos - contratos de seguro*	170.670.171	6.079.570	490.808	177.240.549
Parte dos resseguradores nos custos com sinistros		(2.120.736)		(2.120.736)
Custos com sinistros - contratos de investimento				
Provisão matemática líquida de resseguro	79.200.118	100.089		79.300.208
Participação nos resultados líquida de resseguro	897.153	769.939		1.667.091
Outras provisões técnicas líquidas de resseguro		7.762.600		7.762.600
Custos com investimentos	12.651.473	95.217	260.839	13.007.529
Custos de exploração líquidos de remun. de mediação			5.107.048	5.107.048
Remunerações de mediação	3.305.585	2.703.973		6.009.559
Outras despesas			148.270	148.270
Perdas	266.724.500	15.390.653	6.006.965	288.122.118
Resultado Antes de Impostos	8.107.887	4.590.666	(5.014.846)	7.683.707
Imposto			1.576.657	1.576.657
Resultado Líquido do Exercício	8.107.887	4.590.666	(6.591.502)	6.107.050

* O valor incluído na coluna Não alocados corresponde aos custos de gestão sinistros imputados.

Resultados por segmento em 31 de Dezembro de 2009

	Poupança	Risco	Não alocados	Total
Prémios brutos emitidos	187.464.071	20.526.211		207.990.282
Prémios de resseguro cedido		(7.613.183)		(7.613.183)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		3.243.356		3.243.356
Comissões de contratos de seguro, contratos de investimento ou contratos de prestação de serviços				
Rendimentos/ Proveitos e ganhos de investimentos	53.199.468	564.328	814.842	54.578.638
Outras receitas			463.623	463.623
Ganhos	240.663.538	16.720.712	1.278.465	258.662.715
Custos com sinistros brutos - contratos de seguro*	94.539.865	6.305.066	490.086	101.335.017
Parte dos resseguradores nos custos com sinistros		(3.186.773)		(3.186.773)
Custos com sinistros - contratos de investimento				
Provisão matemática líquida de resseguro	109.525.594	84.336		109.609.931
Participação nos resultados líquida de resseguro	174.147			174.147
Outras provisões técnicas líquidas de resseguro		3.356.072		3.356.072
Custos com investimentos	31.422.702	25.940	372.395	31.821.037
Custos de exploração líquidos de remun. de mediação			5.061.658	5.061.658
Remunerações de mediação	1.942.843	1.595.231		3.538.074
Outras despesas			143.518	143.518
Perdas	237.605.151	8.179.872	6.067.658	251.852.682
Resultado Antes de Impostos	3.058.387	8.540.840	(4.789.193)	6.810.034
Imposto			794.681	794.681
Resultado Líquido do Exercício	3.058.387	8.540.840	(5.583.874)	6.015.353

* O valor incluído na coluna Não alocados corresponde aos custos de gestão sinistros imputados.

Activos e passivos por segmento em 31 de Dezembro de 2010

	Poupança	Risco	Não alocados	Total
Investimentos em associadas				
Outros investimentos	820.161.562	22.396.055	21.208.692	863.766.308
Activos de resseguro		3.389.520		3.389.520
Activos intangíveis			303.666	303.666
Outros activos			5.333.315	5.333.315
Total de activos	820.161.562	25.785.575	26.845.673	872.792.809
Provisões técnicas	796.415.307	22.455.118		818.870.425
Outros passivos	1.334.341		7.298.178	8.632.520
Total de passivos	797.749.648	22.455.118	7.298.178	827.502.945

Activos e passivos por segmento em 31 de Dezembro de 2009

	Poupança	Risco	Não alocados	Total
Investimentos em associadas				
Outros investimentos	758.309.573	15.520.415	16.478.366	790.308.354
Activos de resseguro		3.041.169		3.041.169
Activos intangíveis			440.673	440.673
Outros activos			3.817.485	3.817.485
Total de activos	758.309.573	18.561.584	20.736.524	797.607.681
Provisões técnicas	732.527.798	14.151.969		746.679.766
Outros passivos	972.128		6.757.140	7.729.268
Total de passivos	733.499.926	14.151.969	6.757.140	754.409.034

Segmento secundário – segmento geográfico

Tal como referido em 2.1, todos os contratos são celebrados em Portugal pelo que existe apenas um segmento geográfico.

3. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

3.1. Descrição da(s) base(s) de mensuração usada(s) na preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas, aplicáveis aos diversos activos, passivos e rubricas de capital próprio, relevantes para uma correcta análise das demonstrações financeiras

3.1.1. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas (i) de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aprovado pelo Instituto de Seguros de Portugal, pela Norma nº4 /2007-R, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pelas Normas nº 20/2007-R, de 31 de Dezembro e nº 22/2010-R, de 16 de Dezembro, (ii) encontram-se em expressas Euros e (iii) foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente os activos financeiros ao justo valor através de resultados, os activos financeiros disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivados.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos.

As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 3.3.

3.1.2. Políticas contabilísticas

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adoptados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Princípios de especialização do exercício

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de seguro directo são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respectiva apólice e os sinistros são registados aquando da respectiva participação.

Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos.

Remunerações de mediação

A remuneração de mediação é aquela atribuída ao canal de distribuição, Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo e Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, pela angariação de contratos de seguro e de investimento. Estas remunerações são registadas como custo aquando da cobrança do recibo do prémio.

b) Ajustamentos para recibos por cobrar e para dívidas de cobrança duvidosa

Os ajustamentos para recibos por cobrar têm por objectivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados no final do exercício são reflectidos na rubrica “Contas a receber por operações de seguro directo”.

O cálculo destes ajustamentos é efectuado com base nos valores dos prémios por cobrar segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo Instituto de Seguros Portugal.

Os ajustamentos para dívidas de cobrança duvidosa destinam-se a reduzir o montante dos saldos devedores, provenientes de operações de seguro directo, de resseguro ou outras, com excepção dos recibos por cobrar, ao seu valor previsional de realização, por aplicação dos critérios autorizados por norma específica da autoridade de supervisão.

c) Contratos de seguro e contratos de investimento – classificação

A Companhia, em conformidade com o previsto na IFRS 4, tem os seus contratos classificados como:

i) Contratos de seguro:

Contratos nos quais a Seguradora assume um risco de seguro significativo da pessoa segura, aceitando compensá-la no caso de um acontecimento futuro incerto que a afecte de forma adversa. Este tipo de contrato encontra-se no âmbito da IFRS 4 (Seguros de Vida puros);

ii) Contratos de investimento:

Contratos que envolvem exclusivamente risco financeiro. Estes contratos podem ainda ser diferenciados entre contratos puramente financeiros e aqueles que possuem uma característica de participação discricionária (participação nos resultados). Se os contratos de investimento forem puros enquadram-se no âmbito da IAS 39, se atribuírem uma participação discricionária enquadram-se no âmbito da IFRS 4 (Produtos de capitalização com participação nos resultados e com taxas garantidas).

d) Provisões técnicas

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados são registadas nas rubricas de provisões técnicas. Estas incluem:

i) Provisão matemática

As provisões matemáticas do Ramo Vida têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente às apólices emitidas e são calculadas com base em métodos actuariais reconhecidos e aprovados pelo Instituto de Seguros de Portugal.

ii) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros é determinada pela conjugação de dois métodos. O primeiro, baseia-se numa análise caso a caso, determinando os sinistros ocorridos e ainda por liquidar. O segundo, consiste na aplicação de métodos estatísticos que calculam a provisão dos sinistros ocorridos mas não declarados à data do Balanço (I.B.N.R.) e eventuais evoluções do custo dos sinistros (I.B.N.E.R.).

iii) Provisão para participação nos resultados

Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor relativos aos investimentos afectos a Seguros de Vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato. A estimativa dos montantes a atribuir aos segurados sob a forma de participação nos resultados em cada modalidade ou conjunto de modalidades deve ser calculada tendo por base um plano adequado, aplicado de forma consistente, que tenha em consideração o plano de participação nos resultados, a maturidade dos compromissos, dos activos afectos e ainda outras variáveis específicas da modalidade ou modalidades em causa.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir que lhe corresponde deve ser integralmente utilizado pela compensação dos ajustamentos negativos do justo valor dos investimentos e pela sua transferência para a provisão para participação nos resultados atribuída.

Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos sob a forma de participação nos resultados que não tenham ainda sido distribuídos mas que já foram atribuídos.

iv) Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios anteriormente descritos para o seguro directo, tendo em atenção as cláusulas existentes nos tratados de resseguro em vigor e correspondem à parte dos Resseguradores nos montantes brutos das provisões técnicas de seguro de vida.

v) Provisão de estabilização de carteira

A provisão de estabilização de carteira é constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo, anuais renováveis, garantindo como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que esta tenha sido tarifado com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

e) Instrumentos financeiros

i) Classificação

A Companhia classifica os seus activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas classificados como detidos para negociação

Adquiridos com o principal objectivo de gerar valias no curto prazo. Esta categoria inclui também os derivados que não se encontrem designados como cobertura contabilística.

- Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Esta categoria inclui os activos com derivados embutidos, designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor, com as variações subsequentes no justo valor reconhecidas em resultados.

- Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadrem noutras categorias existentes.

- Investimentos a deter até à maturidade

São os activos financeiros sobre os quais exista a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os activos da classe têm de ser reclassificados para a classe disponíveis para venda.

- Empréstimos concedidos e contas a receber

Inclui activos financeiros, excepto derivados, com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados num mercado activo e cuja finalidade não seja a negociação. Poderá englobar valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro e outras transacções relacionadas com contratos de seguro.

ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

As aquisições e alienações de activos financeiros ao justo valor através dos resultados e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente registados em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante, retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os activos.

iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em ganhos e perdas.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas no capital próprio (Reserva de reavaliação), na parte que pertence ao accionista, até que os investimentos sejam desreconhecidos, ou seja, alienados ou identificadas perdas por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. No caso dos produtos com participação nos resultados, as variações do justo valor são reconhecidas inicialmente na situação líquida e posteriormente transferidas para a conta de participação nos resultados a atribuir.

Ainda relativamente aos activos disponíveis para venda, o ajustamento ao justo valor compreende a separação entre (i) as amortizações segundo a taxa efectiva – por contrapartida de resultados do exercício, (ii) as variações cambiais (no caso de denominação em moeda estrangeira) – por contrapartida de resultados e (iii) as variações no justo valor (excepto risco cambial) – conforme descrito acima.

O justo valor dos activos financeiros cotados é obtido considerando o seu preço de compra corrente. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

iv) Imparidade dos activos financeiros

A CA Vida analisa a cada data de balanço se existe evidência objectiva que um activo financeiro, ou um grupo de activos financeiros, se encontram em imparidade.

No caso dos activos financeiros apresentarem sinais de imparidade, é determinável o respectivo valor recuperável, sendo as perdas de imparidade a diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do activo financeiro, registadas por contrapartida de resultados.

Relativamente a instrumentos classificados como disponíveis para venda, as perdas por imparidade serão reconhecidas sempre que se verifique uma evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorram após o seu reconhecimento inicial, tais como:

- a) Para os títulos representativos de capital, um declínio prolongado ou significativo no justo valor destes, inferior ao respectivo custo e
- b) Para os títulos de dívida, quando exista um impacto no valor dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Se se verificar esta evidência, a perda acumulada – mensurada como diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade do activo financeiro que já tenha sido reconhecida em resultados – é removida de capitais próprios e reconhecida na conta de ganhos e perdas. De referir que para os títulos em imparidade qualquer desvalorização (face ao seu valor de aquisição líquido de perdas por imparidade já anteriormente reconhecidas) originará uma perda por imparidade adicional.

Subsequentemente, caso a perda por imparidade diminua, resultante de um evento ocorrido posterior ao reconhecimento, esta poderá ser revertida (com excepção de acções e outros instrumentos de capital).

f) Outros Instrumentos financeiros – derivados embutidos e instrumentos financeiros derivados

Os derivados embutidos e instrumentos financeiros derivados são reconhecidos respectivamente, como activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e como activos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas classificados como detidos para negociação. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação, inexistência de mercado activo, é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados, considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e os factores de volatilidade.

g) Activos fixos tangíveis e intangíveis

Estes activos estão contabilizados ao respectivo custo histórico de aquisição, líquido de amortizações acumuladas. Caso haja lugar ao registo de imparidade será registado de acordo com a IAS 36. As amortizações são efectuadas pelo método das quotas constantes, aplicando-se o critério duodecimal, com base na vida útil do bem. O valor das amortizações é calculado com base nas taxas definidas pelo Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro:

- | | |
|------------------------------|--------|
| • Equipamento administrativo | 12,50% |
| • Máquinas e ferramentas | 20,00% |
| • Equipamento informático | |
| <i>Hardware</i> | 33,33% |
| <i>Software</i> | 33,33% |
| • Material de transporte | 25,00% |

h) Imposto sobre o rendimento

O Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC) é determinado com base na declaração de autoliquidação, elaborada de acordo com as normas fiscais vigentes, que fica sujeita a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos. O conceito de impostos diferidos, resultante das diferenças temporárias entre o balanço contabilístico e o fiscalmente aceite, para efeito de tributação em imposto sobre o rendimento, é adoptado pela Companhia na apresentação das suas demonstrações financeiras (ver nota 24).

i) Responsabilidades por férias e subsídios de férias

Esta responsabilidade, incluída na rubrica de acréscimos e diferimentos do passivo, corresponde a aproximadamente dois meses de remunerações e encargos, calculados com base nos valores do respectivo exercício e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final do exercício perante os Colaboradores, pelos serviços prestados até àquela data, a regularizar posteriormente.

j) Responsabilidade por pensões complementares de reforma

Em conformidade com o contrato colectivo de trabalho vigente para o Sector Segurador, a Companhia assumiu o compromisso de conceder aos Colaboradores que iniciaram a sua actividade neste sector até 22 de Junho de 1995, pensões de reforma por velhice e por invalidez.

O valor actual das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo, relativas a complementos de reforma, calculados com referência a 31 de Dezembro de 2010 ascende a 56.525 Euros. As responsabilidades referem-se a 2 trabalhadores. Para fazer face a esta responsabilidade a Companhia dispõe de uma adesão colectiva ao Fundo de Pensões Aberto “Fundo de Pensões Aberto CA Reforma Tranquila” cujo valor a 31 de Dezembro de 2010 era de 168.178 Euros.

O nível de financiamento das responsabilidades por serviços passados, em 31 de Dezembro de 2010, era de 298%.

l) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

m) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos), são reconhecidos em resultados quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

n) Reporte por segmentos

Ver nota 2.

o) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

p) Terrenos e edifícios

A Companhia não apresenta nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2010 quaisquer itens relativos a Terrenos e Edifícios.

q) Empréstimos

A 31 de Dezembro de 2010 a Companhia não apresenta quaisquer empréstimos contraídos.

3.3. Descrição das principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras, com indicação dos principais pressupostos relativos aos exercícios seguintes, e outras principais fontes de incerteza das estimativas à data de balanço, que apresentem um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante os próximos exercícios financeiros.

De acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/ IFRS), adoptadas pelo Instituto de Seguros de Portugal, é requerido que o Conselho de Administração Executivo utilize o seu julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado, de entre os estabelecidos pelas referidas Normas.

Seguidamente apresentam-se as principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados pela Companhia na aplicação dos princípios contabilísticos.

a) Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido em 3.1.2, a Companhia determina que existem perdas por imparidade, quando, para os títulos representativos de capital (acções e unidades de participação de fundos de investimento), se verifique uma desvalorização continuada ou de valor significativo do seu valor. Determinar uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, a Companhia avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções, bem como eventos que alterem os *cash-flows* estimados para os títulos de dívida (ver nota 6.17.c)).

Em 2010 a Companhia reviu os critérios utilizados para estimar perdas por imparidade relativas a instrumentos de capital detidos. Até 31 de Dezembro de 2009, a metodologia utilizada consistiu no reconhecimento de perdas por imparidade quando se verificava uma desvalorização superior ou igual a 20% sobre o custo de aquisição durante, pelo menos, seis meses consecutivos.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, relativamente aos instrumentos de capital, os critérios para estimar as perdas por imparidade da Companhia passaram a consistir na existência de uma desvalorização, à data da referência das demonstrações financeiras, de menos valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento

financeiro, independentemente do período de tempo em que se verificou esta situação ou a manutenção do justo valor do instrumento financeiro abaixo do respectivo custo de aquisição ao longo de um período de 24 meses.

O valor de perdas por imparidade reconhecido em 2010 ascendeu a 106.677 Euros. Caso existisse uma manutenção do anterior critério para estimar perdas por imparidade, o valor ascenderia a 87.229 Euros.

A definição do critério de imparidade, utilizado pela Companhia, teve por base as tendências que estão a ser usadas no mercado segurador, nas organizações que prestam as suas contas em conformidade com as IFRS visando desta forma a harmonização com algumas práticas do mercado.

Metodologias alternativas para estimar perdas por imparidade e a utilização de diferentes pressupostos, poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

b) Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que possam ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

c) Provisões técnicas

A Companhia calcula as provisões técnicas com base nas notas técnicas e planos de participação nos resultados dos Produtos. Qualquer eventual alteração de critérios é devidamente avaliada para quantificação dos impactos financeiros.

4. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e activos de resseguro

4.1. Prestação de informação que permita identificar e explicar as quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro, incluindo, nomeadamente:

a) Informação acerca das políticas contabilísticas adoptadas relativamente a contratos de seguro e a activos, passivos, rendimentos e custos ou gastos relacionados

A aplicação da IFRS 4 aos contratos de seguro apenas se restringe à classificação do tipo de contratos celebrados pelas Seguradoras (ver nota 3.1.2. c)). Para efeitos de reconhecimento e mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro, são aplicáveis as regras e os princípios actualmente estabelecidos pelo normativo em vigor (ver nota 3.1).

b) Processo usado para determinar os pressupostos que têm maior efeito na mensuração dessas quantias, incluindo um resumo das principais hipóteses consideradas no cálculo da provisão matemática relativa ao seguro de vida, assim como, da provisão para participação nos resultados (quantificação de todos os pressupostos quando praticável)

Ver nota 3.

Em termos quantitativos, os principais pressupostos considerados no cálculo das provisões matemáticas relativas a seguros de vida são:

	Tábua de mortalidade	Taxa Técnica
Planos Poupança Reforma e Produtos de Capitalização		
Produtos lançados até 2008	GKM 80	3%
Produtos lançados após 2008	GKM 80	Taxa variável por ano civil
Seguros em caso de morte	GKM 80	3%

A provisão matemática a 31 de Dezembro de 2010 decompõe-se nos seguintes montantes:

Modalidade	Provisão matemática	
	2010	2009
Protecção Poupança Investimento	275.660.311	379.504.695
Protecção Poupança Reforma - PPR	165.792.578	174.006.706
Protecção Poupança Educação - PPE	20.391.292	20.922.300
CA PPR +6	18.431.435	17.770.861
CA Poupança Activa	221.431.332	82.542.762
CA PPR	94.126.343	40.988.695
Protecção Super-Crédito	10.837	11.382
CA Protecção Livre	172.919	81.118
CA Vida Plena	11.726	2.893
Total	796.028.773	715.831.413

No quadro que se segue apresentam-se as taxas de participação nos resultados mínimas, definidas para cada modalidade de acordo com as suas fichas técnicas:

Modalidade	Taxas de participação nos resultados
Protecção Poupança Investimento	80%
Protecção Poupança Reforma - PPR	80%
Protecção Poupança Educação - PPE	80%
CA PPR +6	80%
CA Poupança Activa	80%
CA PPR	80%
CA Protecção Fundos de Pensões	95%

c) Informação acerca das metodologias de cálculo das estimativas dos montantes a atribuir aos tomadores de seguros ou beneficiários e dos montantes efectivamente atribuídos como participação nos resultados (quantificação de todos os pressupostos quando praticável)

A participação nos resultados a atribuir acomoda as valias que se esperam atribuir aos tomadores de seguros tendo por base o plano de participação nos resultados definido nas notas técnicas dos Produtos (ver nota 3.1.2. d)).

O cálculo da participação nos resultados, para além de efectuado no fecho anual de contas da CA Vida, é feito mensalmente, produto a produto, tendo em consideração as respectivas bases técnicas, por forma a reconhecer em permanência o respectivo impacto nos resultados da Companhia e, se necessário, efectuar actuações correctivas quer ao nível dos investimentos, quer ao nível comercial. O valor apurado é creditado mensalmente na Provisão para participação nos resultados, sendo o valor definitivo apurado no final do ano.

A participação nos resultados definitiva calculada a 31 de Dezembro de cada ano, é distribuída nessa mesma data, no caso dos seguros de capitalização, por incorporação na Provisão Matemática de cada modalidade.

Relativamente ao seguro de risco CA Protecção Fundos de Pensões, a participação nos resultados é atribuída a 31 de Dezembro de cada ano e distribuída em dinheiro ao tomador de seguro, nos 120 dias seguintes à renovação do contrato.

As taxas mínimas de participação de resultados de cada modalidade, aplicada a respectiva Conta de Resultados, são as divulgadas na nota 4.1. b).

A movimentação da participação nos resultados a atribuir e atribuída encontra-se detalhada na nota 4.1. e).

d) Efeito de alterações nos pressupostos usados para mensurar activos e passivos por contrato de seguro, mostrando separadamente o efeito de cada alteração que tenha um efeito material nas demonstrações financeiras

Não houve alterações nos pressupostos usados para mensurar activos e passivos por contrato de seguro.

e) Reconciliações de alterações nos passivos resultantes de contratos de seguro, nos activos resultantes de contratos de resseguro e nos custos de aquisição diferidos relacionados, incluindo:

i) Com relação à provisão para sinistros: explicitação dos reajustamentos (correções apresentados que se assumam relevantes (Anexo 2))

Ver Anexo 2.

ii) Descrição, com relação à provisão para participação nos resultados, dos movimentos efectuados

Nos quadros que se seguem, encontram-se evidenciados os movimentos efectuados na provisão para participação nos resultados atribuída e a atribuir para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2010.

Modalidade	Provisão para participação nos resultados atribuída			
	Provisão no início do exercício	Atribuída	Distribuída	Provisão no final do exercício
Protecção Poupança Investimento				
Protecção Poupança Reforma - PPR				
Protecção Poupança Educação - PPE				
CA PPR +6		150.038	150.038	
CA Poupança Activa		616.759	616.759	
CA PPR		130.356	130.356	
CA Protecção Fundos de Pensões		769.939		769.939
Total		1.667.091	897.153	769.939

Modalidade	Provisão para participação nos resultados a atribuir		
	Provisão no início do exercício	Aumentos (+)/ Diminuições (-)	Provisão no final do exercício
Protecção Poupança Investimento	9.289.260	-9.078.353	210.906
Protecção Poupança Reforma - PPR	4.436.257	-4.436.257	
Protecção Poupança Educação – PPE	1.093.826	-1.093.826	
CA PPR +6	1.127.332	-759.247	368.085
CA Poupança Activa	843.661	-843.661	
CA PPR			
Total	16.790.336	-16.211.345	578.992

4.2. Prestação de informação que permita avaliar a natureza e a extensão dos riscos específicos de seguros, nomeadamente:

a) Objectivos, políticas e processos de gestão dos riscos resultantes de contratos de seguro e os métodos usados para gerir esses riscos, incluindo uma descrição do processo de aceitação, avaliação, monitorização e controlo desses riscos

O risco de seguro reflecte a impossibilidade de, no momento da subscrição da apólice, se estimar o custo real efectivo de sinistros futuros, sendo este composto pelos riscos de longevidade, mortalidade, invalidez, descontinuidade e despesas.

A CA Vida gere o risco de seguro através duma combinação de políticas de subscrição, de provisionamento e de resseguro.

Relativamente à política de subscrição, são definidas as tarifas adequadas, que proporcionem à Companhia resultados positivos, depois de cobertas todas as suas responsabilidades associadas aos contratos, que incluem sinistros a pagar, custos administrativos, custo do capital, entre outros.

De forma a reduzir a exposição da CA Vida a este tipo de risco, são celebrados tratados de resseguro. O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos, mas em que existe um risco de acumulação de sinistros.

O principal objectivo do resseguro é mitigar grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados, bem como o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro, no exercício de 2010, é resumida como se segue:

Tipo de Resseguro		
Contratos até 29-02-2004	Proporcional (excedente de pleno)	25.000 Euros
Contratos a partir de 01-03-2004	Proporcional (excedente de pleno)	55.000 Euros
Todos os contratos (cobertura de catástrofe)	Não proporcional (excedente de sinistros)	165.000 Euros

Para mitigar este risco, a CA Vida recorre a critérios de selecção e políticas de subscrição baseadas na experiência histórica de perdas, refinados pelo conhecimento ou expectativas da evolução futura da frequência e gravidade dos sinistros.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são reflectidos nos resultados correntes de exploração.

b) Sobre o risco específico de seguros (antes e após resseguro), incluindo informações acerca das análises de sensibilidade efectuadas, concentrações de risco e sinistros efectivos comparados com estimativas anteriores

O risco específico de seguros, é o risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respectiva tarificação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Este risco é composto pelo risco de mortalidade, risco de descontinuidade e risco de despesas.

Risco de mortalidade

O risco de mortalidade encontra-se relacionado com o aumento da taxa de mortalidade o que origina um aumento no custo real efectivo dos sinistros futuros.

A avaliação da exposição da Companhia a este risco é efectuada através da realização de estudos de mortalidade nos quais são definidos os pressupostos de mortalidade a utilizar nas projecções de *cash-flows* futuros. Os estudos realizados são baseados na observação de dados históricos da Companhia e de dados de mercado. Os pressupostos de mortalidade utilizados na projecção de *cash-flows* futuros são os seguintes:

Pressupostos de mortalidade	Tábua de mortalidade
Seguros de Vida Risco	40% GKM 80
Seguros de Capitalização	40% GKM 80

Risco de descontinuidade

O risco de descontinuidade representa o risco associado à anulação de apólices. A anulação de apólices pode ocorrer por cessação de pagamento de prémios, por extinção da apólice ou por transferência da apólice para outra Companhia. A CA Vida monitoriza a evolução da taxa de resgates, acompanhando assim o impacto resultante dos resgates no valor da carteira. Para aferir o nível de exposição a este risco, são realizadas análises de sensibilidade a variações na taxa de resgate estimada.

Risco de despesas

O risco de despesas representa o risco associado a variações nas despesas da Companhia. A CA Vida tem definida uma estrutura de custos que é utilizada na tarifação dos produtos. A estrutura de custos é acompanhada regularmente e são realizadas análises de sensibilidade à variação das despesas.

Através da projecção de *cash-flows* futuros utilizando o modelo interno de *embedded value*, são realizadas análises de sensibilidade que demonstram o equilíbrio das tarifas existentes e a provável continuação da geração de resultados positivos no futuro.

No quadro seguinte apresentam-se os resultados obtidos nas análises de sensibilidade no *embedded value* da CA Vida:

		2010	2009
Despesas	Aumento de 10% nas despesas	-1.544.350	-958.415
	Diminuição de 10% nas despesas	1.542.845	1.065.913
Mortalidade	Aumento de 5% da taxa de mortalidade	-1.475.381	-666.341
	Diminuição de 5% na taxa de mortalidade	1.542.384	693.847
Resgates	Aumento de 10% na taxa de resgate	-2.516.789	-1.577.888
	Diminuição de 10% na taxa de resgate	2.638.448	1.757.846

4.3. Prestação de informação quantitativa e qualitativa acerca do risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional. A informação qualitativa deve incluir, nomeadamente, a exposição ao risco e a origem dos riscos, objectivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos e os métodos utilizados para mensurar os riscos, assim como, alterações face ao período anterior

Uma Companhia de Seguros encontra-se exposta a uma diversidade de riscos através dos seus activos financeiros, activos de resseguro e passivos. O principal risco financeiro corresponde à potencial incapacidade da Seguradora não cumprir com as suas responsabilidades, ou seja, os rendimentos gerados pelos activos não conseguirem cobrir as obrigações decorrentes dos contratos de seguro.

Os principais riscos a que uma Seguradora se encontra exposta são:

a) Risco de crédito

Consiste no risco da contraparte entrar em incumprimento.

As principais áreas nas quais a CA Vida se encontra exposta ao risco de crédito são:

- Montantes devidos por Resseguradores referentes a indemnizações que já foram pagas;
- Risco de crédito de títulos de dívida em carteira; e
- Risco de contraparte devido a transacções com derivados.

A Companhia define os níveis de risco de crédito aceitáveis estabelecendo limites à sua exposição a uma única contraparte ou à contraparte no todo, e a segmentos geográficos e de sector. Estes riscos estão sujeitos a uma revisão anual ou a uma supervisão mais frequente. Os limites dos níveis de risco de crédito por categoria e território são aprovados anualmente pelo Conselho de Administração Executivo.

O resseguro é um meio de gerir o risco de seguro. No entanto, como primeira intermediária, a CA Vida continua exposta ao mesmo. No caso de incumprimento por parte do ressegurador, a Companhia continua obrigada a indemnizar o Cliente. A qualidade de crédito do ressegurador é observada numa base anual, sendo a sua condição financeira analisada antes da finalização dos contratos.

A exposição ao risco de crédito da CA Vida em termos de resseguro resume-se como se segue:

Ressegurador	Participação no Tratado de Resseguro	Rating
		S&P
Swiss Re	75%	A+
Munich Re	25%	AA-

A taxa de cedência dos prémios brutos emitidos do seguro directo é apresentada no quadro abaixo:

	2010	2009
Prémios brutos emitidos	22.937.941	20.526.211
Prémios de Resseguro Cedido	7.479.980	7.613.183
Taxa de Cedência	32,6%	37,1%

Exposições a entidades de forma individual e a entidades do mesmo sector de actividade ou geográfico são anexadas à monitorização contínua dos controlos associados aos investimentos, existindo limites de diversificação definidos na política de investimentos da Companhia. A análise financeira das entidades a que a Companhia se encontra exposta através dos títulos de dívida emitidos por estas é efectuada através de *ratings* de entidades externas independentes. O *rating* adoptado é o “Bloomberg Composite Rating”, notação construída pela Bloomberg e que resulta de uma média dos *ratings* atribuídos por várias agências de *rating*, arredondado para a notação mais baixa dos *ratings* divulgados pelas agências internacionais Fitch, Moody's e Standard & Poors.

A análise quantitativa, nomeadamente no que concerne a exposição máxima ao risco de crédito e à qualidade de crédito dos activos financeiros sem incumprimento ou imparidade poderá ser consultada na nota 6.

b) Risco de taxa de juro

Resulta da possibilidade de flutuação do valor dos *cash-flows* de um instrumento financeiro, originado por alterações nas taxas de juro do mercado.

Aplicações e disponibilidades em instituições financeiras, obrigações e outros títulos de rendimento fixo e derivados de taxa de juro estão sujeitos a risco de taxa de juro.

Este risco é monitorizado diariamente, sendo observado o diferencial entre o montante de activos e de passivos que irão estar sujeitos a refixação de taxa de juro com base em intervalos temporais pré-definidos. A Companhia poderá transaccionar instrumentos financeiros derivados, nomeadamente, efectuar a venda de futuros sobre taxas de juro, com o objectivo estrito de realizar a cobertura do risco de variação do património. A utilização de futuros, contempla apenas contratos transaccionáveis em Bolsa ou mercados regulamentados.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como se segue:

2010	Taxa Fixa	Taxa Variável	Total
Activo			
Disponibilidades em Instituições de Crédito		881.798	881.798
Aplicações em Instituições de Crédito	35.820.355		35.820.355
Activos financeiros ao justo valor para negociação			
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	958.012		958.012
Activos financeiros disponíveis para venda	724.574.678	37.263.896	761.838.574
	761.353.045	38.145.694	799.498.738
Passivo			
Passivos financeiros ao justo valor para negociação	1.334.341		1.334.341
	1.334.341		1.334.341
Derivados detidos para negociação			
Nocional Teórico	16.000.000		16.000.000
Exposição Líquida	744.018.703	38.145.694	782.164.397

2009	Taxa Fixa	Taxa Variável	Total
Activo			
Disponibilidades em Instituições de Crédito		2.743.538	2.743.538
Aplicações em Instituições de Crédito	23.409.808		23.409.808
Activos financeiros ao justo valor para negociação			
Activos financeiros ao justo valor através de resultados			
Activos financeiros disponíveis para venda	616.594.757	67.838.041	684.432.798
	640.004.565	70.581.579	710.586.144
Passivo			
Passivos financeiros ao justo valor para negociação	972.128		972.128
	972.128		972.128
Derivados detidos para negociação			
Nocional Teórico	16.000.000		16.000.000
Exposição Líquida	623.032.437	70.581.579	693.614.016

Os quadros a seguir apresentados resumem a análise do impacto resultante da variação da taxa de juro de referência nos activos e passivos financeiros da Companhia a 31 de Dezembro de 2010 e a 31 de Dezembro de 2009.

2010	-200 bp	-100 bp	-50 bp	Cenário base	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Activo							
Disponibilidades em Instituições de Crédito	(17.636)	(8.818)	(4.409)	881.798	4.409	8.818	17.636
Aplicações em Instituições de Crédito	(716.407)	(358.204)	(179.102)	35.820.355	179.102	358.204	716.407
Outros activos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	104.260	43.939	21.660	958.012	(21.060)	(41.541)	(80.834)
Activos Financeiros disponíveis para venda	70.365.271	30.259.351	14.847.042	761.838.574	(14.348.094)	(28.261.875)	(54.608.468)
Investimentos detidos até a maturidade							
	69.735.488	29.936.268	14.685.190	799.498.738	(14.185.643)	(27.936.394)	(53.955.259)
Passivo							
Passivos financeiros ao justo valor para negociação	(8.876)	(6.622)	(3.321)	(1.334.341)	3.288	6.545	12.963
	(8.876)	(6.622)	(3.321)	(1.334.341)	3.288	6.545	12.963

2009	-200 bp	-100 bp	-50 bp	Cenário base	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Activo							
Disponibilidades em Instituições de Crédito	(54.871)	(27.435)	(13.718)	2.743.538	13.718	27.435	54.871
Aplicações em Instituições de Crédito	(468.196)	(234.098)	(117.049)	23.409.808	117.049	234.098	468.196
Outros activos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados							
Activos Financeiros disponíveis para venda	61.588.171	26.114.693	12.827.767	684.432.798	(12.390.036)	(24.364.240)	(47.119.894)
Investimentos detidos até a maturidade							
Outros activos							
	61.065.105	25.853.160	12.697.001	710.586.144	(12.259.270)	(24.102.707)	(46.596.827)
Passivo							
Passivos financeiros ao justo valor para negociação	(20.236)	(10.879)	(5.492)	(972.128)	5.421	10.762	21.209
	(20.236)	(10.879)	(5.492)	(972.128)	5.421	10.762	21.209

c) Risco Cambial

Decorre da variação do valor de activos e passivos detidos pela Companhia resultante de oscilações nas taxas de câmbio das moedas em que esses activos e passivos se encontram expressos.

A Companhia não se encontra exposta a risco cambial a 31 de Dezembro de 2010, uma vez que todos os activos e passivos se encontram denominados em Euros.

d) Risco de liquidez

Risco de uma instituição não dispor de fundos necessários para fazer face, a cada momento, às suas obrigações de pagamento.

A tesouraria da CA Vida é acompanhada numa base diária, existindo controlos dos saldos bancários e dada a orientação necessária para que sejam cumpridas as necessidades de liquidez.

A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de dinheiro ou instrumentos financeiros líquidos suficientes e a possibilidade de fechar posições de mercado. A Gestão monitoriza previsões actualizadas da reserva de liquidez na base dos fluxos de caixa esperados, tendo por base uma análise da maturidade contratual remanescente dos passivos financeiros e das suas obrigações com contratos de seguro e a data esperada dos *inflows* dos activos financeiros.

Especificamente no que respeita às carteiras de investimento, a Entidade Gestora faz a gestão diária da sua tesouraria, tendo em consideração os fluxos de entrada e saída de dinheiro, por um lado, e as liquidações das transacções realizadas sobre valores mobiliários, por outro. Adicionalmente, faz parte da política de investimentos a aquisição privilegiada de valores mobiliários transaccionados em mercados regulamentados.

A análise quantitativa referente à exposição da Companhia ao risco de liquidez pode ser consultada na nota 6.

e) Risco de mercado

Os riscos de mercado englobam vários riscos que reflectem a perda potencial como resultado de alterações de taxas juro e de câmbio, e/ou preços (correlacionando quer entre eles, quer com a respectiva volatilidade), risco de liquidez de mercado, por via de investimentos em títulos pouco líquidos no mercado e, por fim, o risco de crédito inerente ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade do emitente de um título em cumprir com as suas obrigações.

A carteira de títulos é gerida na sua totalidade pela CA Gest, estando definido um *benchmark* de investimento de acordo com o risco que se pretende assumir e a rentabilidade desejada.

A referida carteira é valorizada mensalmente com base em *inputs* da Entidade Gestora.

No que respeita à gestão do risco de crédito e de mercado da carteira de títulos, a CA Vida efectua os seguintes controlos:

- São feitos contactos permanentes com a Entidade Gestora, no sentido de se avaliar a evolução da carteira;
- Periodicamente, são elaborados relatórios de análise de risco pela Entidade Gestora, sendo efectuada a respectiva análise; e
- São realizadas reuniões trimestrais com a mesma e sempre que as condições e perspectivas de evolução do mercado o recomendem, redefinindo-se os perfis de risco das carteiras caso seja necessário.

f) Risco operacional

Representa o impacto gerado por eventuais perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização. Quando os controlos falham, os riscos operacionais podem causar problemas reputacionais, legais, implicações com o regulador, e por vezes conduzir mesmo a perdas financeiras.

A mitigação do risco operacional é efectuada através do Sistema de Controlo Interno da Companhia. A metodologia de abordagem ao Sistema de Controlo Interno adoptado compreende as seguintes fases:

- Identificação das unidades de negócio e dos processos relevantes;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objectivos, as principais actividades, riscos e controlos associados;
- Avaliação do desenho dos controlos;
- Realização de testes de efectividade sobre os controlos identificados, confirmação das deficiências existentes e elaboração de um plano de correcções.

A Companhia procedeu ao levantamento e documentação dos processos internos mais relevantes e à identificação dos controlos que lhes estão associados.

O Sistema de Controlo Interno é suportado pela estrutura organizativa que se encontra formalmente definida e onde constam os responsáveis e as competências de cada área da CA Vida.

Para garantir a correcta execução das operações, a Companhia possui procedimentos formais a seguir nos diferentes processos de negócio. Neste contexto foram definidos os responsáveis dos processos, que têm como principal função assegurar um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência de perdas financeiras.

A Companhia tem definido um plano de continuidade de negócio e um plano de *Disaster Recovery*.

4.5. Prestação de informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e à adequação das provisões

Os prémios estão em conformidade com as bases técnicas das modalidades a comercializar pela Seguradora. Anualmente procede-se à análise das bases técnicas e dos princípios e regras actuariais utilizados para a construção das tarifas verificando a adequação dos prémios praticados de forma a garantir os compromissos, assumidos pela Companhia, decorrentes dos sinistros associados aos contratos em causa.

As provisões são calculadas contrato a contrato, utilizando métodos actuarialmente reconhecidos e cumprindo os normativos regulamentares e legais.

Ver Relatório do Actuário Responsável em anexo.

4.6. Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afectos aos vários segmentos), calculados sem dedução do resseguro cedido

	2010	2009
1. Prémios brutos emitidos	254.442.080	207.990.282
2. Custos com sinistros de seguros directo	177.240.549	101.335.017
3. Rácio de sinistralidade ((2)/(1))	70%	49%
4. Custos e gastos de exploração (Custos de Aquisição + Gastos Administrativos)	11.116.606	8.599.732
5. Rácio de despesa ((4)/(1))	4,4%	4,1%
6. Rácio combinado ((3)+(5))	74%	53%
7. Rácio operacional	-1%	5%

O rácio de sinistralidade da CA Vida teve um crescimento nos exercícios de 2009 e 2010 passando de 49% para 70%, sendo os vencimentos de apólices de Capitalização os que mais contribuíram para o valor deste rácio.

O rácio de despesa aumentou ligeiramente em 0,3%, enquanto que o rácio combinado, na sequência do incremento significativo do rácio de sinistralidade, aumentou 21%.

O rácio operacional (rácio entre o Resultado Líquido do Exercício deduzido dos ganhos líquidos com investimentos e os prémios brutos emitidos) deteriorou-se em 6%.

6. Instrumentos financeiros (que não sejam contratos de investimento)

Rubricas de balanço

6.1. Inventário de participações e instrumentos financeiros, de acordo com o modelo apresentado no Anexo 1

A listagem das participações e instrumentos financeiros a 31 de Dezembro de 2010 é a que consta do Anexo 1 das notas às Contas.

6.7. Prestação de informação relativa à utilização de produtos derivados e à utilização de operações de reporte e de empréstimo de valores, tal como definido no normativo aplicável

A 31 de Dezembro de 2010 a CA Vida detém os seguintes instrumentos financeiros derivados:

i) *Swaps* de taxa de juro – Dois *swaps* de taxa de juro com o nocional de 5.000.000 Euros e 11.000.000 Euros, contratados com o Banco Espírito Santo Investimento S.A., para garantir uma gestão eficaz do risco de taxa de juro da carteira de investimentos associada ao produto CA PPR+6 e assegurar a cobertura das respectivas responsabilidades. Tratam-se de instrumentos derivados *over-the-counter*.

A 31 de Dezembro de 2010, o passivo financeiro correspondente a estes instrumentos financeiros totaliza 1.334.341 Euros (2009: 972.128 Euros).

6.8. Prestação de informação acerca de instrumentos financeiros compostos, com múltiplos derivados embutidos

Encontram-se classificados nesta rubrica títulos que a Companhia considerou, como consequência da aplicação do IAS 39 e de acordo com a opção tomada e a estratégia documentada de gestão do risco, que (i) são geridos e avaliados numa base de justo valor e/ou (ii) contêm instrumentos derivados embutidos.

No quadro que se segue, encontram-se detalhados os títulos com derivados embutidos e o respectivo justo valor em 31 de Dezembro de 2010:

2010	Justo Valor
Obrigações de outros emissores	
UCGIM 2.625% 31/10/15	958.011

Justo Valor

6.10. Indicação, para as classes de activos financeiros e de passivos financeiros não valorizados a justo valor, do correspondente justo valor de forma a permitir a sua comparação com as quantias escrituradas, excepto: a) quando a quantia escriturada é uma aproximação razoável do justo valor; b) relativamente a investimentos em instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo; ou c) relativamente a derivados associados a tais instrumentos de capital próprio que sejam mensurados pelo custo porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade

O justo valor, por classes de activos e passivos financeiros é o que se segue:

	Valor Balanço		Justo Valor	
	2010	2009	2010	2009
Activos Financeiros				
Disponibilidades em Instituições de Crédito	881.798	2.743.538	881.798	2.743.538
Aplicações em Instituições de Crédito	35.820.355	23.409.808	35.820.355	23.409.808
Devedores	4.480.537	520.894	4.480.537	520.894
Total	41.182.689	26.674.240	41.182.689	26.674.240
Passivos Financeiros				
Credores	1.098.679	2.635.729	1.098.679	2.635.729
Total	1.098.679	2.635.729	1.098.679	2.635.729

Apresenta-se de seguida o detalhe das rubricas Devedores e Credores:

Activos financeiros	2010	2009
Devedores		
Contas a receber por operações de seguro directo	29.573	39.928
Contas a receber por operações de resseguro	1.276.597	308.693
Vendas líquidas de activos financeiros realizadas em Dezembro com liquidação em Janeiro	3.076.677	71.915
Contas a receber de fundos de pensões geridos pela Companhia*	52.793	42.618
Outros devedores	44.896	57.739
Total	4.480.537	520.894

*O valor mais significativo diz respeito a comissões de gestão.

Passivos financeiros	2010	2009
Credores		
Contas a pagar por operações de seguro directo	1.014	1.471
Compras líquidas de activos financeiros realizadas em Dezembro com liquidação em Janeiro	471.891	2.355.006
Contas a pagar por outras operações	625.775	279.251
Total	1.098.679	2.635.729

6.11. Descrição relativa ao apuramento do justo valor, designadamente:

a) Dos métodos e, quando for usado um método de avaliação, dos pressupostos aplicados na determinação do justo valor de cada classe de activos financeiros e de passivos financeiros

Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito e devedores

Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito e devedores são compostos maioritariamente por activos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

Credores

A rubrica de credores é composta maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

Activos disponíveis para venda

Ver nota 3.

Activos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas classificados como detidos para negociação

Ver nota 3.

Activos financeiros classificados ao justo valor no reconhecimento inicial através de ganhos e perdas

Ver nota 3.

b) Se o justo valor reconhecido ou divulgado nas demonstrações financeiras é determinado, no todo ou em parte, utilizando um método de avaliação baseado em pressupostos que não sejam suportados por preços de transacções no mercado, correntes e observáveis, relativos ao mesmo instrumento ou não são baseados em dados do mercado observáveis e disponíveis. No caso da alteração para uma alternativa razoavelmente possível, de um ou mais dos pressupostos, resultar num justo valor significativamente diferente do justo valor reconhecido, deve ser indicado esse facto e o respectivo efeito, em termos de ganhos e perdas, total dos activos ou total dos passivos e capital próprio

Na determinação do justo valor de um activo ou passivo financeiro, se existir um mercado activo, o preço de mercado é o aplicado.

Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

6.16. Prestação de informação qualitativa que permita avaliar a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros, nomeadamente:

a) Exposição ao risco e a origem dos riscos e quaisquer alterações referentes ao período

Ver nota 4.3.

b) Objectivos, políticas e procedimentos de gestão de risco, os métodos usados para gerir esses riscos e quaisquer alterações referentes ao período

Ver nota 4.3.

6.17. Prestação de informação quantitativa que permita avaliar a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros por cada tipo de risco, nomeadamente:

a) A exposição ao risco e a origem dos riscos e quaisquer alterações referentes ao período

Análise quantitativa, nas alíneas que se seguem e análise qualitativa na nota 4.

Os activos e passivos financeiros classificados de acordo com as categorias da IAS 39 a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são:

2010	Registados a justo valor		Créditos e valores a receber	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Activos/Passivos Não Financeiros	Total
	Negociação	No reconhecimento inicial					
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa			90				90
Disponibilidades em Instituições de Crédito			881.798				881.798
Aplicações em Instituições de Crédito			35.820.355				35.820.355
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		958.012					958.012
Investimentos financeiros disponíveis para venda				826.918.015			826.918.015
Devedores			4.480.537			3.734.003	8.214.540
Instrumentos financeiros derivados							
Total Activos		958.012	41.182.779	826.918.015		3.734.003	872.792.809
Passivos							
Instrumentos Financeiros Derivados	1.334.341						1.334.341
Credores			1.098.679			825.069.924	826.168.603
Total Passivos	1.334.341		1.098.679			825.069.924	827.502.945
Instrumentos Financeiros Derivados							
Nocional teórico	16.000.000						16.000.000

2009	Registados a justo valor		Créditos e valores a receber	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Activos/Passivos Não Financeiros	Total
	Negociação	No reconhecimento inicial					
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa			176				176
Disponibilidades em Instituições de Crédito			2.743.538				2.743.538
Aplicações em Instituições de Crédito			23.409.808				23.409.808
Activos financeiros ao justo valor através de resultados							
Investimentos financeiros disponíveis para venda				766.093.509			766.093.509
Devedores			520.894			4.839.755	5.360.649
Instrumentos financeiros derivados							
Total Activos			26.674.416	766.093.509		4.839.755	797.607.681
Passivos							
Instrumentos Financeiros Derivados	972.128						972.128
Credores			2.635.729			750.801.177	753.436.906
Total Passivos	972.128		2.635.729			750.801.177	754.409.034
Instrumentos Financeiros Derivados							
Nocional teórico	16.127.320						16.127.320

b) A quantia que melhor representa a exposição máxima ao risco de crédito à data de relato sem ter em consideração quaisquer garantias detidas ou outras melhorias da qualidade de crédito, assim como, descrição das garantias colaterais detidas a título de caução e outras melhorias da qualidade de crédito, informação acerca da qualidade de crédito de activos financeiros que não estejam vencidos nem em imparidade e a quantia escriturada de activos financeiros cujos termos foram renegociados e que, caso contrário, estariam vencidos ou em imparidade

	Exposição máxima	
	2010	2009
Disponibilidades em Instituições de Crédito	881.798	2.743.538
Aplicações em Instituições de Crédito	35.820.355	23.409.808
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	958.012	
Activos financeiros disponíveis para venda	761.838.574	684.432.798
Instrumentos financeiros derivados		
Devedores	4.480.537	520.894
Total	803.979.275	711.107.038

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a qualidade de crédito dos activos financeiros da CA Vida de acordo com o *rating* de referência externa, pode ser resumida como se segue:

2010	AAA	AA	A	BBB	BB	Sem Rating	Total
Activo							
Disponibilidades em Instituições de Crédito						881.798	881.798
Aplicações em Instituições de Crédito			13.822.663			21.997.692	35.820.355
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	958.012						958.012
Activos financeiros disponíveis para venda	307.135.422	189.364.076	204.879.668	57.671.060	2.788.348		761.838.574
	308.093.434	189.364.076	218.702.330	57.671.060	2.788.348	22.879.490	799.498.738

2009	AAA	AA	A	BBB	BB	Sem Rating	Total
Activo							
Disponibilidades em Instituições de Crédito						2.743.538	2.743.538
Aplicações em Instituições de Crédito						23.409.808	23.409.808
Activos financeiros ao justo valor através de resultados							
Activos financeiros disponíveis para venda	239.571.454	279.626.146	127.373.604	37.861.594			684.432.798
	239.571.454	279.626.146	127.373.604	37.861.594		26.153.346	710.586.144

Os outros activos financeiros que compõem a classe devedores englobam maioritariamente valores a receber de Clientes e outros devedores, sendo estes saldos de curto prazo e de valor reduzido, pelo que a CA Vida não utiliza nenhum sistema de aferição de risco de crédito, com excepção dos montantes a receber de Resseguradores, cuja análise de risco de crédito é efectuada conforme a política já descrita.

c) Análise da maturidade dos activos financeiros vencidos à data de relato mas não em imparidade, assim como, dos activos financeiros individualmente considerados em imparidade à data de relato, descrevendo designadamente os factores que a entidade tomou em linha de conta na determinação dessa imparidade e descrição das garantias colaterais detidas pela entidade a título de caução e outras melhorias da qualidade de crédito e, salvo se impraticável, uma estimativa do seu justo valor

O critério de imparidade da Companhia encontra-se definido nas notas 3.1.2 d) e 3.3.

Perdas por Imparidade Acumuladas por Classe de Activo

Activos Financeiros Disponíveis para Venda	2010	2009
Títulos de dívida	0	0
Instrumentos de capital	138.658	31.981
Total	138.658	31.981

Movimentos Ocorridos nas Perdas por Imparidade

	2010	2009
Saldo em 1 de Janeiro	31.981	2.095.529
Dotações/Reforços	117.551	17.612
Utilização/Reversão:		
Através de Vendas de títulos por imparidade	-10.874	-1.324.849
Recuperação de Imparidade reconhecida por conta do segurado*		-756.312
Saldo em 31 de Dezembro	138.658	31.981

*A evolução positiva dos mercados de capitais (com a consequente obtenção de valias positivas nas carteiras de investimentos detidas pela Companhia) permitiu à Companhia recuperar o montante de 756.312 Euros de perdas por imparidade, reconhecidas durante 2008, por conta dos Segurados. A recuperação foi efectuada apenas nas carteiras afectas a Seguros de Vida com participação nos resultados.

e) Análise da maturidade dos activos/passivos financeiros que indique as maturidades contratuais restantes e uma descrição da forma como a empresa gere o correspondente risco de liquidez

2010	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e equivalentes de caixa	90							90
Disponibilidades em outras instituições de crédito	881.798							881.798
Aplicações em instituições de crédito		35.820.355						35.820.355
Activos financeiros ao justo valor através de resultados			25.313	50.626	1.014.922			1.090.860
Activos financeiros disponíveis para venda		24.908.676	69.712.895	211.633.773	261.384.214	307.446.580	-	875.086.138
Investimentos a deter até à maturidade								-
Activos financeiros ao justo valor para negociação			115.900					115.900
Devedores								-
	881.888	60.729.030	69.854.108	211.684.399	262.399.136	307.446.580	-	912.995.141
Passivo								
Activos financeiros ao justo valor para negociação								
Credores		1.477.804		524.558	211.375			2.213.737
	-	1.477.804	-	524.558	211.375	-	-	2.213.737
Diferencial	1.763.776	124.413.669	139708216,3	424.417.913	525.221.021	614.893.161	-	1.830.417.757

2009	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e equivalentes de caixa	176							176
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	2.743.538							2.743.538
Aplicações em Instituições de Crédito		23.409.808						23.409.808
Activos financeiros ao justo valor através de resultados								
Activos financeiros disponíveis para venda		15.711.234	80.796.938	201.404.523	190.959.959	301.817.158	-	790.689.813
Investimentos a deter até à maturidade								
Activos financeiros ao justo valor para negociação			385.250				-	385.250
Devedores								-
	2.743.714	39.121.042	81.182.188	201.404.523	190.959.959	301.817.158	-	817.228.585
Passivo								
Activos financeiros ao justo valor para negociação								-
Credores		3.014.854		524.558	474.600			4.014.011
	-	3.014.854	-	524.558	474.600	-	-	4.014.011
Diferencial	2.743.714	36.106.188	81.182.188	200.879.965	190.485.359	301.817.158	-	813.214.573

Ver nota 4.3 d).

8. Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

8.1. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem, e reconciliação das quantias incluídas na demonstração de fluxos de caixa com os itens equivalentes relatados no balanço.

As componentes de caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem a 31 de Dezembro de 2010, e com comparativos a 2009, são:

	2010	2009
Caixa e seus equivalentes	90	176
Depósitos à ordem em instituições de crédito	881.798	2.743.538
Disponibilidades constantes do balanço	881.888	2.743.714

Os valores em depósitos à ordem em instituições de crédito dizem respeito na sua totalidade a depósitos da CA Vida junto da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo.

10. Outros activos fixos tangíveis (excepto terrenos e edifícios)

Os activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo histórico deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade (IAS 36).

Modelo do custo

10.1. Indicação dos critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta, dos métodos de depreciação utilizados e das vidas úteis ou das taxas de depreciação usadas.

No reconhecimento inicial, a Companhia capitaliza o valor de aquisição e os encargos necessários ao funcionamento do bem, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, a CA Vida opta pela definição duma vida útil que seja capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos, depreciando o bem por esse período. A vida útil de cada bem é revista em cada data de relato financeiro.

Sempre que haja evidência objectiva que o valor escriturado dos activos tangíveis excede o seu valor de mercado, é reconhecida uma perda por imparidade pela diferença, de acordo com a metodologia proposta pela IAS 36 em articulação com a IAS 16.

No que respeita ao método de depreciação, a Companhia utiliza o método linear, dado que é o que melhor reflecte o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos do activo. Esse método é aplicado consistentemente, a toda a classe de activos.

10.2. Indicação da quantia escriturada bruta e da depreciação acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período.

Rubricas dos activos fixos tangíveis	Saldo inicial			Aumentos		Transfe-rências e abates	Alienações	Depreciações + Imparidade		Saldo final		
	Valor Bruto	Depreciações + Imparidade	Valor líquido	Aquisições	Benefi-ciações			Reforço	Regulari-zações	Valor Bruto	Depreciações + Imparidade	Valor líquido
Equip. administrativo	55.052	43.710	11.342	2.374				2.711		57.426	46.421	11.005
Máquinas e ferramentas	13.108	12.891	217	0				110		13.108	13.000	107
Equip. informático	731.590	509.783	221.807	0				120.966		731.590	630.749	100.841
Instalações Interiores	0	0	0	0						0	0	0
Material de transporte	476.544	277.547	198.998	170.578			145.268	102.134	145.268*	501.854	234.413	267.441
Equip. hospitalar	0	0	0	0						0	0	0
Outro equipamento	2.662	2.662	0	0						2.662	2.662	0
Total	1.278.955	846.592	432.364	172.952	0	0	145.268	225.921	145.268	1.306.639	927.245	379.394

* Valor relativo a depreciações de viaturas alienadas.

10.3. Reconciliação entre as quantias escrituradas dos activos tangíveis no início e no fim do período, evidenciando:

a) Adições, divulgando separadamente as adições resultantes de aquisições e as resultantes de dispêndio subsequente reconhecido na quantia escriturada de um activo

Ver Nota 10.2.

d) Depreciações

Ver Nota 10.2.

e) A quantia de perdas por imparidade reconhecida e a quantia de perdas por imparidade revertida durante o período de acordo com a IAS 36

Não foram registadas perdas por imparidade no exercício para a classe de activos tangíveis.

g) Transferências

Ver Nota 10.2.

h) Outras alterações

Ver Nota 10.2.

10.4. Indicação do justo valor dos activos tangíveis, sem prejuízo dos casos específicos considerados na nota 9.19.

A Companhia considera que o valor contabilístico dos activos tangíveis é aproximadamente igual ao seu justo valor.

11. Afecção dos investimentos e outros activos

Indicação dos investimentos e outros activos segundo a sua afecção a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, de acordo com o seguinte quadro:

2010	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificados como contratos de investimento	Não afectos
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	64.733	60.000		757.155
Terrenos e edifícios				
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				
Activos financeiros detidos para negociação				
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	958.012			
Derivados de cobertura				
Activos financeiros disponíveis para venda	790.355.872	18.230.978		18.331.165
Empréstimos concedidos e contas a receber	28.782.945	4.165.077		2.872.333
Investimentos a deter até à maturidade				
Outros activos tangíveis				379.394
Outros activos	3.110.289	3.385.482		1.339.375
Total	823.271.851	25.841.537		23.679.422

2009	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificados como contratos de investimento	Não afectos
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.690.979			52.735
Terrenos e edifícios				
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				
Activos financeiros detidos para negociação				
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas				
Derivados de cobertura				
Activos financeiros disponíveis para venda	736.263.564	15.520.415		14.309.530
Empréstimos concedidos e contas a receber	21.263.914			2.145.893
Investimentos a deter até à maturidade				
Outros activos tangíveis				432.364
Outros activos	72.539	2.732.476		2.123.271
Total	760.290.996	18.252.891		19.063.794

12. Activos intangíveis

12.1. Identificação do modelo de valorização aplicado.

Os activos intangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo histórico deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade (IAS 36).

12.3. Prestação da seguinte informação, para cada classe de activo intangível, distinguindo entre os activos intangíveis gerados internamente e outros activos intangíveis:

a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas

	Activos intangíveis gerados internamente	Outros activos intangíveis	Vida útil finita?	Taxa de amortização
Despesas com aplicações informáticas	0	2.244.913	S	33,33%

b) Os métodos de amortização usados para activos intangíveis com vidas úteis finitas

As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes, de acordo com o período de vida útil estimado para a geração de benefícios económicos.

c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período

Rubricas dos activos intangíveis	Saldo inicial			Aumentos		Abates	Alienações	Amortizações + Imparidade		Saldo final		
	Valor Bruto	Amortizações + Imparidade	Valor líquido	Aquisições	Beneficiações			Reforço	Regularizações	Valor Bruto	Amortizações + Imparidade	Valor líquido
Despesas de desenvolvimento												
Despesas com aplicações informáticas	2.132.024	1.691.350	440.673	112.889	0	0	0	249.897	0	2.244.913	1.941.247	303.666
Activos intangíveis em curso												
Outros												
Total	2.132.024	1.691.350	440.673	112.889	0	0	0	249.897	0	2.244.913	1.941.247	303.666

d) Os itens de cada linha da conta de ganhos e perdas em que qualquer amortização de activos intangíveis esteja incluída

	Gestão de sinistros	Custos e gastos de exploração	Gastos de investimentos	Gestão de Fundos de Pensões	Total
Amortizações do exercício de activos intangíveis	34.986	199.917	12.495	2.499	249.897

e) A quantia escriturada e o período de amortização restante de qualquer activo intangível individual que seja material.

Ver comentário na nota 12.3.

f) Informação exigida nas notas 9.7., 9.8. (excepto alínea g)), 9.11., 9.13., 9.14. e 9.15.

Ver informação exigida nas notas 9.7. e 9.8. (excepto alínea g)) na tabela da nota 12.3. c).

As notas 9.11., 9.13., 9.14. e 9.15. não são aplicáveis.

13. Outras provisões e ajustamentos de contas do activo

13.1. Desdobramento das contas de ajustamentos e outras provisões pelas respectivas subcontas, conforme quadro seguinte:

	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
490 - Ajustamentos de recibos por cobrar				
491 - Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	4.039	0	0	4.039
492 - Outras provisões				

13.2. Descrição da natureza da obrigação e do momento de ocorrência esperado de quaisquer exfluxos de benefícios económicos resultantes dos ajustamentos e provisões constituídos e indicação da incerteza acerca da quantia e/ou do momento de ocorrência desses exfluxos, assim como, a quantia de qualquer reembolso esperado com referência a qualquer activo que tenha sido reconhecido no âmbito desse reembolso.

A CA Vida tem nas demonstrações financeiras um ajustamento de créditos de cobrança duvidosa no valor de 4.039 Euros, constituído no exercício de 2006, relativo a uma acção movida contra um Cliente que ainda não se encontra encerrada.

14. Prémios de contratos de seguro

14.1. Indicação dos prémios reconhecidos resultantes de contratos de seguro.

Ver nota 14.2.

14.2. Indicação de alguns valores relativos ao seguro de vida, de acordo com o seguinte quadro:

	2010		2009	
Prémios Brutos Emitidos de Seguro Directo		254.442.080		207.990.282
Relativos a contratos individuais	231.504.139		187.464.071	
Relativos a contratos de grupo	22.937.941	254.442.080	20.526.211	207.990.282
Periódicos	50.390.072		32.910.527	
Não periódicos	204.052.008	254.442.080	175.079.756	207.990.282
De contratos sem participação nos resultados	22.937.941		20.526.211	
De contratos com participação nos resultados	231.504.139	254.442.080	187.464.071	207.990.282
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		-		-
Saldo de Resseguro		-1.506.033		-1.183.054

16. Rendimentos / réditos de investimentos

16.1. Descrição das políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento dos réditos.

Ver nota 3.1.2. m).

16.2. Indicação, por categoria de investimento, da quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o proveniente, nomeadamente, de juros, royalties e dividendos.

Investimentos	2010	2009
Activos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas detidos para negociação		
Dividendos		
Juros	1.069.976	1.226.489
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		
Dividendos		
Juros	8.199	
Activos financeiros disponíveis para venda		
Dividendos	1.898.259	2.535.818
Juros	26.061.368	23.886.611
Amortização segundo a taxa efectiva de títulos de dívida	1.189.005	921.729
Empréstimos concedidos e contas a receber		
Juros	73.128	180.143
Caixa e equivalentes e depósitos à ordem		
Juros	0	292
Total	30.299.935	28.751.081

17. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Indicação, por categoria de investimento, da quantia dos ganhos e perdas realizados por via da respectiva alienação.

Ganhos e perdas realizados em investimentos	2010	2009
Activos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas detidos para negociação		
Derivados detidos para negociação*	-67.020	-4.715.090
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		
Instrumentos de capital e unidades de participação		
Títulos de dívida		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de capital e unidades de participação	-1.125.888	-1.738.269
Títulos de dívida	9.873.994	5.024.261
Total	8.681.086	-1.429.099

* O valor apresentado é referente a valias realizadas em contratos de futuros.

18. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Indicação, por categoria de investimento, da quantia dos ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor.

Ganhos e perdas por ajustamentos de justo valor	2010	2009
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		
Instrumentos de capital e unidades de participação		
Títulos de dívida	-6.909	0
Total	-6.909	0

21. Gastos diversos por função e natureza

21.1. Análise dos gastos usando uma classificação baseada na sua função, nomeadamente, para aquisição de contratos de seguro e investimento (aquisição e administrativos), custos com sinistros e custos com investimentos.

Gastos por natureza	Gastos por Função				Total
	Gestão de sinistros	Custos e gastos de exploração	Gastos de investimentos	Gestão de Fundos de Pensões	
Gastos com pessoal	229.551	2.193.483	102.023	25.506	2.550.562
Fornecimentos e serviços externos	192.562	2.362.752	142.995	12.327	2.710.636
Impostos e taxas		125.136			125.136
Depreciações e amortizações do exercício	66.615	380.654	23.791	4.758	475.818
Outras provisões					
Juros suportados			1.122		1.122
Comissões	2.083	2.430	2.483.280		2.487.793

21.2. Análise dos gastos usando uma classificação baseada na sua natureza.

Gastos por natureza	2010	2009
Gastos com o pessoal	2.550.562	2.409.178
Fornecimentos e serviços externos	2.710.636	2.789.574
Impostos e taxas	125.136	103.300
Depreciações e amortizações do exercício	475.818	516.739
Provisões para riscos e encargos		
Juros suportados	1.122	2.530
Comissões	2.487.793	2.137.471
Total	8.351.066	7.958.791

Apresenta-se de seguida o detalhe dos Fornecimentos e Serviços Externos.

Fornecimentos e Serviços Externos	2010	2009
Combustíveis	41.631	40.295
Material de escritório	19.010	42.016
Artigos para oferta	23.535	11.469
Conservação e reparação	19.695	18.261
Rendas e alugueres	113.482	121.997
Despesas de representação	273.737	23.777
Comunicação	176.186	202.247
Deslocações e estadas	69.878	83.062
Seguros	15.629	16.092
Gastos com trabalho independente	40.939	38.834
Publicidade e propaganda	565.186	927.487
Trabalhos especializados*	1.138.152	1.068.912
Quotizações (da actividade)	18.675	9.050
Gastos com cobrança de prémios	154.516	143.196
Outros fornecimentos e serviços	40.384	42.879
Total	2.710.636	2.789.574

*Inclui custos de consultoria e serviços de *outsourcing* a que a Companhia recorre, designadamente de Sistemas de Informação, apoio jurídico, expedição de correio, rede clínica, entre outros.

Ver análise dos Gastos com o Pessoal na nota 22.2.

22. Gastos com pessoal

22.1. Indicação do número médio de trabalhadores ao serviço no exercício, ventilado por categorias profissionais.

Durante o exercício de 2010 a Companhia teve, em média, 42 trabalhadores ao seu serviço, distribuídos pelas seguintes categorias profissionais:

Categoria Profissional	Número Médio	
	2010	2009
Director de Serviços	3	4
Chefe de Serviços	2	2
Chefe de Secção	1	1
Actuário	2	2
Coordenador Comercial	7	7
Técnico de Grau I	3	2
Técnico de Análise de Riscos	2	2
Sub-Chefe de Secção	1	1
Secretária	1	1
Técnico Comercial	4	4
Escriturário	10	7
Escriturário Estagiário	5	7
Estagiário Comercial	1	3
Total	42	43

22.2. Indicação do montante das despesas com o pessoal referentes ao exercício, assim discriminadas:

Despesas com o pessoal	2010	2009
Remunerações		
- dos órgãos sociais	672.374	460.835
- do pessoal	1.437.253	1.447.987
Encargos sobre remunerações	326.644	341.787
Benefícios pós-emprego		
- Planos de contribuição definida	-11.742	11.742
- Planos de benefícios definidos	3.311	1.037
Outros benefícios a longo prazo dos empregados		
Benefícios de cessação de emprego		
Seguros obrigatórios	69.958	61.557
Gastos de acção pessoal		
Outros gastos com pessoal	52.763	84.232
Total	2.550.562	2.409.178

22.3. Indicação, relativamente aos membros dos órgãos sociais, de forma global para cada um dos órgãos, do seguinte

- **Montante dos compromissos surgidos ou contratados em matéria de pensões de reforma para os antigos membros**
- **Montante dos adiantamentos e dos créditos concedidos**

A Companhia não apresenta compromissos surgidos ou contratados em matéria de pensões de reforma para os antigos membros dos órgãos sociais, nem realizou quaisquer adiantamentos ou concedeu crédito a membros dos órgãos sociais.

23. Obrigações com benefícios dos empregados

23.2. Para cada plano de benefício definido, prestação de informação considerada relevante para a compreensão quer do plano, quer da evolução das quantias registadas nas contas face a exercícios anteriores, nomeadamente:

a) A política contabilística da entidade para reconhecer ganhos e perdas actuariais, bem como o custo corrigido de serviços passados;

Para reconhecer os ganhos/perdas actuariais a Companhia optou pelo método do “corredor”, em que os ganhos e perdas actuariais acumulados diferidos em balanço no início do ano, que excedam 10% do maior de entre (i) o total das responsabilidades e (ii) o valor do fundo, também reportados ao início do ano, são imputados a resultados durante um período que não pode exceder o período de serviços remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite (10%), não são reconhecidos em resultados (“corredor”: diferidos em balanço).

b) Uma descrição geral do plano, com indicação dos benefícios assegurados, do prazo esperado de liquidação dos compromissos assumidos e do grupo de pessoas abrangidas;

Ver nota 3.1.2. j).

Grupo de pessoas abrangidas:

A população de participantes do plano de pensões da Companhia é constituída pelos trabalhadores admitidos na Actividade Seguradora antes de 22 de Junho de 1995.

O quadro que se segue caracteriza o grupo de pessoas abrangidas.

	2010	2009
Número de participantes	2	3
Idade Média	46	46
Antiguidade média na Actividade Seguradora	19	19
Salário Médio Anual	36.680	34.310

Indicação dos benefícios assegurados:

O plano de pensões objecto de financiamento pela adesão é um plano de benefício definido.

Este plano garante benefícios em caso de pré-reforma, reforma por velhice ou invalidez aos trabalhadores e ex-trabalhadores da CA Vida, em conformidade com as condições seguintes:

i) O plano de pensões a garantir é o consagrado no contrato colectivo de trabalho da Actividade Seguradora e nas suas futuras revisões que venham a ocorrer.

ii) Em caso de cessação de serviço antes da idade normal de reforma, relativamente a participantes que deixem de estar ao serviço do Associado por outro motivo que não seja a reforma por velhice, invalidez ou pré-reforma, aplicar-se-á o disposto na cláusula 55ª do contrato colectivo de trabalho da Actividade Seguradora.

Prazo esperado de liquidação dos compromissos assumidos:

O prazo esperado de liquidação dos compromissos assumidos é 38 anos.

c) O veículo de financiamento utilizado

De forma a financiar o Plano de Pensões, a Companhia recorreu a uma adesão colectiva a um Fundo de Pensões Aberto.

d) O valor e a taxa de rendibilidade efectiva dos activos do plano

	2010	2009
Valor dos activos do Plano	168.178	163.741
Taxa de rendibilidade efectiva dos activos do Plano	2,71%	9,07%

e) A responsabilidade passada com benefícios pós-emprego, separadamente entre o valor actual da responsabilidade por serviços passados e o valor actual dos benefícios já em pagamento

	2010	2009
Valor actual da responsabilidade por serviços passados	56.525	86.450
Valor actual dos benefícios em pagamento	0	0
Responsabilidade com benefícios pós-emprego	56.525	86.450

f) Reconciliação dos saldos de abertura e de fecho do valor presente da obrigação de benefícios definidos mostrando separadamente, se aplicável, os efeitos durante o período atribuíveis a cada um dos seguintes:

	2010	2009
Responsabilidades em 1 de Janeiro	86.450	55.088
Custo do serviço corrente	4.530	3.156
Custo dos juros	4.776	3.203
Contribuições de participantes do plano		
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	(39.231)	25.002
Benefícios pagos pela Companhia		
Custo corrigido dos serviços passados		
Cortes e liquidações		
Responsabilidades em 31 de Dezembro	56.525	86.450

g) Análise da obrigação de benefícios definidos em quantias resultantes de planos que não têm qualquer financiamento e em quantias resultantes de planos que estão total ou parcialmente financiados

A obrigação de benefícios definidos, que em 31 de Dezembro de 2010 ascende a 56.525 Euros, encontra-se financiada por um Fundo de Pensões no valor de 168.178 Euros, o que representa um nível de financiamento de 298%.

h) Reconciliação dos saldos de abertura e de fecho do justo valor dos activos do plano e dos saldos de abertura e de fecho de qualquer direito de reembolso reconhecido como activo, mostrando separadamente, se aplicável, os efeitos durante o período atribuíveis a cada um dos seguintes itens:

	2010	2009
Saldo do Fundo em 1 de Janeiro	163.741	150.145
Retorno esperado dos activos do plano	5.995	5.322
Ganhos e (perdas) actuariais	-1.558	8.274
Contribuições do empregador		
Contribuições de participantes no plano		
Benefícios pagos pela Companhia		
Cortes e liquidações		
Saldo do Fundo a 31 de Dezembro	168.178	163.741

i) Reconciliação do valor presente da obrigação de benefícios definidos da alínea f) e do justo valor dos activos do plano da alínea h) com os activos e passivos reconhecidos no balanço

	2010	2009
Responsabilidades em 31 de Dezembro	56.525	86.450
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	168.178	163.741
(Excesso) / Insuficiência do Fundo	(111.653)	(77.291)
Ganhos ou (perdas) actuariais líquidos não reconhecidos no balanço		
Custo do serviço passado corrigido não reconhecido no balanço		
Quantia não reconhecida como um activo (devido ao limite IAS 19)		
Outras quantias reconhecidas no balanço	(41.614)	(82.988)
(Activo) / Passivo reconhecido em Balanço	(153.267)	(160.279)

j) Indicação do gasto total reconhecido na Conta de Ganhos e Perdas do exercício corrente relativos a:

	2010	2009
Custo de serviços correntes	(4.530)	(3.156)
Custo corrigido de serviços passados		
Custo de juros	(4.776)	(3.203)
Retorno esperado dos activos do plano e de eventuais direitos de reembolso	5.995	5.322
Ganhos e perdas actuariais	(3.701)	(2.860)
Ganhos ou perdas decorrentes de cortes ou liquidações do plano		0
Efeito do limite estabelecido na IAS 19		69.867
Total de impactos no Ganhos e Perdas	(7.012)	65.970

k) As quantias reconhecidas no exercício corrente, na Conta de Ganhos e Perdas ou em rubrica específica de capital próprio, relativamente aos ganhos ou perdas actuariais e do limite estabelecido na IAS 19

A 31 de Dezembro de 2010, o montante reconhecido na Conta de Ganhos e Perdas relativo à amortização do excesso do corredor é de 3.701 Euros.

m) A percentagem e quantia de cada categoria principal dos investimentos do plano e outros activos, que constituem o justo valor do total dos activos do plano

A carteira de activos, no fim do exercício, da totalidade do Fundo Pensões aberto CA Reforma Tranquila é composta da seguinte forma (por classe de activos):

Classe de activos	2010		2009	
	Valor	%	Valor	%
Fundos de Investimento de Obrigações	89.675	53,3	123.429	75
Fundos de Investimento de Acções	40.862	24,3	22.007	14
Fundos de Investimento Imobiliário	3.230	1,9	2.376	1
Terrenos e edifícios				
Acções	462	0,3	5.097	3
Liquidez/Outros activos	33.950	20,2	10.832	7
Total dos activos do Fundo	168.178	100	163.741	100

n) As quantias incluídas no justo valor dos activos do plano relativas a instrumentos financeiros da entidade e qualquer terreno e edifício ocupado, ou outros activos utilizados, pela empresa de seguros

Não existem instrumentos financeiros da entidade nem quaisquer outros activos utilizados pela Companhia incluídos no justo valor dos activos.

o) Descrição da base usada para determinar a taxa esperada global de retorno dos activos, incluindo o efeito das principais categorias de activos do plano

A taxa de retorno esperada dos activos foi obtida tendo por base toda a informação histórica disponível sobre os índices de referência, para as várias classes de activos, que constituem o *benchmark* da política de investimento do Fundo de Pensões. Para o cálculo da taxa de retorno do fundo foram utilizadas as percentagens da alocação por classe de activo da carteira do Fundo de Pensões Aberto CA Reforma Tranquila a 31 de Dezembro de 2009. Foram tidos igualmente em consideração os custos de gestão.

p) Indicação do retorno real dos activos do plano, bem como o retorno real sobre qualquer direito de reembolso reconhecido como um activo

O retorno real dos activos do plano foi de 4.437 Euros.

q) Descrição dos principais pressupostos actuariais (em termos absolutos)

Pressupostos Demográficos	Mínimo de Solvência	Financiamento
Tábua de Mortalidade	TV88/90	TV88/90
Tábua de Invalidez	Não aplicada	Não aplicada
Rotação de Pessoal	Não aplicada	Não aplicada
Percentagem de Pré-Reformas previsíveis	Não aplicada	Não aplicada
Idade Normal de Reforma (INR)	65 anos	65 anos
Nº de Pensões/ Prestações Ano	14	14

Pressupostos Financeiros	Mínimo de Solvência	Financiamento
Taxa Técnica de Desconto (até à idade normal de reforma)	5,25%	5,25%
Taxa Técnica de Desconto (após a idade normal de reforma)	3%	3%
Taxa Anual de Crescimento (salários dos activos)	3,5%	3,5%
Taxa Anual de Crescimento (pensões)	2,50%	2,50%
Taxa de Rendimento do Fundo	3,66%	3,66%

t) Indicação das quantias do período anual corrente e dos quatro períodos anuais anteriores quando aplicável de:

i. Valor presente da obrigação de benefícios definidos, o justo valor dos activos do plano e o excedente ou défice do plano; e

ii. Os ajustamentos de experiência resultantes dos passivos do plano expressos quer como uma quantia, quer como uma percentagem dos passivos do plano à data do balanço, e os activos do plano expressos quer como uma quantia, quer como uma percentagem dos activos do plano à data do balanço.

	2010	2009	2008	2007	2006
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	56.525	86.450	55.088	72.462	129.073
Justo valor dos activos do plano	168.178	163.741	150.145	155.237	157.161
Défice / (excedente) do plano	-111.653	-77.291	-95.057	-82.775	-28.088
Ajustamentos de experiência resultantes dos passivos do plano	-28.469	25.002	-26.093	-65.785	26.520
Ajustamentos de experiência resultantes dos activos do plano	1.558	-8.274	11.772	2.539	4.994

v) Descrição da melhor estimativa da empresa de seguros, assim que possa ser razoavelmente determinada, das contribuições que se espera que sejam efectuadas durante o período anual que começa após a data de balanço.

O custo normal para 2011 é de 2.900 Euros. Porém, dado o elevado nível de financiamento do fundo, com o valor actual das responsabilidades por serviços passados, para o cenário de financiamento, financiado a 298%, não será exigível qualquer contribuição na próxima anuidade.

24. Imposto sobre o rendimento

24.1. Os principais componentes de gasto (rendimento) de impostos devem ser divulgados separadamente, devendo incluir nomeadamente:

a) Gasto (rendimento) por impostos correntes

A 31 de Dezembro de 2010 a Companhia apresenta um gasto por impostos correntes no valor de 1.579.933 Euros.

b) Quaisquer ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores

Em 2010 foi necessário realizar um ajustamento de 2.275 Euros devido a insuficiência na estimativa de imposto.

Estimativa de imposto 2009	336.120
Total de pagamentos efectuados em 2009	
Pagamentos por conta	0
Deduções	0
Retenções efectuadas por terceiros	173.757
Total	173.757
Valor a recuperar / (pagar)	-162.363
Valor Pago /valor recebido(efectivo)	-164.638
Excesso/ (Insuficiência) de Imposto	-2.275

c) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias

O montante de impostos diferidos no exercício de 2010 constitui um rendimento no montante de 3.277 Euros.

24.2. Indicação separada do imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens que sejam debitados ou creditados ao capital próprio.

A CA Vida reconheceu na rubrica de Capital Próprio, Reserva por Impostos Diferidos, no montante de 776.696 Euros por contrapartida de passivos por impostos diferidos, no montante de 171.330 Euros, e por impostos correntes, no valor de 948.026 Euros.

24.3. Explicação do relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico.

Reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva		
	2010	2009
Resultado antes de imposto - custo / (proveito)	-7.683.707	-6.810.034
Estimativa de imposto (taxa nominal - 26,5%)	2.036.182	1.804.659
Estimativa de IRC da Companhia		
Custo /(proveito) por Imposto Corrente	1.579.933	69.785
Custo /(proveito) por Imposto Diferido	-3.277	724.895
Total	1.576.657	794.681
Diferença por reconciliar	459.526	1.009.978
Reconciliação da diferença		
Custos não aceites fiscalmente	10.351	78.529
Diferença entre valias fiscais e contabilísticas	-22.562	-9.827
Rendimentos dedutíveis (essencialmente, dividendos de entidades estrangeiras)	-1.826.793	-2.518.447
Benefícios fiscais	-69.381	-45.059
Total (Base tributável)	-1.908.386	-2.494.804
Impacto fiscal (taxa nominal - 26,5%)	-505.722	-661.123
Tributação Autónoma	46.196	22.164
Acerto dos prejuízos fiscais de 2008		-371.019
Total	-459.526	-1.009.978

24.7. Indicação para cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados da:

- Quantia de activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período apresentado;
- Quantia de rendimentos ou gastos por impostos diferidos reconhecidos na conta de ganhos e perdas

	Saldo 31/12/2009 Impostos diferidos	Movimento do Exercício			Saldo 31/12/2010 Impostos diferidos
		Reserva por Impostos Diferidos	Ganhos e Perdas	Balço**	
Ajustamentos de transição*					
Saldo inicial da RRJV de investimentos afectos com PR (parte do accionista)	-77.297	25.766			-51.532
Alisamento (taxa efectiva)	470.514			156.838	313.676
Valias de títulos vendidos (carteiras afectas, parte do accionista)	-77.316			-25.772	-51.544
Recálculo da participação nos resultados de 2007	296.136			98.712	197.424
Valias recuperadas de títulos alienados em 2007	-889.841			-296.614	-593.227
Valias dos AJV por Ganhos e perdas (carteiras afectas com PR, parte do accionista)	7.515			2.505	5.010
Diferenças activas					
Diferença entre custo contabilístico das acções e custo fiscal (carteiras livres e de seguros sem PR)	767	-264		502	502
Prejuízos fiscais					
Imparidade de investimentos (carteiras livres e de seguros sem PR)	8.475		1.418		9.893
Diferenças passivas					
RRJV (carteiras livres e de seguros sem PR) - valias	-186.216	65.915			-120.301
Benefícios pós-emprego	-42.474		1.858		-40.616
TOTAL Impostos Diferidos Activos	783.407		1.418	258.055	526.506
TOTAL Impostos Diferidos Passivos	-1.273.145	91.681	1.858	-322.386	-857.220
Impostos Diferidos Líquidos	-489.738	91.681	3.277	-64.330	-330.714

*Ajustamentos de transição a deduzir / tributar em 5 anos.

** Estes movimentos são relativos a ajustamentos de transição e foram movimentados por contas de balanço (entre a conta de impostos diferidos e impostos correntes).

RRJV - Reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor

AJV - Activos ao justo valor

PR - Participação nos resultados

25. Capital

25.1. Indicação dos objectivos, políticas da gestão do capital da empresa de seguros, descrevendo os respectivos processos implementados

Os objectivos da Companhia em relação à gestão de capital são:

- Cumprir com os requisitos de capital estabelecidos pelos reguladores do Mercado Segurador onde a Companhia opera;
- Salvaguardar a capacidade da Companhia de continuar com a sua actividade e assim proporcionar retornos para os accionistas e benefícios para outros *stakeholders*; e
- Manter uma sólida estrutura de capital para apoiar o desenvolvimento do seu negócio.

A autoridade reguladora exige que cada Seguradora mantenha um nível mínimo de capital, de acordo com o rácio da margem de solvência, devendo esta ser sempre superior a 100%.

A tabela seguinte apresenta a composição da margem de solvência para os períodos em questão no dia 31 de Dezembro, calculada de acordo com as normas do Instituto de Seguros de Portugal. Durante estes dois períodos, a Companhia cumpriu com todos os requisitos de capital impostos externamente a que estão sujeitos.

	2010	2009
Elementos Constitutivos do Fundo de Garantia	44.194.584	41.924.985
Elementos Constitutivos da Margem de Solvência	44.194.584	41.924.985
Margem de Solvência a Constituir		
Actividade Não Vida		
Actividade Vida e Fundos de Pensões		
Montante da Margem de solvência a constituir	35.303.009	31.535.838
Montante do Fundo de Garantia a constituir	11.767.670	10.511.946
Montante Total da Margem de Solvência a constituir	35.303.009	31.535.838
Montante Total do Fundo de Garantia a constituir	11.767.670	10.511.946
Excesso/Insuficiência da margem de solvência	8.891.576	10.389.147
Taxa de Cobertura da Margem de Solvência	125%	133%

25.2. Indicação para cada classe de capital em acções:

a) Quantidade de acções autorizadas

O capital da Companhia encontra-se representado por três milhões de acções nominativas, com valor nominal de 5 Euros cada.

b) Quantidade de acções emitidas e inteiramente pagas, e emitidas mas não inteiramente pagas

Todas as acções emitidas encontram-se inteiramente pagas.

c) Valor ao par por acção, ou que as acções não têm valor ao par

O valor nominal de cada acção é de 5 Euros.

d) Reconciliação da quantidade de acções em circulação no início e no fim do período

	2010
Número de acções em 1 de Janeiro	3.000.000
Aumento de capital efectuado em 2010	0
Número de acções em 31 de Dezembro	3.000.000

25.3. Identificação das quantias transaccionadas com os detentores de capital próprio, com divulgação separada das distribuições a esses detentores de capital próprio

O pagamento de dividendos relativos ao exercício de 2009 foi efectuado conforme evidenciado no quadro que se segue:

Accionistas	Dividendo Bruto
Crédito Agrícola, SGPS	429.617,50
Crédito Agrícola Seguros	75.000,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Costa Azul	74.250,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Esposende	20.250,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Guadiana Interior	11.900,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal	11.815,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo das Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche	11.550,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste	11.000,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Batalha	7.918,50
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Região de Bragança e Alto Douro	7.538,75
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Bairrada e Aguieira	6.000,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Cadaval	5.027,75
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Baixo Mondego	5.027,75
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Silves	5.027,75
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coruche	5.000,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alentejo Central	4.951,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra	4.223,25
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores	4.200,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vagos	3.750,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Sousel	3.175,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Cantanhede e Mira	2.500,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Sobral de Monte Agraço	2.250,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Ribatejo Norte	2.000,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Paredes	2.000,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Elvas	2.000,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Azambuja	2.000,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Minho ^{a)}	1.750,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vale do Sousa e Baixo Tâmega	1.750,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Porto de Mós	1.750,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Moravis	1.750,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Beja e Mértola	1.750,00
Caixa de Crédito Agrícola da Beira Douro	1.600,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Cartaxo	1.500,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Arruda dos Vinhos	1.500,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Anadia	1.500,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Albufeira	1.500,00

Accionistas	Dividendo Bruto
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Ferreira do Alentejo	1.400,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Borba	1.250,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Baixa (Sul)	1.250,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Terras do Sousa, Ave, Basto e Tâmega	1.200,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vila Verde e Terras do Bouro	1.000,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vale do Dão e Alto Vouga	750,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alenquer	750,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alcácer do Sal e Montemor-o-Novo	700,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Sotavento Algarvio	635,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra	625,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Loures, Sintra e Litoral	625,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Algarve	500,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pernes	500,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Costa Verde	500,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Baixo Vouga	428,50
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Médio Ave ^{b)}	350,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Arouca	350,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Terras de Viriato	250,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Serras de Ansião	250,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Albergaria e Sever	214,25
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Tramagal	100,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Estremoz, Monforte e Arronches	25,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Região do Fundão e Sabugal	25,00
Total	750.000,00

^{a)} Caixa Agrícola resultante da fusão da C.C.A.M. de Amares com a C.C.A.M. do Minho

^{b)} Caixa Agrícola resultante da fusão da C.C.A.M. de Vila Nova de Famalicão com a C.C.A.M. de Santo Tirso

26. Reservas

26.1. Descrição da natureza e da finalidade de cada reserva dentro do capital próprio.

Reserva legal

A reserva legal é utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade.

Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios, nesta rubrica. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

26.2. Descrição dos movimentos de cada reserva dentro do capital próprio de acordo com o modelo de Demonstração de variações no capital próprio.

Ver Demonstração de variações do capital próprio.

27. Resultados por acção

27.1. Indicação das quantias usadas como numeradores no cálculo dos resultados por acção básicos e diluídos e uma reconciliação dessas quantias com o lucro ou perda atribuível à entidade-mãe para o período em questão

Básicos

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (resultado líquido do exercício, após dedução dos dividendos preferenciais) pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pela Companhia.

	2010	2009
Lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (numerador)	5.496.345	5.413.818
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (denominador)	3.000.000	3.000.000
Resultado por acção básico	1,83	1,80

28. Dividendos por acção

28.1. Indicação da quantia de dividendos reconhecida como distribuições aos detentores de Capital Próprio durante o período e a quantia relacionada por acção.

No decorrer do exercício de 2010, a CA Vida pagou dividendos aos seus accionistas num montante que ascendeu a 750.000 Euros, dando cumprimento à proposta de aplicação de resultados do ano de 2009, aprovada em Assembleia Geral, conforme valores discriminados na nota 25.3.

28.2. Indicação da quantia de dividendos reconhecida proposta ou declarada antes de das demonstrações financeiras serem aprovadas mas não reconhecida como distribuição aos detentores de capital próprio durante o período, a quantia relacionada por acção, e a quantia de qualquer dividendo preferencial cumulativo não reconhecido.

Relativamente aos resultados do exercício de 2010, o Conselho de Administração Executivo propõe a distribuição de dividendos pelos Accionistas, no montante de 750.000 Euros correspondentes a 5% do Capital Social (ver Proposta de Aplicação de Resultados no relatório de gestão).

29. Transacções entre partes relacionadas

29.1. Indicação do nome da empresa-mãe e da empresa-mãe do topo da Companhia

A CA Vida é uma Companhia do Grupo Crédito Agrícola. É detida pela Crédito Agrícola, SGPS, com sede em Lisboa, Portugal, por Caixas de Crédito Agrícola Mútuo e pela Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A., com sede em Lisboa, Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2010, a totalidade do capital da Companhia encontra-se representado por 3.000.000 acções nominativas de valor nominal de 5 Euros assim distribuídas:

Accionistas	Número de acções
Crédito Agrícola, SGPS	1.718.470
Crédito Agrícola Seguros	300.000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Costa Azul	297.000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Esposende	81.000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Guadiana Interior	47.600
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal	47.260
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo das Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche	46.200
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste	44.000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Batalha	31.674
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Região de Bragança e Alto Douro	30.155
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Bairrada e Agueira	24.000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Cadaval	20.111
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Baixo Mondego	20.111
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Silves	20.111
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coruche	20.000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alentejo Central	19.804
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra	16.893
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores	16.800
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vagos	15.000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Sousel	12.700
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Cantanhede e Mira	10.000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Sobral de Monte Agraço	9.000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Ribatejo Norte	8.000

Accionistas (Continuação)	Número de ações
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Paredes	8.000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Elvas	8.000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Azambuja	8.000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Cávado e Basto ^{a)}	7.000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vale do Sousa e Baixo Tâmega	7.000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Porto de Mós	7.000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Moravis	7.000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Beja e Mértola	7.000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro ^{b)}	6.400
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Cartaxo	6.000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Arruda dos Vinhos	6.000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Anadia	6.000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Albufeira	6.000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Ferreira do Alentejo	5.600
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Borba	5.000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Baixa (Sul)	5.000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Terras do Sousa, Ave, Basto e Tâmega	4.800
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vila Verde e Terras do Bouro	4.000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vale do Dão e Alto Vouga	3.000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alenquer	3.000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alcácer do Sal e Montemor-o-Novo	2.800
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Sotavento Algarvio	2.540
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra	2.500
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Loures, Sintra e Litoral	2.500
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Algarve	2.000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pernes	2.000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Costa Verde	2.000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Baixo Vouga	1.714
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Médio Ave ^{c)}	1.400
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Arouca	1.400
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Terras de Viriato	1.000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Serras de Ansião	1.000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Albergaria e Sever	857
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Tramagal	400
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Estremoz, Monforte e Arronches	100
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Região do Fundão e Sabugal	100
Total	3.000.000

^{a)} Caixa Agrícola resultante da fusão da C.C.A.M. de Amares com a CCAM do Minho

^{b)} Caixa Agrícola resultante da fusão da C.C.A.M. de Lamego e Castro D'Aire com a C.C.A.M. de Tarouca

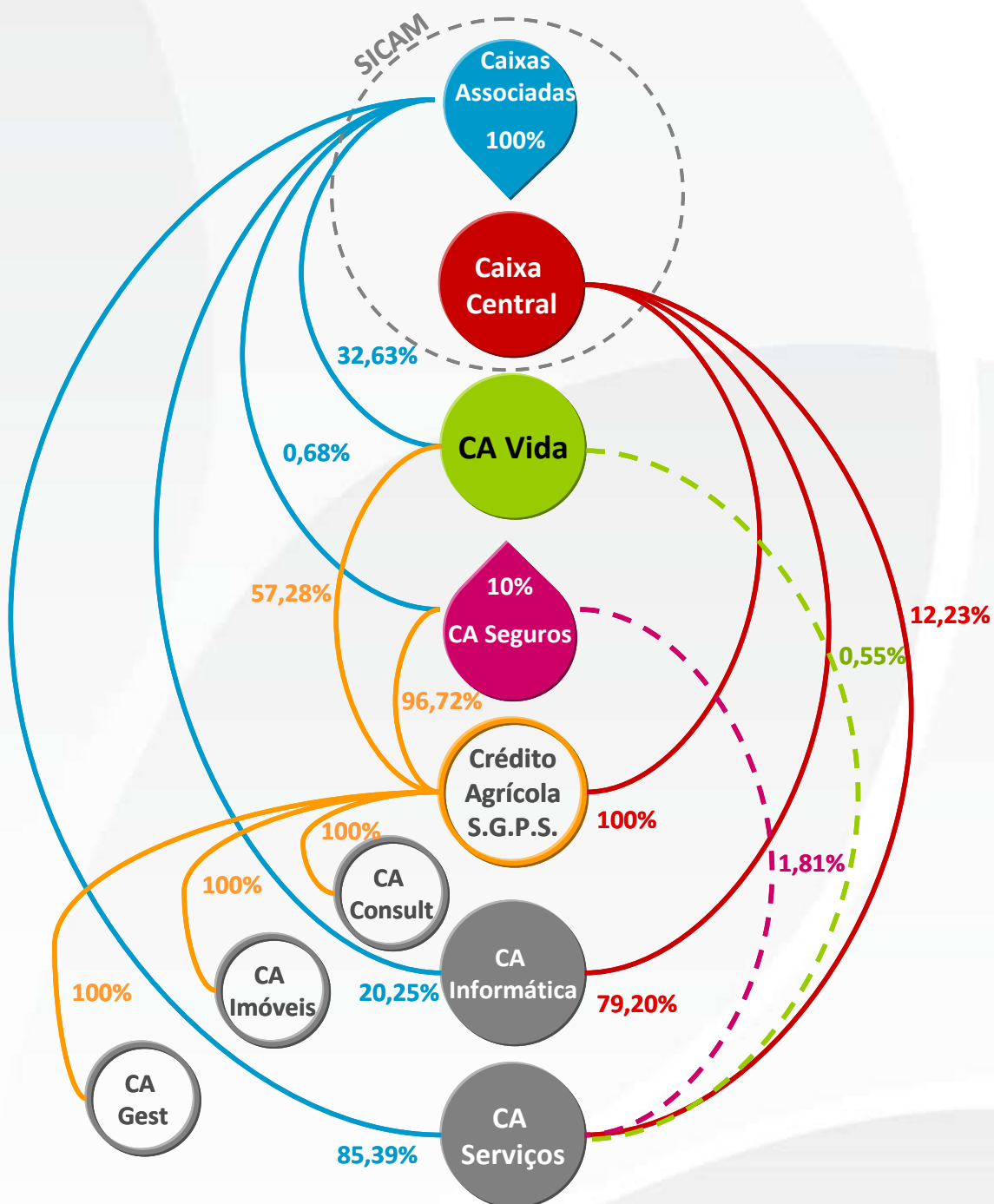
^{c)} Caixa Agrícola resultante da fusão da C.C.A.M. de Vila Nova de Famalicão com a CCAM Santo Tirso

29.2. Descrição dos relacionamentos entre empresa-mãe e filiais

A CA Vida comercializa Seguros de Vida e Fundos de Pensões exclusivamente através dos Balcões da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo e das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, seguindo uma estratégia de aproveitamento de sinergias de distribuição das actividades bancária e seguradora.

A Companhia adquire alguns serviços a empresas do Grupo, designadamente serviços bancários de cobranças e de gestão de carteiras de investimento. Comercializa também produtos do ramo vida com outras empresas do Grupo, sendo o peso desta transacção no volume de negócios da CA Vida muito reduzido.

A estrutura do Grupo CA é a seguinte:



29.1. Indicação da remuneração das pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direcção e controlo, de forma directa ou indirecta, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro), no total e para cada uma das categorias de benefícios de empregados de curto prazo, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de cessação de emprego e pagamento com base em acções.

Os montantes de remunerações atribuídas às pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direcção e controlo é, para os exercícios de 2010 e 2009 e de forma agregada, como se apresenta no quadro abaixo:

	2010	2009
Benefícios de empregado de curto prazo	647.074	423.665
Benefícios de reforma		
Benefícios de cessação de emprego		
Pagamentos baseados em acções		

No exercício de 2010 o montante anual da remuneração auferida pelos órgãos de administração e de fiscalização foi o seguinte:

Benefícios de curto prazo	2010
1. Remuneração	
Conselho Geral e de Supervisão	
José António de Carvalho Barreira	9.000
José Gonçalves Correia da Silva	5.100
João Batista Moreira Peres	2.450
Normando António Gil Xarepe	3.850
Alberto Gonçalo Resende Moreira Festa	2.100
João Fernandes Chendo	2.800
Renato Manuel Ferreira Feitor	0
Total	25.300
Conselho de Administração Executivo	
Joaquim da Silva Bernardo	196.478
António João Alberto Castanho	171.084
Nelson Fernando Ferreira Maurício	86.964
Total	454.526
2. Bónus	
Conselho de Administração Executivo	
Joaquim da Silva Bernardo	40.000
António João Alberto Castanho	35.000
Manuel Moreira Lima	5.000
Total	80.000

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas da CA Vida é a Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda. Os honorários referentes aos serviços prestados por esta sociedade no exercício de 2010 totalizam 34.343 Euros.

29.3. Indicação, no caso de ter havido transacções entre partes relacionadas, da natureza do relacionamento existente, assim como, relativamente às transacções e saldos pendentes, a informação necessária para a compreensão do respectivo efeito potencial nas demonstrações financeiras

No exercício de 2010, a CA Vida não realizou qualquer transacção comercial com a Crédito Agrícola, SGPS, que detém 57,28% do seu capital social, constituindo o maior accionista da Companhia.

Dos serviços prestados entre partes relacionadas, a Companhia reconheceu como gastos/perdas e proveitos/ganhos nas suas demonstrações financeiras os seguintes:

Entidade Relacionada	Custos, Gastos e Perdas/ (Proveitos e Ganhos)	Saldos pendentes devedores/(credores)
CA Gest	1.710.145	-550.160
CA Seguros	24.375	3.555
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	1.487.084	22.615.459
CA Informática	7.663	-663
CA Serviços	37.556	5.848
Caixas de Crédito Agrícola Mútuo	5.898.851	-3.439.689
Total	9.165.672	18.634.351

30. Demonstração de fluxos de caixa

Fluxos de caixa das actividades operacionais	2010	2009
Prémios de seguro directo	254.451.783	207.985.816
Prémios de resseguro cedido pagos líquidos de comissões e part. resultados resseguro	-4.594.673	-3.548.017
Custos com sinistros de seguro directo	-177.077.636	-100.828.286
Custos com sinistros de resseguro cedido	2.740.289	3.152.788
Comissões por intermediação de seguros	-3.639.821	-3.046.087
Outros impostos	-126.201	62.899
Pagamentos ao pessoal	-2.212.269	-2.149.204
Pagamentos a fornecedores	-4.982.024	-4.955.287
Juros pagos	-1.122	-2.530
Outros fluxos de caixa operacionais	257.550	246.452
Impostos pagos sobre os lucros	-548.553	1.219.529
Varição de investimentos	-65.173.454	-98.591.918
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais	-905.009	-453.846
<hr/>		
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Compra de activos tangíveis e intangíveis	-221.398	-886.721
Venda de activos tangíveis	14.581	44.087
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento	-206.817	-842.634
<hr/>		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Aumento de Capital	0	0
Pagamento de dividendos a accionistas	-750.000	0
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento	-750.000	0
<hr/>		
Efeito cambial em Caixa e Equivalentes de Caixa	0	0
Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa	-1.861.826	-1.296.480
<hr/>		
Caixa Equivalentes e Depósitos no início do período	2.743.714	4.040.194
Caixa Equivalentes e Depósitos no final do período	881.888	2.743.714
	-1.861.826	-1.296.480

34. Elementos extrapatrimoniais

34.3. Valor dos activos dos fundos de pensões geridos pela empresa de seguros explicitando os relativos aos fundos em que se garante um rendimento mínimo

Fundos de Pensões geridos pela Companhia	Valor dos activos do Fundo	Rendimento mínimo
Fundo de Pensões Aberto CA Reforma Mais	915.332	Não
Fundo de Pensões Aberto CA Reforma Tranquila	3.321.000	Não
Fundo de Pensões Aberto CA Reforma Segura	625.599	Não
Fundo de Pensões Crédito Agrícola	44.474.676	Não

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

31 de Dezembro de 2010

Anexo 1

U: Euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário*	Total
	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1 - Acções							
PTCPR0AM0003	Cimpor-Cimentos de Port. SGPS	44.240			5,67	250.990	5,07	224.297
	sub-total	44.240				250.990		224.297
	2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
PTSQBHM0002	CA Património Crescente	709.026			11,02	7.813.488	12,52	8.875.446
PTYCFIMM0005	Fundo Raiz Valor Acumulado (RVA)	227.250			10,00	2.272.500	10,29	2.337.334
PTYCF0HE0004	CA SAÚDE VALORIZAÇÃO	2.978			500,00	1.489.000	492,97	1.468.055
PTYCFFLM0009	RAIZ EUROPA (UP)	349.299			3,77	1.318.479	3,79	1.324.753
	sub-total	1.288.553				12.893.467		14.005.588
	sub-total	1.332.793				13.144.457		14.229.885
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.1 - De dívida pública							
PTOTE3OE0017	OT 3.35% 15/10/15		20.635.000	99,70%		20.572.854	91,26%	18.832.510
PTOTE0OE0017	OT 3.6% 15/10/14		13.600.000	101,27%		13.773.265	94,85%	12.899.916
PTOTE6OE0006	OT 4.20% 15/10/16		2.630.000	98,56%		2.592.024	92,41%	2.430.292
PTOTEKOE0003	OT 5.00% 15/06/12		7.000.000	107,93%		7.554.824	103,80%	7.266.051
PTOTEGOE0009	OT 5.45% 23/09/13		3.918.517	112,20%		4.396.651	103,30%	4.047.834
	sub-total		47.783.517			48.889.618		45.476.602
	2.1.2.1 - De outros emissores							
PTBCKOM0019	BCPPL 2.375% 18/01/12		500.000	99,11%		495.545	94,47%	472.368
PTBCP9OM0051	BCPPL 3.625% 19/01/12		100.000	103,38%		103.384	101,54%	101.537
PTBCU31E0002	BCPPL 4.75% 29/10/14		1.500.000	97,95%		1.469.250	93,50%	1.402.459
PTBCLQOM0010	BCPPL 5.625% 23/04/14		750.000	97,73%		732.990	89,56%	671.728
PTBEMPOE0018	BESPL 3.75% 19/01/12		1.500.000	99,80%		1.496.955	101,79%	1.526.863
PTBERU1E0015	BESPL 4.375% 25/01/11		500.000	100,36%		501.815	104,14%	520.686
PTBB24OE0000	BPIPL 3% 17/07/12		1.000.000	99,70%		996.950	97,81%	978.090
PTCGGFOM0015	CXGD 3.625% 21/07/2014		1.000.000	99,80%		998.020	93,27%	932.693
PTCG1HOM0003	CXGD 3.875% 12/12/11		2.250.000	100,17%		2.253.753	98,52%	2.216.667
PTCMKROE0009	MONTPI 3.25% 27/07/12		4.000.000	98,73%		3.949.040	97,49%	3.899.650
PTPETQOM0006	PARPUB 3.50% 08/07/13		1.700.000	98,48%		1.674.188	95,96%	1.631.239
PTCPRP0E0027	SANTAN 2.625% 15/04/13		750.000	99,72%		747.930	96,74%	725.535
	sub-total		15.550.000			15.419.820		15.079.515
	sub-total		63.333.517			64.309.438		60.556.117
	total	1.332.793	63.333.517			77.453.895		74.786.003
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1 - Acções							
FR0000120628	AXA SA	45.390			12,86	583.904	12,45	565.106
NL0000303709	Aegon NV	85.330			4,51	384.639	4,58	390.470
BE0003801181	Ageas	151.230			2,67	404.077	1,71	258.603
NL0006033250	Ahold (Koninklijke) NV	31.700			8,36	265.040	9,88	313.069
NL0000009132	Akzo Nobel NV.	9.510			47,76	454.161	46,49	442.072
FR0000130007	Alcatel SA	124.420			1,68	208.559	2,18	271.236
DE0008404005	Allianz AG Holding	13.790			111,78	1.541.509	88,93	1.226.345
BE0003793107	Anheuser-Bush InBev NV	7.430			55,39	411.515	42,80	318.004
LU0323134006	Arcelor Mittal	32.480			25,28	821.025	28,38	921.782
ES0113211835	Banco Bilbao & Vizcaya Argentaria SA.	49.380			12,38	611.078	7,56	373.313
ES0113900J37	Banco Santander Central Hispano SA	110.730			10,34	1.144.558	7,93	877.867
DE000BASF111	Basf AG NPV	12.640			60,74	767.794	59,70	754.608
DE000BAY0017	Bayer, AG	20.640			56,28	1.161.686	55,30	1.141.392
FR0000120503	Bouygues, SA	13.450			31,65	425.715	32,26	433.830
FR0000120222	CNP Assurances	29.750			15,86	471.747	13,51	401.774
FR0000120172	Carrefour, SA	5.830			28,99	168.983	30,85	179.856
FR0000125007	Compagnie de ST.Gobain	19.200			29,38	564.114	38,50	739.200
DE0007100000	DaimlerChrysler AG - Reg.	17.910			45,91	822.318	50,73	908.574
FR0000120644	Danone SA	17.570			45,20	794.201	47,02	826.141
DE0005552004	Deutsche Post AG.	29.820			16,26	484.850	12,70	378.714
DE000ENAG999	E. ON AG	41.630			32,14	1.338.090	22,94	954.784
IT0003132476	ENI Spa.	73.050			25,11	1.834.139	16,34	1.193.637
FR0010242511	Electricite de France	14.310			64,43	922.052	30,70	439.245
IT0003128367	Enel Spa.	157.170			5,92	930.160	3,74	587.816
ES0118900010	Ferrovial	55.490			7,87	436.959	7,44	412.568
FR0000133308	France Telecom,SA.	71.830			21,25	1.526.642	15,60	1.120.189
ES0143416115	Gamesa SA	32.490			16,44	534.280	5,71	185.583
FR0010208488	Gdf Suez	35.970			31,57	1.135.403	26,85	965.795
NL0000303600	ING Groep N.V.-CVA	101.430			16,26	1.649.732	7,28	738.410
ES0147645016	Iberdrola Renovables	168.200			4,22	709.274	2,66	446.739
ES0144580V14	Iberdrola SA.	113.210			7,51	850.765	5,77	652.995
IT0000072618	Intesa Sanpaolo	337.650			3,60	1.216.394	2,03	685.430
NL0000009082	KPN NV	71.840			9,22	662.558	10,92	784.493
NL0000009827	Koninklijke DSM NV	5.040			39,12	197.147	42,61	214.729

U: Euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário*	Total
FR0000121261	Michelin	7.120			58,38	415.692	53,70	382.344
F10009000681	Nokia Oyj ser.A	108.920			17,84	1.943.362	7,74	843.041
FR0000120693	Pernod-Ricard SA	4.690			62,83	294.689	70,36	329.988
NL0000009538	Philips Electronics NV	33.230			22,26	739.643	22,92	761.632
FR0000131906	Renault SA	11.220			53,85	604.226	43,50	488.070
GB00B03MLX29	Royal Dutch Shell PLC	53.480			24,51	1.310.946	24,73	1.322.560
DE0007164600	SAP AG.	26.660			35,62	949.572	38,10	1.015.746
FR0000120578	Sanofi-Aventis	28.020			56,85	1.592.987	47,85	1.340.757
FR0000121972	Schneider Electric SA.	7.340			53,47	392.438	112,00	822.080
DE0007236101	Siemens AG- Reg.	15.790			71,32	1.126.181	92,70	1.463.733
FR0000130809	Societe Generale SA	10.490			46,99	492.874	40,22	421.908
DE0005108401	Solarworld AG	25.910			13,44	348.150	7,47	193.418
NL0000226223	St.Microelectronics NV	40.500			5,53	223.933	7,74	313.430
IT0003497168	Telecom Italia Spa.	499.610			1,98	990.397	0,97	483.123
ES0178430E18	Telefonica (Espana) SA	73.280			16,35	1.198.345	16,97	1.243.195
AT0000720008	Telekom Austria AG.	17.840			11,13	198.535	10,52	187.677
FR0000120271	Total SA	33.310			46,16	1.537.465	39,65	1.320.742
IT0000064854	UniCredito Italiano Spa.	474.510			2,63	1.249.361	1,55	734.541
NL0000009355	Unilever NV - CVA.	49.170			19,12	940.052	23,30	1.145.661
FR0000120354	Vallourec	6.020			42,11	253.482	78,60	473.172
FR0000124141	Veolia Environnement SA.	26.630			30,40	809.468	21,87	582.398
FR0000125486	Vinci SA.	16.480			39,33	648.131	40,68	670.406
FR0000127771	Vivendi Universal SA	58.950			25,18	1.484.561	20,20	1.190.790
	sub-total	3.736.680				46.179.559		38.834.781
	2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
FR0010129072	EASYETF EURO STOXX 50-B	7.740			32,15	248.840	33,93	262.580
FR0007054358	Lyxor ETF Euro Stoxx 50	105.000			28,48	2.990.197	27,98	2.937.900
LU0256839274	Allianz RCM Europe Equity Growth-A	14.677			123,46	1.812.000	130,14	1.910.073
LU0298696856	DWS Alpha Opportunity-FC	11.096			105,89	1.175.000	105,11	1.166.338
LU0145635479	DWS Invest Euro Equities-FC	13.570			129,67	1.759.619	134,45	1.824.534
LU0088814487	Fidelity Funds - Euro Blue Chip	56.541			13,98	790.430	14,86	840.200
LU0318940003	Fidelity Funds-European Dynamic Growth Fund-Y ACC	107.689			9,29	1.000.000	9,23	993.431
LU0247079386	Pictet - Absolu Return Global Diversified - I	10.571			111,16	1.175.000	117,23	1.239.204
LU0130731390	Pictet - Europe Index-PC	7.438			103,58	770.365	113,01	840.515
	sub-total	334.322				11.721.451		12.014.774
		4.071.002				57.901.011		50.849.555
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
BE0000317264	BGB 2% 28/03/12		780.000	99,78%		778.261	102,00%	795.614
BE0000319286	BGB 2.75% 28/03/16		5.500.000	99,87%		5.492.890	99,49%	5.472.141
BE0000307166	BGB 3.25% 28/09/16		8.000.000	95,44%		7.635.140	99,95%	7.996.151
BE0000313222	BGB 3.50% 28/03/11		200.000	102,10%		204.202	103,32%	206.645
BE0000318270	BGB 3.75% 28/09/20		2.500.000	99,03%		2.475.800	99,24%	2.481.051
BE0000309188	BGB 4% 28/03/17		15.070.000	103,08%		15.533.525	105,72%	15.931.481
BE0000310194	BGB 4% 28/03/13		2.250.000	101,29%		2.279.025	106,96%	2.406.567
BE0000296054	BGB 5% 28/09/11		4.700.000	107,00%		5.028.953	104,01%	4.888.534
DE0001137297	BKO 1.00% 16/03/12		15.365.000	100,42%		15.429.192	101,33%	15.568.701
FR0116843519	BTNS 1.50% 12/09/11		1.250.000	100,43%		1.255.361	101,07%	1.263.315
FR0118462128	BTNS 2% 12/07/15		7.500.000	100,00%		7.500.268	100,38%	7.528.646
FR0116114978	BTNS 2.50% 12/01/14		9.500.000	101,95%		9.685.417	102,55%	10.027.028
FR0117836652	BTNS 2.50% 15/01/15		2.500.000	100,00%		2.499.925	104,65%	2.616.353
FR0116843535	BTNS 3% 12/07/14		6.500.000	100,46%		6.529.630	105,94%	6.886.225
FR0108847049	BTNS 3.50% 12/07/11		2.137.000	103,19%		2.205.063	103,17%	2.204.698
FR0114683842	BTNS 4.50% 12/07/13		1.000.000	108,79%		1.087.910	110,23%	1.102.289
IT0004612179	BTPS 2% 01/06/13		5.000.000	98,89%		4.944.500	97,76%	4.887.934
IT0004615917	BTPS 3% 15/06/15		6.250.000	101,54%		6.346.403	97,21%	6.075.671
IT0004112816	BTPS 3.75% 15/09/11		13.900.000	103,74%		14.419.582	102,26%	14.214.639
XS0477543721	CANADA 3.50% 13/01/20		750.000	99,41%		745.590	107,51%	806.294
DE0001135416	DBR 2.25% 04/09/20		16.340.000	99,22%		16.213.218	95,42%	15.591.306
DE0001135408	DBR 3% 04/07/20		16.000.000	101,66%		16.266.085	102,54%	16.406.067
DE0001135283	DBR 3.25% 04/07/15		4.700.000	99,73%		4.687.502	107,97%	5.074.526
DE0001135390	DBR 3.25% 04/01/20		9.750.000	102,66%		10.009.643	106,47%	10.380.757
DE0001135382	DBR 3.50% 04/07/19		500.000	101,13%		505.665	106,82%	534.108
DE0001135317	DBR 3.75% 04/01/17		100.000	104,16%		104.160	112,03%	112.027
DE0001135259	DBR 4.25% 04/07/14		2.000.000	105,90%		2.118.060	111,75%	2.235.031
DE0001135333	DBR 4.25% 04/07/17		600.000	100,04%		600.210	113,24%	679.425
DE0001135168	DBR 5.25% 04/01/11		500.000	103,37%		516.850	105,24%	526.189
FI4000006176	FINL 4% 04/07/25		1.500.000	99,82%		1.497.315	107,96%	1.619.378
FR0010288357	FRTR 3.25% 25/04/16		2.500.000	103,06%		2.576.600	106,57%	2.664.298
FR0010854182	FRTR 3.5% 25/04/20		5.750.000	102,87%		5.915.100	104,02%	5.981.429
FR0010415331	FRTR 3.75% 25/04/17		10.500.000	105,96%		11.125.775	108,84%	11.428.176
FR0010776161	FRTR 3.75% 25/10/19		10.310.000	100,50%		10.361.088	104,68%	10.792.676
FR0010112052	FRTR 4% 25/10/14		8.400.000	105,79%		8.886.360	108,81%	9.140.310
GR0114019442	GGB 3.9% 20/08/11		2.850.000	99,74%		2.842.475	97,84%	2.788.348
IE00B3KWYS29	IRISH 4% 15/01/14		8.000.000	102,48%		8.198.545	94,99%	7.598.846
IE0034074488	IRISH 4.50% 18/04/20		9.600.000	101,88%		9.780.703	76,05%	7.301.263
IE00B6026194	IRISH 5% 18/10/20		3.000.000	94,92%		2.847.580	75,39%	2.261.802
XS0506445963	LGB 3.375% 18/05/20		2.500.000	99,88%		2.496.875	102,62%	2.565.606

U: Euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário*	Total
NL0009213651	NETHER 2.75% 15/01/15		13.000.000	99,72%		12.963.895	106,58%	13.855.598
NL0000102242	NETHER 3.25% 15/07/15		7.070.000	102,02%		7.212.956	107,25%	7.582.766
NL0009348242	NETHER 3.50% 15/07/20		4.250.000	99,73%		4.238.650	104,46%	4.439.641
NL0006227316	NETHER 4% 15/07/18		1.000.000	104,52%		1.045.235	109,84%	1.098.420
NL0009086115	NETHER 4% 15/07/19		9.500.000	106,95%		10.160.536	109,24%	10.377.326
NL0000102606	NETHER 5% 15/07/11		3.250.000	106,53%		3.462.225	104,64%	3.400.923
DE0001141547	OBL 2.25% 11/04/14		3.750.000	99,77%		3.741.228	104,84%	3.931.409
DE0001141554	OBL 2.5% 10/10/14		2.000.000	101,37%		2.027.400	104,37%	2.087.330
AT0000A0GLY4	RAGB 3.20% 20/02/17		4.000.000	101,17%		4.046.615	105,72%	4.228.730
AT0000386198	RAGB 3.5% 15/07/15		7.970.000	104,71%		8.345.092	107,13%	8.537.953
AT0000385992	RAGB 3.8% 20/10/13		5.700.000	106,28%		6.057.830	107,43%	6.123.453
AT0000386115	RAGB 3.9% 15/07/20		11.300.000	104,82%		11.845.201	106,02%	11.980.423
AT0000A011T9	RAGB 4% 15/09/16		7.265.000	106,77%		7.756.918	108,64%	7.893.027
AT0000386073	RAGB 4.3% 15/07/14		5.000.000	108,05%		5.402.500	110,61%	5.530.487
AT0000A06P24	RAGB 4.3% 15/09/17		3.000.000	113,07%		3.392.000	109,89%	3.296.830
FI4000018049	RFBG 1.75% 15/04/16		3.500.000	99,76%		3.491.495	98,43%	3.445.191
FI0001006462	RFBG 3.125% 15/09/14		500.000	100,30%		501.490	106,73%	533.653
FI0001006066	RFBG 3.875% 15/09/17		11.870.000	107,23%		12.728.028	109,11%	12.950.951
ES0000012118	SPGB 2.75% 30/04/12		1.000.000	102,47%		1.024.663	101,25%	1.012.514
ES00000122F2	SPGB 3% 30/04/15		3.500.000	100,77%		3.526.950	96,57%	3.379.982
ES00000120G4	SPGB 3.15% 31/01/16		10.250.000	95,99%		9.838.975	96,43%	9.884.188
ES00000121P3	SPGB 3.3% 31/10/14		6.100.000	102,44%		6.248.700	97,69%	5.959.307
ES0000012866	SPGB 4.2% 30/07/13		1.000.000	106,19%		1.061.890	102,86%	1.028.606
ES00000121O6	SPGB 4.3% 31/10/19		500.000	103,89%		519.433	93,61%	468.042
ES0000012916	SPGB 4.4% 31/01/15		1.850.000	105,55%		1.952.596	104,58%	1.934.718
ES00000122T3	SPGB 4.85% 31/10/20		2.500.000	99,83%		2.495.825	96,36%	2.408.971
ES00000122G0	SPGB Float 17/03/15		1.500.000	99,75%		1.496.310	91,94%	1.379.076
	sub-total		358.177.000			366.211.078		367.791.057
	2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
DE000A0EY7Z3	BERGER 3.125% 14/09/15		5.000.000	101,24%		5.061.997	103,93%	5.196.471
EU000A1AKD47	EEC 3.125% 27/01/15		2.500.000	99,33%		2.483.300	106,17%	2.654.143
EU000A0T74M4	EEC 3.25% 07/11/14		1.000.000	103,93%		1.039.300	104,41%	1.044.058
X50541909213	EIB 2.5% 16/09/19		750.000	99,39%		745.410	94,87%	711.517
X50518184667	EIB 2.625% 15/03/18		1.000.000	99,28%		992.820	98,73%	987.302
X50412826579	EIB 4.25% 15/04/19		1.000.000	104,72%		1.047.220	110,57%	1.105.740
DE0002760956	KFW 3.50% 04/07/15		2.500.000	103,42%		2.585.574	107,04%	2.675.911
DE0002760931	KFW 4.25% 04/07/14		900.000	99,69%		897.182	110,14%	991.258
X50491432737	SBAB Float 03/03/12		750.000	99,80%		748.500	100,20%	751.507
X50445869836	SBAB Float 14/02/11		100.000	99,93%		99.925	100,27%	100.269
	sub-total		15.500.000			15.701.227		16.218.175
	2.2.2.3 - De outros emissores							
X50470632646	AALLN 4.375% 02/12/16		100.000	99,42%		99.416	104,48%	104.482
X50358158052	AALLN 5.875% 17/04/15		1.000.000	102,38%		1.023.815	115,38%	1.153.836
X50496065672	ABBEY 2.50% 18/03/13		750.000	99,75%		748.118	102,15%	766.144
X50520785394	ABBEY 3.125% 30/06/14		500.000	99,65%		498.225	101,44%	507.182
X50493818834	ACAFP Float 12/03/13		250.000	100,00%		250.000	99,88%	249.708
ES0211845203	ACESM 4.375% 30/03/20		2.400.000	102,50%		2.459.889	87,17%	2.092.193
X50463509959	AEMSPA 4.50% 02/11/16		1.400.000	102,62%		1.436.720	101,65%	1.423.107
X50282614204	AGIM 4.25% 23/01/12		2.000.000	100,05%		2.001.068	106,17%	2.123.345
X50140280644	AHOLD 5.875% 14/03/12		250.000	104,51%		261.269	109,36%	273.390
X50496222877	AIB 4% 19/03/15		1.000.000	99,80%		998.000	82,20%	821.968
X50261706138	AIG Float 19/07/13		1.700.000	87,53%		1.487.961	88,27%	1.500.634
FR0010948232	ALOFF 2.875% 05/10/15		800.000	99,77%		798.128	98,72%	789.762
FR0010801761	ALOFF 4% 23/09/14		500.000	100,89%		504.440	104,88%	524.400
DE000A0TR7K7	ALVGR 5% 06/03/13		1.100.000	106,28%		1.169.047	110,59%	1.216.524
X50466878419	ANZ 2.625% 16/11/12		100.000	99,65%		99.648	101,95%	101.946
X50493543986	ANZ 3.75% 10/03/17		1.000.000	99,67%		996.670	104,35%	1.043.539
X50542522692	ATLIM 3.375% 18/09/17		1.500.000	99,44%		1.491.540	95,72%	1.435.800
ES0312298237	AYT Cedulas Cajas Global 4.25% 29/07/14		1.100.000	100,63%		1.106.960	97,48%	1.072.286
X50425811865	Aegon 7% 29/04/12		500.000	100,08%		500.380	110,68%	553.402
X50321640301	Astrazeneca 5.125% 15/01/15		1.350.000	102,46%		1.383.152	115,29%	1.556.419
X50530879658	BAC 4.625% 07/08/17		1.000.000	101,23%		1.012.320	97,66%	976.633
X50186317417	BAC 4.625% 18/02/14		600.000	98,49%		590.940	105,38%	632.256
AT000B048533	BACA Float 11/03/13		250.000	99,85%		249.625	99,89%	249.721
ES0313377030	BACOP 3.125% 22/01/15		250.000	99,97%		249.920	96,47%	241.163
X50495946310	BACR 3.50% 18/03/15		1.000.000	99,84%		998.420	103,52%	1.035.151
X50395325144	BACR 4.25% 27/10/11		1.850.000	99,97%		1.849.390	103,28%	1.910.730
X50430452457	BACR 5.25% 27/05/14		750.000	99,80%		748.485	110,03%	825.199
X50459903620	BACR Float 28/01/13		850.000	99,94%		849.456	100,59%	855.051
ES0313679435	BANKINTER Float 01/06/11		400.000	98,66%		394.623	99,84%	399.354
ES0313860258	BANSAB Float 20/02/12		300.000	99,78%		299.328	98,08%	294.238
DE000A0EUB86	BASF 3.375% 30/05/12		2.300.000	100,22%		2.305.099	104,92%	2.413.191
DE000A0JQF26	BASGR 4% 21/04/2011		1.000.000	100,66%		1.006.600	103,69%	1.036.898
DE000A0T4DU7	BASGR 6% 04/12/13		500.000	110,90%		554.510	111,45%	557.256
X50420117383	BAYNGR 4.625% 26/09/14		750.000	107,54%		806.543	109,02%	817.658
X50427109896	BBVA SENIOR FIN 3.625% 14/05/12		2.000.000	99,92%		1.998.440	102,26%	2.045.276
X50503253345	BBVASM 3.25% 23/04/15		250.000	99,75%		249.365	96,30%	240.740
X50408528833	BBVASM 4.875% 23/01/14		1.000.000	107,09%		1.070.910	105,99%	1.059.886
X50244150743	BBVASM Float 24/02/11		100.000	99,99%		99.990	100,01%	100.011

U: Euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário*	Total
PTBCSSOEO011	BCPPL 3.75% 08/10/16		1.000.000	99,50%		994.990	81,70%	817.038
PTBCLSOEO018	BCPPL 3.75% 17/06/11		4.500.000	99,30%		4.468.545	99,62%	4.482.979
XS0127011798	BCPPL 6.25% 29/03/11		3.000.000	99,11%		2.973.278	101,28%	3.038.438
XS0284019659	BCPPL Float 06/02/12		1.000.000	88,50%		885.000	87,21%	872.063
PTBLMGOM0002	BESPL 5.625% 05/06/14		4.850.000	99,80%		4.840.290	90,92%	4.409.809
XS0250886388	BFCM Float 20/04/13		1.900.000	99,67%		1.893.664	99,12%	1.883.203
XS0439816090	BG Energy Cap 3.375% 15/07/13		200.000	99,65%		199.308	104,97%	209.935
XS0526811384	BGGP 3.625% 16/07/19		1.000.000	99,51%		995.100	99,92%	999.193
XS0288320798	BHP 4.375% 26/02/14		500.000	103,90%		519.500	110,25%	551.236
ES0214100010	BILBIZ Float 01/03/16		1.000.000	98,74%		987.449	91,86%	918.643
XS0482810958	BKIR 4% 28/01/15		1.250.000	99,70%		1.246.225	83,85%	1.048.134
ES0413679095	BKTSM 3.75% 23/09/13		750.000	99,92%		749.415	98,79%	740.898
ES0313679484	BKTSM Float 15/01/13		150.000	100,00%		150.000	95,37%	143.061
XS0478929457	BMW 2.875% 18/04/13		500.000	99,88%		499.420	104,84%	524.177
XS0408730157	BMW 6.375% 23/07/12		600.000	99,80%		598.776	109,78%	658.677
XS0400017199	BMW 8.875% 19/09/13		1.000.000	100,75%		1.007.500	119,90%	1.198.990
PTBAFPOEO0003	BNFPL 3.25% 08/05/12		490.000	100,77%		494.766	99,48%	487.437
XS053771144	BNG 2.625% 01/09/20		1.500.000	99,02%		1.485.345	93,08%	1.396.125
XS0525490198	BNP 2.875% 13/07/15		500.000	99,57%		497.825	101,73%	508.669
XS0419259659	BNP 3.25% 27/03/12		2.150.000	99,18%		2.132.396	104,62%	2.249.243
XS0562852375	BNP 3.75% 25/11/20		1.000.000	99,51%		995.090	97,69%	976.906
FR0010957662	BOUY 3.641% 29/10/19		250.000	100,00%		250.000	97,48%	243.693
FR0010956748	BPCEGP Float 29/10/13		250.000	99,85%		249.630	100,06%	250.157
XS0443820088	BPIM 3.75% 07/08/12		1.000.000	99,63%		996.250	102,29%	1.022.898
XS0481254257	BPIM Float 27/01/12		250.000	99,90%		249.753	99,56%	248.911
XS0329663065	BPLN 4.50% 08/11/12		800.000	99,89%		799.120	105,31%	842.460
PTBSSAOM0005	BRCORO 4.797% 26/09/13		3.000.000	100,97%		3.029.180	106,60%	3.197.965
XS0332154524	BRITEL 5.25% 22/01/13		1.000.000	97,17%		971.700	110,76%	1.107.578
XS0127276235	BSCH Float 28/03/11		2.900.000	98,71%		2.862.585	99,22%	2.877.339
ES0313790000	Banco Popular Español 3% 23/02/12		1.000.000	99,66%		996.610	101,68%	1.016.811
ES0413790108	Banco Popular Español 3.50% 13/09/13		750.000	99,89%		749.160	98,40%	737.997
ES0313679450	Bankinter 3% 24/02/12		2.350.000	99,83%		2.346.005	101,80%	2.392.404
XS0123684887	British Tel Plc Var 15/02/11		1.000.000	106,04%		1.060.360	107,21%	1.072.055
XS0516548384	CADEPO 3.5% 23/06/20		500.000	99,44%		497.180	99,26%	496.306
ES0314970163	CAIXAB 3.75% 5/11/13		1.000.000	99,91%		999.050	98,21%	982.119
ES0314840184	CAIXAC 3% 29/10/14		1.000.000	99,47%		994.660	94,04%	940.416
ES0314950454	CAJAMM 3.125% 20/02/12		2.350.000	99,94%		2.348.602	102,02%	2.397.402
ES0414950776	CAJAMM 3.625% 05/10/16		2.000.000	99,18%		1.983.658	89,10%	1.782.051
ES0314950538	CAJAMM 3.625% 29/06/11		500.000	99,81%		499.055	101,79%	508.947
ES0214950158	CAJAMM Float 09/02/12		1.000.000	99,60%		995.993	96,17%	961.670
XS0361728867	CAT 5.25% 09/05/11		900.000	102,00%		918.000	104,83%	943.490
ES0314977358	CAVAL 3% 27/10/14		1.100.000	99,68%		1.096.480	94,38%	1.038.173
XS0465601754	CBA 4.25% 10/11/06		500.000	99,79%		498.960	105,46%	527.306
XS0494840977	CCCI Float 18/03/13		500.000	99,85%		499.260	98,69%	493.432
ES0315944001	CEAMI 3.125% 22/06/12		2.000.000	99,94%		1.998.740	100,53%	2.010.516
FR0010941690	CEIFP 3.5% 22/03/21		750.000	99,54%		746.550	93,74%	703.042
FR0010821298	CFF 2% 17/02/12		750.000	99,93%		749.490	102,47%	768.520
XS0277974076	CITI Float 12/01/12		1.950.000	99,95%		1.949.084	99,21%	1.934.683
XS0302132898	CLYDES Float 30/05/12		2.000.000	99,77%		1.995.330	98,66%	1.973.201
XS0544720641	CS 2.875% 24/09/15		1.250.000	99,70%		1.246.275	99,41%	1.242.664
PTCG16OM0004	CXGD 4.375% 13/05/13		2.000.000	99,62%		1.992.300	95,67%	1.913.432
PTCG16OM0007	CXGD 5.125% 19/02/14		1.050.000	100,96%		1.060.080	96,97%	1.018.231
XS0453677204	Caisse Cent Immo 2.625% 23/09/11		1.000.000	99,99%		999.870	101,23%	1.012.280
XS0401494900	Carrefour SA 6.625% 02/12/13		1.000.000	105,09%		1.050.900	112,79%	1.127.857
XS0402535131	Centrica 7.125% 09/12/13		900.000	112,01%		1.008.128	114,43%	1.029.859
XS0354858564	Citigroup Inc 6.4% 27/03/13		1.000.000	98,90%		989.000	111,68%	1.116.814
XS0472310860	Credit Suisse Float 07/01/13		500.000	99,91%		499.540	100,55%	502.728
XS0381268068	Credit Suisse London 6.125% 05/08/13		800.000	102,01%		816.080	111,52%	892.193
DE000A1C9VP6	DAIGR 3% 19/07/13		1.000.000	99,59%		995.900	103,87%	1.038.677
DE000A1A55G9	DAIGR 4.625% 02/09/14		500.000	107,13%		535.630	108,50%	542.484
DE000A0T55E6	DAIGR 7.875% 16/01/14		250.000	99,63%		249.080	122,91%	307.278
XS0307699453	DANBNK Float 29/06/12		1.400.000	99,75%		1.396.550	99,53%	1.393.467
XS0457145430	DBB 3.625% 16/10/17		100.000	99,47%		99.468	103,99%	103.990
XS0171904583	DBB 4.25% 08/07/15		1.100.000	104,94%		1.154.367	110,49%	1.215.359
XS0353963225	DBOERS 5% 22/04/13		500.000	99,62%		498.120	109,80%	549.003
XS0480266484	DEXGRP 2.625% 21/01/14		1.900.000	99,78%		1.895.725	103,66%	1.969.480
XS0417874814	DEXGRP 2.625% 23/03/11		1.650.000	99,80%		1.646.733	102,41%	1.689.702
XS0463000504	DEXGRP Float 06/02/12		250.000	99,89%		249.720	100,21%	250.518
FR0010888420	DEXMA 2.75% 20/07/15		1.500.000	99,43%		1.491.465	100,07%	1.501.100
XS0356009810	DIAG 5.5% 01/07/13		2.100.000	102,83%		2.159.470	111,02%	2.331.452
XS0559434351	DLNA 4.25% 17/11/17		500.000	99,65%		498.250	98,74%	493.699
XS0537686288	DNBNOR 2.375% 31/08/17		1.000.000	99,52%		995.170	95,56%	955.643
XS0522030310	DNBNOR 3.875% 29/06/20		1.000.000	99,07%		990.670	100,96%	1.009.560
DE0008016502	DPW 4.875% 30/01/14		1.300.000	107,67%		1.399.717	111,60%	1.450.813
XS0417825444	DSM 5.75% 17/03/14		500.000	99,77%		498.860	114,74%	573.691
XS0272605519	DT 4.50% 25/10/13		1.100.000	103,51%		1.138.663	106,88%	1.175.673
DE000A0TT2M2	DT 5.75% 14/04/15		800.000	99,61%		796.896	115,34%	922.682
XS0322976415	E.ON 5.125% 02/10/12		200.000	99,87%		199.742	107,28%	214.569
XS0361244402	E.ON 5.125% 07/05/13		2.750.000	102,85%		2.828.271	110,60%	3.041.594

U: Euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário*	Total
X50445463887	EADS Finance BV 4.625% 12/08/16		500.000	101,29%		506.470	108,17%	540.850
X50189769788	EDF 3.75% 08/04/11		1.900.000	102,62%		1.949.831	103,48%	1.966.082
X50179486526	EDF 4.625% 06/11/13		200.000	105,29%		210.580	108,02%	216.044
X50409744744	EDF 5.125% 23/01/15		1.000.000	107,85%		1.078.500	114,63%	1.146.339
X50400736475	EDF 5.625% 23/01/13		500.000	99,64%		498.190	113,01%	565.072
X50495756537	EDNIM 3.25% 17/03/15		1.000.000	99,84%		998.350	100,43%	1.004.272
X50495010133	ELEPOR 3.25% 16/03/15		1.850.000	99,42%		1.839.196	95,07%	1.758.802
X5025696538	ELEPOR 4.25% 12/06/12		1.000.000	103,30%		1.032.990	104,46%	1.044.638
X50438843871	ENBW 4.125% 07/07/15		750.000	106,92%		801.900	107,63%	807.252
X50452187759	ENEL 4% 14/09/16		750.000	103,59%		776.933	102,47%	768.550
ES0330960008	ENGSM 3.25% 06/07/12		500.000	99,96%		499.815	103,37%	516.834
X50167456267	ENI 4.625% 30/04/13		400.000	106,77%		427.080	108,96%	435.850
X50563739696	ENIIM 3.5% 29/01/18		500.000	99,58%		497.885	98,51%	492.561
X50521000975	ENIIM 4% 29/06/20		500.000	99,83%		499.150	100,73%	503.664
X50400780887	ENIIM 5.875% 20/01/14		2.000.000	102,56%		2.051.110	115,43%	2.308.533
X50410299357	EOANGR 4.875% 28/01/14		500.000	106,69%		533.470	112,40%	561.983
X50493198948	ERSTBK 2.75% 09/03/15		1.000.000	99,38%		993.840	102,84%	1.028.413
X50496654079	EURHYP 2.25% 25/03/13		1.000.000	99,97%		999.680	102,18%	1.021.810
X50483673132	FBNETH 4% 03/02/15		500.000	99,80%		499.000	105,64%	528.183
X50483673488	FBNETH Float 03/02/12		250.000	100,00%		250.000	100,62%	251.555
X50196047723	FORTIS 4.625% 09/07/14		300.000	99,66%		298.980	107,14%	321.415
FR0010394437	FRPTT 4.25% 08/11/21		450.000	98,46%		443.086	102,79%	462.535
X50563306314	FRTEL 3.875% 14/01/21		1.500.000	99,84%		1.497.525	98,38%	1.475.756
X50409370219	FRTEL 5% 22/01/14		1.000.000	108,58%		1.085.750	112,54%	1.125.395
X50418730601	FRTUM 4.625% 20/03/14		600.000	105,71%		634.260	110,75%	664.513
X50458747028	GASSM 3.125% 02/11/12		300.000	99,72%		299.148	101,35%	304.045
X50479542150	GASSM 3.375% 27/01/15		2.250.000	98,51%		2.216.455	98,28%	2.211.318
X50436905821	GASSM 5.25% 09/07/14		500.000	105,60%		527.990	104,38%	521.891
FR0000472326	GAZDF 4.75% 19/02/13		900.000	107,62%		968.585	110,46%	994.103
X50553035840	GE 2.875% 28/10/14		2.500.000	99,94%		2.498.425	101,10%	2.527.487
X50491042353	GE 4.25% 01/03/17		250.000	99,60%		248.993	105,28%	263.190
X50340179307	GE 4.75% 18/01/11		1.000.000	99,89%		998.910	104,65%	1.046.528
X50350465422	GE 4.875% 06/03/13		1.250.000	101,67%		1.270.847	109,23%	1.365.395
X50378750581	GE Cap Eur Fund 5.75% 23/09/11		200.000	97,20%		194.398	104,56%	209.114
X50191396034	GE Float 05/11		100.000	98,72%		98.723	100,19%	100.187
X50222473877	GPSS 3.375% 18/01/16		2.000.000	96,54%		1.930.839	105,47%	2.109.465
X50284728465	GS Float 30/01/17		2.000.000	95,74%		1.914.844	90,25%	1.805.053
X50222377300	GSK 3% 18/06/2012		3.000.000	96,38%		2.891.328	104,00%	3.119.900
X50438140526	GSK 3.875% 06/07/15		500.000	102,39%		511.960	106,58%	532.896
X50335134705	GSK 5.625% 13/12/17		2.300.000	101,95%		2.344.905	114,11%	2.624.537
FR0010952739	GSZFP 2.75% 18/10/17		1.200.000	99,39%		1.192.704	97,31%	1.167.728
FR0010678151	GSZFP 6.25% 24/01/14		500.000	108,02%		540.100	117,73%	588.667
X50440690161	HAA 3.125% 24/07/13		1.000.000	99,96%		999.649	104,27%	1.042.696
X50243960290	HERA 4.125% 16/02/16		1.000.000	102,39%		1.023.850	105,37%	1.053.738
X50247453508	HONDA 3.75% 16/03/11		1.000.000	99,75%		997.540	103,50%	1.034.953
X50526606537	HSBC 4% 15/01/2021		1.500.000	99,90%		1.498.515	99,71%	1.495.645
X50426016753	HSBC 4.50% 30/04/14		500.000	99,64%		498.180	108,80%	544.022
X50272672113	HSBC Float 28/10/13		100.000	95,20%		95.203	96,36%	96.357
X50247263048	HYPO ALPE-ADRIA 3.75% 17/03/14		1.000.000	99,60%		996.003	103,59%	1.035.915
X50281875483	HYPO ALPE-ADRIA 4.375% 24/01/17		2.000.000	100,11%		2.002.286	103,50%	2.070.036
X50255101270	HYPO REAL ESTATE Float 24/05/11		850.000	99,60%		846.596	99,79%	848.200
X50245578553	HYPO TIROL BANK 3.625% 01/03/16		2.000.000	101,63%		2.032.518	105,29%	2.105.721
X50418268198	Henkel 4.625% 19/03/14		500.000	99,86%		499.300	111,21%	556.065
X50163023848	IBERDROLA 4.875% 18/02/13		300.000	99,32%		297.969	108,43%	325.300
X50362224254	IBERDROLA 5.125% 09/05/13		800.000	101,67%		813.358	108,02%	864.171
X50548801207	IBESM 3.5% 13/10/16		500.000	99,86%		499.280	96,24%	481.176
X50494868630	IBESM 4.125% 23/03/20		100.000	99,26%		99.262	95,63%	95.628
X50400002670	IBESM 6.375% 25/11/11		1.500.000	105,66%		1.584.830	104,61%	1.569.113
X50485309313	ICO 3.25% 10/02/15		1.500.000	99,86%		1.497.960	97,42%	1.461.268
X50503709411	ICO Float 15/07/13		250.000	100,00%		250.000	93,21%	233.032
X50537421736	INTNED 2.25% 31/08/15		1.000.000	99,90%		999.020	98,41%	984.103
X50415072098	INTNED 3.375% 03/03/14		2.850.000	101,18%		2.883.567	107,20%	3.055.133
X50491432901	INTNED 3.375% 03/03/15		750.000	100,21%		751.583	103,22%	774.168
X50504108118	IPBS 3.125% 22/04/13		1.000.000	99,85%		998.480	89,94%	899.401
X50478285389	ISPIM 3.375% 19/01/15		250.000	99,97%		249.920	102,25%	255.617
X50467864160	ISPIM 3.75% 23/11/16		1.000.000	99,40%		994.020	98,32%	983.155
X50359384947	ISPIM 5% 28/04/11		500.000	101,82%		509.100	104,49%	522.440
X50218873072	ISPIM Float 05/11/12		100.000	99,52%		99.518	99,08%	99.081
X50329522246	JNI 4.75% 06/11/19		2.900.000	105,18%		3.050.168	112,04%	3.249.104
X50543758246	JPM 3.875% 23/09/20		1.750.000	99,69%		1.744.610	96,13%	1.682.323
X50284840542	JPM 4.375% 30/01/14		650.000	104,58%		679.764	108,48%	705.145
X50494852717	KAFIN 2.25% 24/03/14		2.500.000	99,81%		2.495.175	102,23%	2.555.801
X50327159074	KBC Float 26/10/12		200.000	96,97%		193.940	98,24%	196.470
X50222766973	KPN 4% 22/06/15		500.000	103,87%		519.330	105,60%	528.010
X50248012923	KPN 4.5% 18/03/13		1.000.000	102,07%		1.020.730	108,52%	1.085.155
X50387992661	KPN 6.25% 16/09/13		800.000	103,51%		828.080	112,06%	896.452
X50562783034	LGFP 5.375% 18/11/18		500.000	99,73%		498.665	99,27%	496.357

U: Euros

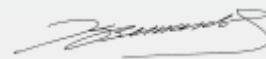
IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário*	Total
X50469192388	LLOYDS 3.25% 26/11/12		750.000	99,68%		747.623	101,17%	758.760
X50482808465	LLOYDS 3.375% 17/03/15		1.000.000	99,88%		998.820	102,77%	1.027.688
X50281969542	LLOYDS Float 12/01/11		600.000	96,98%		581.868	100,23%	601.356
X50498391894	LLOYDS Float 25/03/13		650.000	99,71%		648.083	99,94%	649.591
X50399674216	LUCSHI 6.625% 23/01/14		1.000.000	99,62%		996.180	118,49%	1.184.913
X50435070288	Lloyds TSB Bank 6.375% 17/06/16		1.000.000	99,38%		993.810	111,06%	1.110.551
X50429607640	MAN SE 5,375% 20/05/13		500.000	105,82%		529.100	110,50%	552.481
X50241903821	MONTPI Float 31/01/11		2.800.000	93,29%		2.612.193	99,88%	2.796.695
X50497185511	MRKGR 3.375% 24/03/15		500.000	99,77%		498.845	104,53%	522.672
X50559641146	MTNA 4.625% 17/11/17		400.000	99,32%		397.268	100,93%	403.730
X50525146907	NAB 4% 13/07/20		2.000.000	99,40%		1.988.040	100,19%	2.003.707
X50552807629	NAB Float 22/10/13		500.000	100,00%		500.000	100,18%	500.908
X50129936927	NATIONWIDE 5.87% 01/06/11		350.000	99,75%		349.125	104,15%	364.534
X50489825223	NBHS 3.75% 24/02/17		750.000	99,52%		746.378	104,41%	783.066
X50520755488	NBHS 4% 29/06/20		750.000	99,27%		744.488	100,84%	756.275
X50472575066	NBHS Float 10/12/2012		800.000	100,00%		800.000	100,34%	802.740
X50413550343	NIBCAP 3.125% 17/02/12		1.850.000	99,94%		1.848.964	104,92%	1.941.103
X50363740985	National Grid Gas 5.125% 14/05/13		1.750.000	100,97%		1.766.973	110,15%	1.927.552
X50411735482	Nokia 6.75% 04/02/19		1.550.000	106,38%		1.648.940	124,75%	1.933.618
X50432810116	Novartis 4.25% 15/06/16		1.500.000	100,60%		1.509.000	109,07%	1.636.080
X50563144079	PEUGOT 3.25% 26/11/12		500.000	99,96%		499.810	101,27%	506.334
X50432069747	PFE 3.625% 03/06/13		1.750.000	101,18%		1.770.720	106,19%	1.858.246
X50301010145	PFE 4.55% 15/05/17		2.000.000	101,28%		2.025.695	110,08%	2.201.532
X50237323943	PG 4.125% 07/12/20		1.500.000	98,61%		1.479.124	104,93%	1.573.920
X50300112108	PG 4.5% 12/05/14		2.500.000	102,31%		2.557.635	110,44%	2.760.948
X50419179972	PM 4.25% 23/03/12		250.000	99,83%		249.580	106,49%	266.228
X50215828830	PORTEL 3.75% 26/03/12		600.000	99,93%		599.584	103,85%	623.102
X50478074924	RABOBK 4.125% 14/01/20		3.500.000	99,58%		3.485.370	104,47%	3.656.379
X50540501359	RATPPF 2.875% 09/09/22		1.250.000	99,07%		1.238.413	92,53%	1.156.612
X50254720633	RBOSCH 4.375% 19/05/16		2.000.000	102,21%		2.044.268	110,14%	2.202.886
X50480133338	RBS 4.875% 20/01/17		750.000	98,95%		742.155	101,03%	757.733
X50430052869	RBS 5.75% 21/05/14		500.000	99,84%		499.215	107,67%	538.341
X50412968793	RDSALN 3.375% 09/02/12		900.000	99,92%		899.289	105,24%	947.148
X50301945860	RDSALN 4.625% 22/05/17		2.750.000	102,92%		2.830.236	111,47%	3.065.462
X50545097742	REDELE 3.50% 07/10/16		1.250.000	99,74%		1.246.795	98,97%	1.237.180
X50176347044	REDELE 4.75% 18/09/13		1.000.000	109,68%		1.096.688	106,80%	1.067.995
X50551845265	RENAUL 4% 25/01/16		500.000	99,64%		498.205	100,02%	500.117
X50202649934	REPSM 4.625% 08/10/14		500.000	104,21%		521.045	104,63%	523.141
FR0010369587	RTE 4.125% 27/09/16		1.000.000	100,57%		1.005.700	106,43%	1.064.340
X50434069497	RWE 2.5% 16/09/11		100.000	100,83%		100.830	101,59%	101.589
X50196302425	RWE 4.625% 23/07/14		2.050.000	108,82%		2.230.817	109,64%	2.247.592
X50399648301	RWE 5.75% 20/11/13		1.000.000	99,55%		995.520	110,71%	1.107.138
X50417093753	Raiff Zentralbk 3% 13/03/12		1.850.000	99,98%		1.849.629	104,47%	1.932.610
X50282627289	Renault Float 24/01/12		1.450.000	96,45%		1.398.530	99,60%	1.444.227
X50378754906	Royal Bank of Canada 5.75% 25/07/11		900.000	102,97%		926.730	105,05%	945.470
X50363669408	Royal Bank of Scotland 5.25% 15/05/13		800.000	100,84%		806.744	107,06%	856.509
X50440312725	SABLN 4.50% 20/01/15		750.000	100,26%		751.965	109,80%	823.515
X50246688435	SAN PAOLO Float 15/03/13		2.000.000	99,68%		1.993.675	97,42%	1.948.389
X50456451938	SANFP 3.125% 10/10/14		250.000	99,88%		249.693	103,85%	259.621
X50428037666	SANFP 3.5% 17/05/13		1.000.000	100,56%		1.005.579	105,83%	1.058.255
X50456451771	SANFP 4.125% 10/10/19		500.000	99,82%		499.115	103,98%	519.898
X50541340021	SANTAN 2.875% 20/09/13		1.250.000	99,82%		1.247.775	97,63%	1.220.375
PTCP40M0023	SANTAN 3.75% 12/06/12		850.000	100,72%		856.097	99,86%	848.810
X50477243843	SANTAN Float 18/01/13		200.000	100,00%		200.000	96,60%	193.196
X50264382176	SANTAN Float 24/08/12		500.000	99,92%		499.590	97,18%	485.890
X50538031211	SEB 2.50% 01/09/15		1.000.000	99,44%		994.440	97,66%	976.609
X50430951888	SEB 4.375% 29/05/12		2.000.000	99,97%		1.999.380	106,15%	2.123.041
X50447005223	SHBASS 3% 20/08/12		1.500.000	99,83%		1.497.450	103,33%	1.550.014
X50562884733	SLB 2.75% 01/12/15		200.000	99,38%		198.768	100,52%	201.048
X50446860826	SOCGEN 3.75% 21/08/14		1.000.000	99,88%		998.840	104,35%	1.043.522
X50289186230	SOCGEN Float 05/03/12		600.000	99,98%		599.880	99,84%	599.020
X50473943925	SOCGEN Float 21/12/11		800.000	99,90%		799.200	100,14%	801.112
X50519708613	SPABOL 2.5% 23/06/15		1.000.000	99,88%		998.840	100,61%	1.006.055
X50419081491	SWEDA 2.375% 24/03/11		1.500.000	99,96%		1.499.370	102,18%	1.532.773
X50491438429	SWEDA 3.125% 04/03/13		1.000.000	99,85%		998.840	104,27%	1.042.705
X50260896542	Schneider Electric 4.5% 17/01/14		1.000.000	95,91%		959.090	110,95%	1.109.544
X50131224155	Siemens 5.75% 04/07/11		1.990.000	104,99%		2.089.400	105,08%	2.091.058
X50351799092	Standard Chart 4.875% 11/03/11		1.000.000	99,88%		998.830	104,59%	1.045.922
X50494547168	TELEFO 3.406% 24/03/15		500.000	100,00%		500.000	101,30%	506.505
X50462999573	TELEFO 4.693% 11/11/19		100.000	100,00%		100.000	99,19%	99.186
X50162867880	TELEFO 5.125% 14/02/2013		1.000.000	96,73%		967.300	109,84%	1.098.387
X50203712939	TERNA 4.9% 28/10/24		500.000	104,61%		523.060	105,42%	527.123
X50557312922	THAMES 3.25% 09/11/16		500.000	99,91%		499.570	99,05%	495.267
X50184373925	TITIM 5.375% 29/01/19		1.000.000	106,48%		1.064.810	108,26%	1.082.637
X50418509146	TITIM 6.75% 21/03/13		750.000	110,03%		825.188	113,44%	850.792
X50172844283	TKA 5% 22/07/13		1.000.000	106,66%		1.066.600	108,52%	1.085.206
X50289507997	TLIASS 4.75% 07/03/17		1.000.000	108,80%		1.088.030	111,32%	1.113.246
X50416482106	TLIASS 5.125% 13/03/14		500.000	99,51%		497.550	112,77%	563.827
X50289507484	TLIASS Float 07/03/13		250.000	94,94%		237.338	99,88%	249.703

U: Euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário*	Total
XS0368055959	Telefonica 5,58% 12/06/13		500.000	108,51%		542.565	109,89%	549.433
XS0410258833	Telefonica 5,431% 03/02/14		850.000	107,64%		914.928	111,07%	944.062
XS0270341950	Telefonica Emis 4,393% 17/04/12		100.000	104,94%		104.938	106,57%	106.569
XS0402228471	Total Capital 4,75% 10/12/13		500.000	99,46%		497.305	108,17%	540.829
XS0411606246	Toyota Mtr Cred 5,25% 03/02/12		318.000	99,74%		317.167	108,69%	345.643
XS0379935652	Toyota Mtr Cred 5,375% 29/07/11		250.000	100,15%		250.376	104,57%	261.414
IT0004619109	UBIIM 3,375% 15/09/2017		1.000.000	99,97%		999.690	95,59%	955.861
XS0526073290	UBS 3,50% 15/07/15		1.000.000	99,59%		995.900	102,72%	1.027.153
XS0357891620	UBS 5,375% 11/04/11		1.000.000	100,05%		1.000.480	105,03%	1.050.337
XS0428956287	UBS 5,625% 19/05/14		750.000	100,00%		750.000	111,95%	839.617
XS0385798276	UBS 6,25% 03/09/13		1.000.000	102,12%		1.021.200	111,40%	1.114.046
IT0004638737	UCGIM 2,625% 31/10/15		1.000.000	99,59%		995.870	95,80%	958.012
XS0425413621	UCGIM 4,125% 27/04/12		900.000	101,45%		913.024	105,15%	946.379
XS0189530990	UCGIM Float 05/04/11		100.000	99,34%		99.339	100,21%	100.208
XS0364979632	ULVR 4,875% 21/05/13		750.000	99,87%		749.025	110,00%	825.026
ES0464872060	UNICAJ 3,125% 06/10/14		500.000	99,58%		497.885	94,51%	472.549
XS0210641816	UNICREDITO Float 24/01/12		2.000.000	99,80%		1.996.000	99,53%	1.990.522
XS0401892038	VATFAL 5,75% 05/12/13		800.000	104,67%		837.360	110,64%	885.102
FR0010878751	VIVFP 4% 31/03/17		400.000	99,38%		397.512	103,16%	412.643
FR0010830042	VIVFP 4,25% 01/12/16		500.000	99,43%		497.125	102,37%	511.853
FR0010369629	VIVFP 4,50% 03/10/13		500.000	102,50%		512.485	106,57%	532.866
FR0010369637	VIVFP Float 03/10/11		100.000	98,60%		98.596	100,51%	100.505
XS0408285913	VOD 6,25% 15/01/16		500.000	111,87%		559.350	120,18%	600.876
XS0520522201	VW 2,375 28/06/13		800.000	99,80%		798.376	102,29%	818.342
XS0421105825	VW 5,25% 01/04/11		750.000	99,62%		747.120	104,92%	786.919
XS0304458564	Vodafone Float 06/06/14		300.000	97,17%		291.519	98,88%	296.646
XS0257808500	Vodafone Float 13/01/12		500.000	98,01%		490.027	100,46%	502.287
XS0402707367	Vodafone Group 6,875% 04/12/13		800.000	108,20%		865.600	113,61%	908.886
XS0365663961	WB 6% 23/05/13		1.500.000	106,53%		1.597.875	111,60%	1.673.979
XS0273766732	WFC 4,125% 03/11/16		650.000	100,22%		651.411	101,66%	660.783
XS0453410978	Westpac Banking 4,25% 22/09/16		850.000	99,75%		847.857	105,43%	896.116
	sub-total		307.998.000			310.220.043		318.231.240
	sub-total		681.675.000			692.132.349		702.240.472
	total	334.322	681.675.000			703.853.800		753.090.028
	2.3 - Derivados de negociação							
771012872201	SWAP BES 5M							-205.354
771012872202	SWAP BES 11M							-1.128.988
	sub-total	0	0	0	0	0	0	-1.334.342
	3 - TOTAL GERAL	1.667.115	745.008.517			781.307.695		826.541.689

*Inclui o valor dos juros decorridos

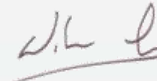
Conselho de Administração Executivo



Joaquim da Silva Bernardo



António João Alberto Castanho



Nelson Fernando Ferreira Maurício

O Técnico Oficial de Contas


Ana Cristina Teixeira Guedes
T.O.C. n.º 50523

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

Anexo 2

U: Euros

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA	5.683.949	3.103.335	1.589.885	-990.729
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA				0
INCÊNDIO E OUTROS DANOS				0
AUTOMÓVEL				
-RESPONSABILIDADE CIVIL				0
-OUTRAS COBERTURAS				0
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES				0
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL				0
CRÉDITO E CAUÇÃO				0
PROTECÇÃO JURÍDICA				0
ASSISTÊNCIA				0
DIVERSOS				0
TOTAL	0	0	0	0
TOTAL GERAL	5.683.949	3.103.335	1.589.885	-990.729

NOTAS:

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

O Técnico Oficial de Contas

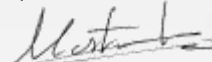
Ana Cristina Teixeira Guedes

Ana Cristina Teixeira Guedes
T.O.C. n.º 50523

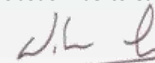
Conselho de Administração Executivo



Joaquim da Silva Bernardo



António João Alberto Castanho



Nelson Fernando Ferreira Maurício



Certificação Legal das Contas

**O NOSSO TESOURO
É A NOSSA HARMONIA**



OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Inscrita sob o n.º 23
Auditor (C.M.V.M.)

Membro de / Member of



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ VIEIRA DOS REIS
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ
JOSÉ BARATA FERNANDES
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da *CRÉDITO AGRÍCOLA VIDA - Companhia de Seguros, S.A.*, as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 872.792.809 euros e um total de capital próprio de 45.289.864 euros, e o resultado líquido de 6.107.050 euros), a Conta de ganhos e perdas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração de variações do capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo às contas.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, o seu rendimento integral, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja realizado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração Executivo, utilizadas na sua preparação;

SEDE | HEAD OFFICE
Av. da Liberdade, n.º 245 – 8.º A, B e C
1250-143 LISBOA - PORTUGAL
Tel. (+351) 217 271 197
Fax (+351) 217 273 129

Delegação Central | Center Branch
Av. 22 de Maio, n.º 24 - Escritório 3
2415-396 LISBOA - PORTUGAL
Tel. (+351) 244 822 175
Fax (+351) 244 822 178

Delegação Norte | North Branch
Via Eng.º Edgar Cardoso, n.º 23
Ed. Tower Plaza - Escritório 5E
4400-676 VILA NOVA DE GAIA-PORTUGAL
Tel. (+351) 223 744 485
Fax (+351) 223 744 977

E-mail: geral@orasroc.pt

Web: www.orasroc.pt



OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

inscrita sob o nº 23

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, nos aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da *CRÉDITO AGRÍCOLA VIDA - Companhia de Seguros, S.A.*, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, o seu rendimento integral, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as empresas de seguros.


RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 9 de Março de 2011

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, Lda.

Representada por


Carlos Manuel Grenha, ROC nº 1266



Relatório dos Auditores Independentes

O NOSSO SEGREDO
É CONFIAR

Relatório de Auditoria

Introdução

1 Examinámos as Demonstrações Financeiras da Crédito Agrícola Vida – Companhia de Seguros, SA, as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de €872.792.809 e um total de capital próprio de €45.289.864, incluindo um resultado líquido de €6.107.050), a Conta de Ganhos e Perdas, a Demonstração de Rendimento Integral, a Demonstração de Variações no Capital Próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo a preparação de Demonstrações Financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado das suas operações, o seu rendimento integral, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas Demonstrações Financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as Demonstrações Financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das Demonstrações Financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração Executivo utilizadas na sua preparação, (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das Demonstrações Financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as Demonstrações Financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente inscrita no Registo das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 191 e no Conselho de Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas Demonstrações Financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Crédito Agrícola Vida – Companhia de Seguros, SA em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, o seu rendimento integral, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as Demonstrações Financeiras do exercício.

Ênfase

9 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto do Relatório de Auditoria relativo às Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2009, datado de 5 de Março de 2010, incluir uma reserva decorrente do facto da Companhia, para efeito da determinação de perdas por imparidade dos seus activos financeiros disponíveis para venda, ter considerado uma metodologia que considerava uma desvalorização prolongada (6 meses e 20%), mas não uma desvalorização significativa. Em 2010, na sequência de clarificação obtida relativamente a esta matéria, e conforme referido na nota 3.3 a) do anexo contendo as notas explicativas, a referida metodologia foi alterada, pelo que a referida reserva foi suprimida.

9 de Março de 2011

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:


Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.



Relatório do Actuário Responsável

O NOSSO PRESENTE
É APOSTAR NO FUTURO

CONCLUSÕES DO RELATÓRIO ACTUARIAL

Apresentam-se de seguida as principais conclusões e recomendações do relatório da Actuária- Responsável referente ao ano de 2010, efectuado de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente o estipulado, na Norma Nº 6/2002-R, do Instituto de Seguros de Portugal.

- No que respeita ao cálculo de Prémios, Provisões Matemáticas e Participação nos Resultados, verificou-se que o mesmo está de acordo com as Bases Técnicas dos produtos e com os Normativos em vigor;
- A análise das Provisões para Sinistros revelou a suficiência das mesmas;
- A carteira de seguros afecta ao crédito habitação, com tarifa única, independente da idade da pessoa segura, tem vindo a ser alvo da constituição de uma Provisão de Estabilização. As projecções efectuadas e os pressupostos utilizados levaram à conclusão de que, do ponto de vista prudencial, se justifica tanto a existência como o reforço da referida provisão. Esta provisão deve ser reavaliada anualmente;
- A provisão para participação nos resultados a atribuir, contabilizada, respeita a eventuais resultados financeiros a distribuir aos segurados;
- Foram obtidos bons resultados técnicos globais, tendo sido verificado um aumento quer nos Seguros de Vida Risco quer nos Seguros de Capitalização, face ao ano anterior;
- No sentido de minimizar a dependência do resultado da Companhia em relação aos resultados financeiros que havia sido verificada em anos anteriores, foi ajustada a política de investimentos, de forma a garantir um *matching* entre Activos e Passivos;
- As responsabilidades afectas aos resseguradores representam algum risco de crédito, no entanto, esta situação é acautelada através de uma reavaliação anual, que tem em consideração os *ratings* dos resseguradores na definição da política de resseguro a seguir. Na reavaliação de 2010 verificou-se que os *ratings* dos Resseguradores se mantêm em relação ao ano anterior;
- No final do exercício a companhia cumpria os rácios de solvabilidade exigidos pela legislação em vigor. Tal como foi referido em relatórios anteriores, o peso dos Seguros de Capitalização no apuramento da margem de solvência é muito superior ao dos Seguros de Vida Risco. Em 2010, face ao contexto económico-financeiro, o crescimento verificado nos Seguros de Capitalização foi significativo, no entanto, resultado dos esforços envidados pela CA Vida em angariar Seguros de Vida Risco, foi possível compensar esse crescimento e manter a margem de solvência ao nível do valor obtido em 2009;
- No âmbito da preparação para a implementação do projecto Solvência II, e no interesse de mensurar e controlar todos os riscos a que está exposta, a CA Vida tem vindo a investir na área de gestão dos riscos de uma forma dinâmica, desenvolvendo internamente todos os esforços para se manter sempre a par das evoluções do referido projecto, tendo participado em todos os exercícios realizados sobre este tema, quer a nível europeu quer a nível nacional.

Lisboa, 08 de Fevereiro de 2010

A Actuária Responsável,

Ana Patrícia Mendes

Ana Patrícia Mendes



Crédito Agrícola Vida - Companhia de Seguros, S.A.
Rua Castilho, 233 - 7º • 1099-004 Lisboa
Tel: 211 111 800 • Fax: 211 111 801
Capital Social: 15.000.000 Euros • Pessoa Colectiva: 504 405 489